

Alto, senhores da pesca! O que estão a fazer é um crime!

Números e factos que assustam qualquer pessoa honesta e amiga do seu país assinalam a verdadeira catástrofe que se prepara na Pesca nacionalizada.

As responsabilidades são conhecidas. Apontaremos algumas. Na rubrica «Em Foco» damos hoje o relevo infelizmente merecido a um crime contra a economia nacional já cometido (e é preciso atacá-lo) a favor de uma fauna de especuladores e sobretudo dos que tentam apoderar-se da herança tenreirista, restaurando o seu monopólio de triste memória para o povo português.

Os grandes responsáveis estão no Governo demitido. É indispensável que o próximo Executivo tenha em conta atentamente o que se passa e o que se prepara nesse sector tão necessário à vida dos trabalhadores portugueses.

Assim o exige um mínimo de idoneidade e de preocupação perante o desperdício das riquezas nacionais.

Assim o exige a Constituição e o empenho dos trabalhadores do mar na defesa do interesse nacional.



Pág. 12

Pescadores: uma classe desprotegida

ILEGALIDADES E VIOLÊNCIAS AMEAÇAM A REFORMA AGRÁRIA AGRAVAM A CRISE POLÍTICA

Insistindo numa política contrária aos interesses do povo e da economia nacional, o Governo demitido agrava a situação política e torna mais difícil uma saída democrática para a crise. Particularmente grave, a ofensiva de violência e ilegalidade contra a Reforma Agrária põe, além do mais, em sérios riscos o ano agrícola em vastas zonas do Alentejo.

Entretanto, alastra em todo o país o movimento de solidariedade com as vítimas da violência do MAP e de repúdio pela política praticada. Fazendo o balanço da acção de massas do passado dia

24, os Secretariados das Uniões de Sindicatos de Lisboa e de Setúbal, conjuntamente com a CIL e a CIS, indicam que a adesão nas empresas às paralisações foi, nos dois distritos, respectivamente de 80% e 75%. Notícias do resto de país confirmam a determinação dos trabalhadores.

Amanhã, um plenário das estruturas representativas dos trabalhadores decidirá quanto à realização próxima duma grande acção de massas que tenha como objectivos centrais a solidariedade à Reforma Agrária e a luta contra o aumento do custo de vida.

Pág. 9



Milhares de pessoas acorreram ao Pavilhão da Amadora. Na foto, Álvaro Cunhal no uso da palavra

A situação política e social e a posição do PCP

Discursando no grande comício realizado sábado passado na Amadora, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, analisou a actual situação política e social e definiu a posição dos comunistas portugueses, insistindo na necessidade duma alternativa democrática que garanta as soluções para os problemas nacionais.

Páginas centrais

Inaugurado o novo CT de Galiza (Estoril)



Centenas de pessoas concentraram-se em frente ao novo CT; onde se realizou um comício com a participação de Octávio Pato (na foto, pronunciando o seu discurso)

No Norte o PCP avança



Cerca de seis centenas de camaradas participaram na reunião de quadros realizada no CT de Anibal Cunha

Metalúrgicos em luta pela contratação colectiva



Os metalúrgicos do Porto concentrados frente ao Ministério do Trabalho

O carácter nacional da paralisação dos trabalhadores metalúrgicos, com a grande concentração no Porto que reuniu mais de 10 mil manifestantes, veio assinalar mais uma vez a extensão e o empenho, a mobilização e o carácter unitário da luta pela contratação colectiva que interessa directa e imediatamente a mais de um milhão e quinhentos mil trabalhadores.

Empenhado nessa luta, o Movimento Sindical unitário demonstra a sua capacidade de unir as classes trabalhadoras à volta de objectivos comuns contra o inimigo comum representado por uma política e identificado com um Governo que actua como força de choque da recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Por interesses vitais e de legitimidade comprovada,

a luta pela contratação colectiva, que reveste formas variadas e realistas conforme as empresas e os sectores, não actua contra o interesse nacional. Antes o salvaguarda contra o patronato mais reaccionário que quer ditar a sua lei contra a democracia e as conquistas dos trabalhadores.

Pág. 5



Porto: uma velha cidade aberta ao futuro, que a APU e o povo estão dispostos a transformar

Com o povo melhorar o Porto

Os eleitos da Aliança Povo Unido para os órgãos autárquicos da cidade do Porto vão promover nos próximos dias 9 e 10 de Dezembro, na Faculdade de Economia, um grande encontro subordinado ao lema «Com o povo melhorar

o Porto». Nesta iniciativa serão discutidas as carências e soluções a adoptar para solucionar os mais importantes problemas da segunda cidade do país.

Os promotores do encontro esperam a participação no debate das

organizações populares da cidade, que carrearão para a discussão o muito do seu conhecimento das situações mais precárias e das soluções a adoptar para contribuir para a definição de uma política municipal justa.

As comemorações da Revolução de Outubro

Pág. 10

Editorial

REFLECTIR CADA PASSO É VITAL PARA A DEMOCRACIA

Um governo demitido que se afunda cada vez mais na ilegalidade e um outro em formação que se perfila numa atmosfera de indefinições políticas, caracterizam o termo deste novo ciclo da crise governativa.

Esta crise é, aliás, como se sabe, uma expressão parcial de uma outra mais profunda e generalizada, uma crise que não pode ser resolvida com soluções de classe no quadro estreito dos interesses de uma minoria exploradora e privilegiada, mas com soluções nacionais de facto, encaradas sob o ângulo dos interesses mais vastos da população laboriosa e de Portugal como nação independente.

A semana que acaba de passar conheceu novos esbultamentos de terras da Reforma Agrária, novas extorsões arbitrárias de bens colectivos, operadas sob o signo da violência e da ilegalidade, e que encerraram a resposta nas poderosas acções de massas — lá mesmo onde foram desencadeadas e no plano nacional — de vivo protesto contra a brutal ofensiva do MAP e de solidariedade activa aos heróicos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo.

Mas quem afinal controla o MAP? Quem ordena e fiscaliza os actos do governo demitido? Em nome de quem governa? Quem autoriza governantes irresponsáveis a assumirem tão graves responsabilidades e a desencadear acções punitivas — punitivas de quê? — contra velhos, mulheres e crianças indefesas, contra trabalhadores que outro crime não cometeram senão desbravar matagais abandonados à incultura por agrários absenteístas, fazer produzir o pão nas terras maníngas do latifúndio, transformar cerradas brenhas em searas doiradas e em verdes prados para alimentação do gado? De onde lhes vem o aval?

«Agrários fora do MAPI!» — gritavam dezenas de milhares de bocas nas potentes concentrações populares na zona de Reforma Agrária; «A democracia está a ser agredida!» — diz-se justamente num manifesto da DORA do PCP. E tudo isto é verdade, tudo isto deve ser banido sob pena de gravíssimos prejuízos para a economia nacional e para a situação de milhares de trabalhadores.

Se a ofensiva violenta do MAP não é detida as sementeiras do ódio podem comprometer em definitivo as sementeiras do pão que os heróicos obreiros da Reforma Agrária persistentemente e patrioticamente, procuram levar a cabo.

Na linha do governo PS sozinho e do governo de coligação PS/CDS o actual governo demitido do engenheiro Nobre da Costa delta chumbo derretido nas chagas da crise económica e financeira que abala o país.

A política conduzida por departamentos estratégicos da equipa governamental demitida faz subir em flecha o custo de vida, agrava num grau desconhecido os conflitos sociais, abre ainda mais as portas ao domínio do capital estrangeiro em Portugal.

Os últimos aumentos de preços nos combustíveis, decretados pelo governo demitido, em particular da gasolina em 19,2% e do gasóleo em 33,3%,

acionaram de imediato os mecanismos da subida dos preços com forte incidência no chamado cabaz de compras devido ao encarecimento dos transportes e da energia. Aumentam as dores de cabeça das donas de casa para fazer face à carestia.

Não é, pois, de estranhar que o aumento brutal do custo de vida e a diminuição drástica do poder de compra da população trabalhadora aliada à resistência do patronato às justas reivindicações operárias, juntamente com as desintervenções de empresas e a sua entrega a patrões sabotadores, tenham desencadeado um poderoso movimento reivindicativo pelo melhoramento imediato das condições de vida dos trabalhadores. Sob a égide do governo demitido intensificaram-se os conflitos sociais e agravaram-se as próprias formas de luta como não podia deixar de ser.

Relativamente ao período de 1 de Janeiro a 25 de Outubro, os conflitos sociais, que em 1977 foram em número de 442, subiram para 541 em 1978, mas enquanto no 1.º semestre deste ano o número de conflitos, já de si elevado sob o governo PS/CDS, foi de 221, de Julho a 25 de Outubro atingiram o número de 320, dos quais só em Outubro se registaram 103. As greves e paralisações foram no 1.º semestre em número de 60, mas de Julho a Outubro 195 e só em Outubro 33.

Esta intensificação e agravamento dos conflitos não são devidos a quaisquer intentos de agitação social das organizações de classe dos trabalhadores mas consequência directa da política económica e social dos governos do PS, do PS/CDS e do governo demitido de Nobre da Costa e ainda da resistência do patronato ao diálogo e à satisfação de legítimas reivindicações dos trabalhadores. Estes tiveram de recorrer à luta por falta de aplicação do CCT, por falta de pagamentos de salários e subsídios, por suspensões de trabalho e de direitos e garantias, por não aplicação do salário mínimo e ainda pela não aplicação das medidas de reestruturação das empresas.

As grandiosas jornadas da semana que acaba de passar em que avultam as concentrações e manifestações, as greves e paralisações e outras acções de protesto contra a ofensiva do MAP na zona da Reforma Agrária e de solidariedade com os trabalhadores das UCPs e a greve nacional dos metalúrgicos, demonstram a crescente unidade e determinação das classes trabalhadoras e bem assim de milhares de pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais a braços com dificuldades de toda a espécie levantadas pelos três últimos governos nas quais avultam as restrições do crédito e o aumento exorbitante da taxa de juro que torna proibitivo o recurso ao crédito, impostos pelo FMI, para a satisfação das suas aspirações mais sentidas e imediatas.

A indignação do professor Mota Pinto e o que se conhece já da sua filosofia de governo não são de

molde a garantir a necessária mudança de política que a situação do país torna imperiosa.

Nos bastidores urdem-se manobras e arranjos políticos que na sua expressão concreta e última poderão tornar inválidos quaisquer projectos de recuperação económica, de saneamento financeiro, de estabilidade social.

É evidente que não são as preocupações de resolver os graves problemas nacionais mas sim e desde já as preocupações eleitoralistas que dominam os actos e as manobras dos partidos da extrema-direita e do próprio PS.

Sem um governo que disponha de uma sólida base parlamentar e, simultaneamente mereça a confiança das massas populares, dos democratas e patriotas — e antes de tudo dos trabalhadores — sem uma profunda mudança de política que vá ao encontro dos grandes problemas nacionais, que respeite a Constituição e os limites das diversas formações económicas, que reduza as zonas de conflito e estabeleça o diálogo e a concertação entre os diversos sectores sociais, toda a veleidade de um governo estável até 1980 é pura utopia.

Há partidos e dirigentes políticos que só para fugirem a eleições gerais antecipadas, que lhes seriam funestas, são capazes de vender a alma ao diabo.

Toda a tentativa de recompor sob um eufemística capa de desvinculação partidária a falida fórmula de governo PS/CDS, sob a direcção de uma personalidade dita «independente» ou outra qualquer

que assentasse numa fórmula mais ou menos encapotada de «convergência» PSD/CDS/PS destinadas a garantir a estabilidade governativa até 1980, com base na mesma política de falência dos três governos anteriores, estariam condenadas ao fracasso.

A demagogia esquerdizante, o anticomunismo, o manobrista antidemocrático dar-se-iam as mãos para cobrir de facto um governo e uma política de direita, para fugir ao veredicto popular em eleições gerais antecipadas; para sanar contradições internas de facto insanáveis, para colmatar fracturas e divisões impossíveis de reduzir.

Toda a perspectiva de estabilização governativa baseada na política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista seria uma perspectiva hipócrita e falsa.

Passado o período crítico do perigo da convocação de eleições gerais antecipadas, aqueles partidos passariam abertamente à oposição ao governo «desvinculado» que hoje se preparam para deixar passar na Assembleia da República, retirariam dele talvez mesmo os seus ministros «despartidarizados», procurariam desavergonhadamente descartar-se das responsabilidades que lhes cabem na situação difícil que o país atravessa, fariam do anticomunismo o principal vínculo da sua batalha política eleitoral.

Na prática, temem a força do PCP, a sua crescente influência de massas, a sua capacidade para dar resposta aos grandes problemas que preocupam o povo e o país.

Discriminação ideológica na Madeira

1. O Governo Regional da Madeira tomou pública há dias uma sua deliberação por força da qual os membros eleitos para os conselhos directivos das escolas da região passariam a estar sujeitos a uma apreciação de carácter ideológico condicionante da sua homologação nesses cargos.

2. Segundo a imprensa de ontem, uma nota do Governo Regional da Madeira, divulgada pelo seu Gabinete de Comunicação Social, não só confirma aquela deliberação, afrontosa e ilegal como esclarece desavergonhadamente que tal deliberação visa «inequivocamente» (sic) os comunistas.

3. O PCP denuncia vigorosamente este gravíssimo atentado

aos direitos e liberdades dos cidadãos e este escandaloso propósito de violar deliberadamente a Constituição da República (nomeadamente art.ºs 13.º e 47.º n.º 2) estabelecendo na Madeira um regime de discriminação e perseguição ideológica que não pode deixar de provocar a mais séria indignação de todos os portugueses de sentimentos democráticos, independentemente das suas opções políticas.

4. A atitude do Governo do PPD na Madeira não só está de acordo com a política repressiva e antidemocrática que realiza naquela região autónoma como é rigorosamente coincidente com os métodos do fascismo e da PIDE que de igual modo condiciona-

vam a homologação de dirigentes de colectividades de cultura e recreio, clubes desportivos e outras estruturas associativas, a idênticos critérios de discriminação democrática.

5. Trata-se de um inadmissível desafio ao regime democrático que não pode deixar de merecer séria atenção e uma severa resposta por parte das entidades e órgãos de poder a quem constitucionalmente cumpre velar pela aplicação, respeito e cumprimento da Constituição da República.

6. Com tal decisão discriminatória e com tais propósitos pidesos o Governo do PPD na Região Autónoma da Madeira surge cada vez mais nitidamente como um Governo fora-da-lei que

coloca uma região inteira do território nacional sob um intolerável regime de excepção.

A defesa do regime democrático, o prestígio das suas instituições e a autoridade política dos seus órgãos exigem que sem demora seja reposta na Madeira a legalidade democrática e a salvaguarda plena dos direitos e liberdades que os portugueses conquistaram e a Constituição consagra.

O PCP, pela sua parte, não deixará de nas instâncias apropriadas tomar as iniciativas necessárias para que esta nova provocação do Governo PPD na Madeira seja firmemente derrotada e condenada.

7. Toda a política do PPD na Madeira e nos Açores é um aviso

extremamente claro ao povo português do que aconteceria no Portugal Democrático se alguma vez o PPD e outras forças da reacção viessem a governar o país. O PPD/Sá Carneiro promete muitas e pretensas «reformas». Mas, de entre outras, pelos vistos, é seguro e certo que uma não deixaria de aplicar se o deixassem: aquela que levaria à criação de um sistema de investigação policial sobre as opções políticas dos cidadãos, à sua discriminação por motivos ideológicos, ao afastamento de cargos públicos de todos quantos não partilhassem das concepções e da prática reaccionária do PPD.

Demagogia à parte, o verdadeiro objectivo do PPD/Sá Carneiro é o da liquidação do regime

democrático e das conquistas populares conquistadas com o 25 de Abril e a instauração de uma nova ditadura.

Lisboa, 25 de Outubro de 1978
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

A este propósito, também a Direcção da Organização dos Professores da Organização Regional de Lisboa tomou posição, em comunicado do dia 26, no qual se afirma, nomeadamente:

A Gestão Democrática é uma das mais importantes conquistas no campo da Educação e do Ensino do Portugal de Abril. Através dela, os professores, os

trabalhadores das escolas e os estudantes, asseguram o direito de eleger os seus representantes para os cargos de gestão e, pela sua intervenção organizada, contribuem para que a Escola seja, cada vez mais, um espaço de trabalho e estudo colectivo, de sã convivência das crianças e dos jovens; um local onde se cultive o gosto, a alegria e a responsabilidade de aprender.

A Gestão Democrática é uma das condições fundamentais para o exercício da Liberdade de Aprender e Ensinar, consignada na Constituição.

A reacção tudo tem feito para perante o nosso povo e em particular os pais, dar da Escola uma imagem degradada; um local

onde reine a insegurança e instabilidade. Utiliza para isso todos os métodos: a violência por um lado, a prepotência por outro. O seu objectivo é a liquidação das liberdades e outras conquistas no campo da Educação e do Ensino, abrir caminho para a acção repressiva nas escolas, impor a política do antes do 25 de Abril.

Os professores comunistas certos de que interpretam o sentir da grande maioria dos professores, manifestam a sua viva solidariedade aos colegas da Madeira na luta por uma Escola digna, livre e democrática e exigem dos Órgãos do Poder a reposição imediata da legalidade e do pleno uso dos direitos consignados na Constituição da República Portuguesa.

Delegação do PCE visitou Portugal

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, uma delegação do Partido Comunista de Espanha dirigida pelo camarada Anselmo Hojos, membro do Comité Central do PCE, visitou Portugal entre 23 e 27 de Outubro.

A delegação do PCE foi recebida por uma delegação do PCP dirigida pelo camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP. Através de diversas reuniões, encontros de trabalho e visitas, foi proporcionado à delegação

do PCE a oportunidade de conhecer vários aspectos da realidade portuguesa e da actividade e experiências do PCP. Em todos os locais visitados, a delegação do PCE encontrou um ambiente de camaradagem e solidariedade.

A visita desta delegação insere-se no programa acordado entre o PCP e o PCE com vista a um melhor conhecimento recíproco da situação existente nos dois países e da actividade dos dois partidos.

A propósito de uma votação na AR

1. Em declarações prestadas há dias à RTP, o Primeiro Ministro demitido manifestou estranheza pela circunstância de os principais partidos, pronunciando-se na Assembleia da República contra o aumento de combustíveis, se terem afinal absterido num «voto de protesto» contra os referidos aumentos.

Considerando, de igual modo, que em outros órgãos de informação o assunto foi tratado em termos pouco claros e pouco rigorosos e que, em consequência, parte da opinião pública pode ter sido induzida em erro de apreciação sobre o que se passou na Assembleia da República e, concretamente, quanto à posição assumida pelo grupo parlamentar comunista, a SIP do PCP esclarece:

a) além de se ter manifestado contra o aumento dos combustíveis quando sobre o assunto foi consultado pelo

Primeiro Ministro, o PCP condenou publicamente e de forma inequívoca tal decisão logo que esta foi tomada pública.

Na passada 3.ª feira, na Assembleia da República, um deputado comunista reafirmou vigorosamente a posição do PCP sobre o assunto, sublinhando as consequências profundamente negativas de tal medida;

b) o voto proposto pelos deputados Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues não era um normal «voto de protesto» pois pretendia que a Assembleia da República declarasse «nulo e de nenhum efeito o aumento decretado pelo Governo»;

c) a Assembleia da República não tem competência para tal declaração e o voto não teria por isso qualquer efeito prático além de ridicularizar e desprestigiar a Assembleia da República;

d) nesse sentido, a abstenção do grupo parlamentar comunista significou justamente que o PCP, condenando firmemente o aumento dos combustíveis, não podia colaborar na aprovação de um voto que é descabido, ineficaz, demagógico e susceptível de lançar a confusão sobre as reais competências e responsabilidades quer da Assembleia da República quer do Governo.

Deste modo, as referidas declarações do Eng.º Nobre da Costa só podem desculpar-se com a falta de conhecimento do que verdadeiramente estava em causa naquela votação da Assembleia da República.

Lisboa, 27 de Outubro de 1978.
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA



Rodney Arismendi

edições Avante!

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Central, Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 768744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto. Tel. 289338.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de Baixo, 13 - Évora. Tel. 23361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e Impressão na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Setembro: 73 537





Um aspecto do comício com o camarada Octávio Pato, na inauguração do novo Centro de Trabalho na Galiza (S. João do Estoril)

Octávio Pato na inauguração do CT do PCP em Galiza

A grande acção de massas que se desenvolveu por todo o país em defesa da Reforma Agrária, e de forma muito especial as paralisações e concentrações do dia 25, nas quais participaram centenas de milhares de trabalhadores, mostraram inequivocamente que os trabalhadores e os democratas portugueses não consentirão que a Reforma Agrária seja destruída — afirmou o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, no decorrer do comício realizado no passado domingo em Galiza — S. João do Estoril, e destinado a assinalar a inauguração do Centro de Trabalho do PCP naquela localidade de grande concentração operária.

A ofensiva contra a Reforma Agrária e a unidade dos trabalhadores em sua defesa, a questão do IV Governo e a política da direcção do Partido Socialista foram os temas mais em evidência na intervenção do dirigente do PCP que, a determinado passo, salientou:

Se prosseguir a ofensiva contra a Reforma Agrária, se prosseguirem as violências contra os heróicos trabalhadores que querem fazer as sementelhas e pôr as terras a produzir os cereais e alimentos de que o país precisa, se essa

criminoso política continuar, é indispensável que os trabalhadores os democratas de todo o país se preparem para novas e ainda maiores acções de massas que façam paralisar essa infame ofensiva contra a Reforma Agrária e a democracia portuguesa.

Mais adiante, e referindo-se ao Primeiro-Ministro indigitado, o camarada Octávio Pato afirmou que Mota Pinto poderia desde já manifestar quais são as suas intenções quanto à política que pensa realizar, procurando contribuir para que se ponha termo às violências desencadeadas nos campos do Alentejo e à ofensiva contra a Reforma Agrária.

Analisando a política que tem vindo a ser seguida pela direcção do PS, o camarada Octávio Pato afirmou: O documento recentemente publicado pelo Secretariado Nacional do PS indica que a direcção do PS continua a recusar acordos e entendimentos com as forças democráticas de esquerda, e designadamente com o PCP. Tal documento parece também revelar a intenção de reactivar o anticomunismo, que é um saco já muito esmagado e roto, e que só serve os interesses e objectivos dos que atentam contra os ideais e conquistas do 25 de Abril.

Os dirigentes do PS — prosseguiu o dirigente do PCP — quando afirmam que uma eventual aliança com os comunistas levaria a uma diminuição do eleitorado do PS, estão a escamotear a verdade. O enfraquecimento actual do PS é uma verdade incontestável. O enfraquecimento actual do PS é uma verdade incontestável e vem-se processando crescentemente desde as eleições de 1976. Mas esse enfraquecimento não é devido a alianças com o PC, alianças que não existiram, deve-se sim à errada política governativa do PS e às alianças efectivas com a direita, designadamente com o CDS.

Na sua intervenção, o camarada Octávio Pato criticou ainda a prática política do PS nos últimos três anos, designadamente os inglorios esforços desenvolvidos tendo em vista a divisão dos trabalhadores, do movimento sindical e cooperativista.

O novo CT da Galiza

O comício realizado em Galiza, no qual participou o camarada Octávio Pato, encerrou uma jornada de alegria e fraternidade para os comunistas daquela localidade, e destinada a assinalar

a inauguração de mais uma casa de trabalho do PCP.

O local onde está instalado o Centro de Trabalho do PCP em Galiza era um velho edifício cedido por camaradas. Cerca de quatro meses de trabalho voluntário e uma série de iniciativas — recolha de fundos, obtenção gratuita de materiais — tornaram o local susceptível de ser utilizado como local de trabalho do Partido.

A inauguração do Centro marca uma etapa extremamente importante no desenvolvimento do trabalho do Partido naquela localidade, nomeadamente no reforço da organização e do contacto com a população, em que predomina o sector operário.

A jornada do passado domingo em Galiza — S. J. do Estoril integrou uma manhã infantil, que contou com a participação de numerosas crianças da zona, além dos Pioneiros de Cascais e da Parede, e uma sessão de Canto Livre, que antecedeu o comício, e na qual participaram José Manuel Osório, Júlio Costa, Vitor Manuel e António Martins.

No decorrer do comício foram aprovadas moções de apoio à luta dos trabalhadores da Reforma Agrária e de solidariedade para com o povo chileno. Foram ainda lidas saudações de cada uma das seis freguesias locais e de várias células de empresas da região.

Condições favoráveis ao reforço do PCP no Norte

Há condições políticas altamente favoráveis para o aumento do Partido do Norte, traduzidos no crescimento e no alargamento constante do número de militantes e no aumento da influência e do prestígio do PCP nos cinco distritos a norte do Douro. Esta foi uma das principais conclusões de uma reunião de cerca de 600 quadros da Organização Regional do Norte, realizada na sede da Anibal Cunha, no Porto, no passado domingo. Nos trabalhos participaram vários membros da direcção do Partido, e designadamente os camaradas Blauqui Teixeira, membro da Comissão Política do CC e director do «O Militante», e Angelo Veloso, membro suplente do CC e da DORN. A terminar a reunião, este camarada extraiu as principais conclusões do amplo debate, as quais serão oportunamente divulgadas e certamente contribuirão para definir as principais tarefas a desenvolver pelos militantes da ORN no sentido de ampliar cada vez mais a organização e influência do nosso Partido no Norte.

Como realça uma nota da SIP da DORN, divulgada após a reunião, «aproximam-se do Partido milhares e milhares de homens e mulheres que, desiludidos com

a prática política de outros partidos, vêm no PCP o partido dos trabalhadores, o Partido dos explorados e oprimidos, o único partido que tem defendido, em todas as circunstâncias, os direitos e as aspirações mais profundas das massas populares e, ao mesmo tempo, os autênticos interesses nacionais».

Após salientar o isolamento cada vez maior dos anticomunistas, cujas calúnias e mentiras encontram cada vez menos

receptividade, como o atestam os resultados de eleições feitas para as autarquias, nos sindicatos e nas empresas, a nota da SIP da DORN frisa que os trabalhadores e as populações do Norte «vêm cada vez mais claramente que o PCP é o principal sustentáculo e a base principal de toda a acção popular, progressista e democrática, contra o obscurantismo, contra o enorme atraso cultural e social, contra a miséria, a exploração e a opressão. O movimento

operário e sindical, a luta reivindicativa, a dinamização cultural e associativa, a unidade e acções democráticas, todo o complexo e diversificado movimento camponês, a actuação e luta nas localidades e nas autarquias, etc., encontram nos comunistas os seus principais e mais abnegados obreiros. Na actual situação, o fortalecimento da resposta popular à política da direita exige o reforço e o alargamento da organização do PCP».



A mesa que presidiu à reunião de quadros do Partido no Norte, recentemente efectuada no Porto



Uma jornada de convívio, uma sessão de esclarecimento e uma homenagem à sepultura do camarada Guilherme da Costa Carvalho assinalaram a passagem do 4.º aniversário do Centro de Trabalho das Comissões de Freguesia do Bonfim/S. Ildefonso, com o nome daquela nosso saudoso camarada. Na foto, o professor Ruy Luís Gomes recorda a luta de Guilherme da Costa Carvalho que, "em momento algum, deixou de permanecer fiel aos trabalhadores portugueses"

Homenageado Manuel Sacavém

Mais de 250 pessoas estiveram presentes na homenagem que no dia 28, assinalou o primeiro aniversário do falecimento do nosso camarada Manuel Sacavém, sempre recordado com carinho por todos os que o conheceram.

No cemitério de Canaças, onde os restos mortais daquele militante comunista repousam, decorreu a cerimónia de homenagem.

A figura do camarada Manuel Sacavém foi evocada por um representante da Rodoviária Nacional, onde aquela camarada trabalhou durante muitos anos, por um elemento da Comissão de Freguesia do PCP e ainda por José Magro, membro do CC do PCP, que durante anos, na luta clandestina com ele contactou.

Recordando o seu passado de luta e sacrificios, as prisões e as torturas que sofreu e a sua persistência em continuar a luta nas fileiras caldestinas do Partido, José Magro salientaria

que este exemplo de dedicação e coerência revolucionária é própria dos verdadeiros comunistas.

Apostando o seu exemplo, acrescentou o camarada José Magro: Nos meus contactos de então com ele — e vezes houve em que teve de receber-me de cama — surpreendia-me a força, a confiança, as largas perspectivas de luta, a certeza na vitória, dimensões de um homem que admitia vir a morrer dentro de meses ou poucos anos.

Apesar do seu estado de saúde, resultado da prisão e das torturas, como recordou o camarada José Magro, o lutador nato que era o Manuel, contra todos os prognósticos, foi vencendo dia-a-dia, ano a ano a difícil luta contra a doença. Desta forma teve a felicidade que nem a todos foi dada, de viver o 25 de Abril, a Revolução, as grandes conquistas populares obtidas e que hoje defendemos.

Sessões de autógrafos na divulgação do Guia Parlamentar

Para divulgação da actividade dos deputados comunistas na Assembleia da República realizaram-se, na passada semana, em Lisboa e no Porto, três sessões de apresentação do «Pequeno Guia Parlamentar», editado pelas Edições «Avante!».

No dia 25, no Centro de Trabalho de Alcântara, com a sala completamente cheia, estiveram presentes os deputados Alda Nogueira, Manuel Gonçalves e Navalha Garcia. No dia seguinte, os deputados Jorge Lemos e Matos Gago participaram numa sessão idêntica realizada na Livraria da CDL, em Algué. Por último no sábado passado os

deputados comunistas Lino Lima, Joaquim Felgueiras e Sá Matos deslocaram-se ao Porto para idêntico fim.

Em todas as sessões foi sublinhada a importância do «Pequeno Guia Parlamentar» bem como a sua utilidade para um melhor conhecimento do funcionamento da Assembleia da República e da actividade que nela desenvolvem os comunistas em defesa dos interesses das classes trabalhadoras e do povo em geral. Em todas as sessões os deputados autografaram diversos exemplares do livro tendo respondido às questões que a assistência colocou.

Sessão com Dias Lourenço em V.R. de Santo António

Mais de 300 pessoas participaram numa sessão de esclarecimento organizada pela Comissão Concelhia do PCP de Vila Real de Santo António, realizada num dos mais desta localidade, e que contou com a presença do camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP.

No decorrer desta sessão, virada para o esclarecimento da situação política actual e política do PCP, numerosas questões foram postas pela assistência.

A saída da crise e a questão do governo, a ofensiva de violência contra a Reforma Agrária desencadeada pelo governo demitido através do MAP e do MAI

— responsável pela ferocidade das acções cometidas pela GNR no Alentejo — a situação social, sobre a qual vários assistentes puseram questões relativas às condições de vida da população laboriosa local e outras de grande actualidade, tornaram interessantes e vivo o debate.

Abriu a sessão o camarada Alfredo Graça, da Comissão Concelhia, que historiou a actividade do PCP no concelho e as tradições de luta da organização local. A participação da APU nas eleições para a autarquia local em que obteve 35 por cento dos votos, a acção cultural, a mobilização da juventude em torno das suas

aspirações, a interessante actividade dos Pioneiros de Portugal que conta no concelho com mais de 40 crianças, e outras mereceram a atenção dos assistentes.

Referindo a actividade da organização local, disse a dado passo o camarada da Comissão Concelhia: Bastantes dificuldades se nos depararam, mas as dificuldades nunca assustaram os comunistas nem nos impediram de levar por diante uma luta que é a de todo o povo trabalhador, vítima das maiores injustiças sociais.

As mulheres tiveram viva participação, destacando-se uma operária conserveira que expôs um

caso de exploração patronal de gritante ilegalidade, e uma doméstica que abordou a difícil situação das donas de casa.

Uma moção de protesto contra a acção violenta da GNR a mando do MAP nos campos do Alentejo e de solidariedade com os trabalhadores da Reforma Agrária foi aprovada por unanimidade e aclamação.

O camarada Dias Lourenço, que fez uma exposição inicial sobre a situação política e social, respondeu depois às numerosas questões que lhe foram postas pela assistência, entre a qual se contavam vários socialistas e democratas de outras tendências.

O último adeus a Júlio Martins

Foi na passada quarta-feira, dia 26 de Outubro. Eram quase três horas da tarde, tempo marcado para o início do funeral do camarada Júlio Martins, quando se começaram a retirar as coroas e ramos de flores que lhe cobriam o corpo exposto na Câmara Mortuária na ACADEMIA de Santo Amaro.

Eram quase três horas quando, escondidas entre cravos, dalias e lírios, entre flores quase todas de tom vermelho, surgiram meia dúzia de espigas atadas num pequeno ramo. Colhidas provavelmente há algum tempo, eram umas espigas pálidas sem o tom dourado quente de quando ondulavam nas searas em esperanças de pão.

Não sei, camaradas, se repararam naquele ramo de espigas. Entre o vermelho gritante, viçosas das flores, símbolo de um último adeus de camaradas e amigos a um camarada e amigo como poucos, mal se apercebiam aquela meia dúzia de espigas

no corpo de Júlio Martins, bem junto às mãos que não mais traçariam planos para da terra arrancar o futuro, que não mais traçariam gestos de combate.

Não sei se repararam, camaradas, nestas espigas. Mas quantos dos que na terra trabalham e por ela lutam, quantos dos que, nos campos, às três horas na passada quarta-feira ainda não sabiam que o exército dos combatentes pela Reforma Agrária sofrera uma perda irreparável, quantos não desejariam vir trazer a Júlio Martins algumas espigas das muitas searas que ele ajudou a semear com o seu impulso de técnico da Reforma Agrária, de militante do Partido dos trabalhadores cuja vivência, cujo pulsar foram sempre uníssimos com o ritmo da luta revolucionária?

Quanto não o desejariam? Mas deixá-lo, camaradas. Nós vimos, um dia, um grupo de trabalhadores de uma unidade colectiva oferecer espigas a Júlio Martins, radiantes com a colheita, gratos pelos conselhos dados, pelo apoio técnico que, aliado com o tremendo esforço da UCP, trouxera mais um êxito à produção. Nós ouvimos no funeral de Júlio Martins, as palavras escritas na coroa de flores dos Secretariados e Unões das UCPs, reproduzidas por um jovem técnico comunista:

«Faremos brotar o pão que nos ajudaste a produzir!»

O que perdemos...

Do funeral de Júlio Martins, muito e pouco há simultaneamente a dizer.



O camarada Américo Leal, membro do Comité Central do Partido, fez o elogio fúnebre de Júlio Silva Martins, "um verdadeiro combatente revolucionário"

Fazia calor, um sol bom para a campanha de sementeiras, aquecia as esperanças dos camponeses neste Outono que passa (os trabalhadores das UCPs dizem: «Com um tempo assim as sementeiras poderão prolongar-se até Dezembro»), e a vontade de semear muito e bem espelha-se-lhes nos olhos).

Fazia calor. As flores eram viçosas e belas. E havia quem pensasse: «Porque não oferecemos aos camaradas que amamos as flores enquanto eles vivem e nos podem sorrir?».

Eram centenas de comunistas e de outros democratas, pela última vez fisicamente ao lado de Júlio Martins. Em representação do Comité Central do PCP, Margarida Tengarrinha, Carlos Costa, Américo Leal e Dinis Miranda. Em representação dos trabalhadores da Reforma Agrária, elementos do Secretariado das UCPs e Cooperativas. Nas palavras sentidas de Américo Leal e João Bruno Soares, a homenagem e o elogio do

camarada e amigo desaparecido.

O sol estava quente mas muita gente sentia frio no cemitério de Benfica, muita gente sentia frio, desde a véspera, ao saber da morte brutalmente inesperada de Júlio Martins, ao vê-lo imóvel sem o ar de bonomia constante, parado o rosto expressivo, tantas vezes sorridente e sempre sereno.

«Na prisão, chamávamos-lhe Santo Julião — contou um camarada. Se qualquer preso estava a consertar um sapato, daí a pouco já era o Júlio a acabar o trabalho. Era assim com todas as coisas: trabalhador ao máximo, com uma capacidade de solidariedade invulgar, um sentido profundo de compreensão humana, aliados a espírito e conhecimento científico muito profundos e uma dedicação enorme na militância. Com um conjunto de qualidades como o Júlio — «Julião» — não há muitos camaradas.»

E não há. Que o digam, vocês, camaradas e amigos da Reforma Agrária.

O que resta...

Quanto de vós, camaradas dos campos do Alentejo e Ribatejo, quanto de vós homens sem partido ou de partidos democráticos, ouviram tantas vezes nas palavras de Júlio Martins, a expressão do que fazer, como fazer e porquê para do solo inculto ou subaproveitado construir uma terra próspera? Como da aridez fazer regadio, como na terra nua, inovar, experimentar novas culturas, melhorar, tirar todo o proveito — produção, frente da batalha



Transportando a urna do camarada Júlio Silva Martins para a sepultura

política — com o mínimo de recursos e o máximo das dificuldades impostas pelos sucessivos Governos e pela reacção, quanto lhe ouviram dizer? Quanto lhe viram no rosto geralmente pálido, o entusiasmo, a alegria, o fervor do combate, a determinação quando a ofensiva contra a Reforma Agrária apertava e o fazia sofrer como militante e como homem profundamente apaixonado pela terra transformada e a transformar? «Até os mortos vão ao nosso lado», diz a «Jornada». Júlio Martins não estará na 3.ª Conferência da Reforma

Agrária, não estará mais nos encontros em que os trabalhadores planeavam, com ele, a produção animal e vegetal, as sementeiras; nas jornadas de trabalho e de luta, Júlio Martins não estará mais. Mas dele ficaremos com o exemplo, os ensinamentos, a recordação e a sensação da falta que nos faz. Ficaremos com as suas obras, os estudos, a palavra escrita, e a que não escreveu mas conservamos na memória. Continuaremos a enraivecer-nos quando lermos nas «Estruturas Agrárias em Portugal» como era a terra na mão de meia dúzia de famílias, estendendo

o seu domínio por distritos e concelhos. E nas unidades colectivas e cooperativas, quantas valorizadas com o apoio do Júlio, os trabalhadores continuarão a fazer brotar o pão que ele ajudou a semear, defendendo a terra dos inimigos usurpadores, defendendo a Revolução.

Do funeral do Júlio Martins, muito e pouco simultaneamente há a dizer. Os comunistas e, ao seu lado, outros democratas, mesmo quando choram os seus mortos, mesmo quando os não choram mas sentem

intensamente a sua perda, esse choro, essa mágoa são sempre sementes lançadas à luta com a sabedoria dolorosa de que a melhor homenagem aos combatentes pela Revolução, é continuar com mais força o seu-nosso combate.

Por isso, no funeral de Júlio Martins saiu de dentro de todos, trémulo e forte, magado e firme, um grito de centenas de vozes: «A luta continua!», «Avante pela Reforma Agrária!», um grito que se repete no Alentejo e Ribatejo, um grito que ecoa por todo o país.

Semana

25

Quarta-feira

1495 — Com 40 anos, morre no Alvor, D. João II.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, indigita para o cargo de Primeiro-Ministro o professor Mota Pinto, ex-militante do PPD/PSD. ■ Sobre a figura do novo primeiro-ministro indigido pronunciam-se os partidos políticos. A par das reservas expressas pelo PCP, o CDS manifesta uma grande abertura à nomeação. Por seu turno, o PPD informa não ser sua intenção hostilizar o novo primeiro-ministro. ■ Uma carinha da AGPL que transportava seis mil contos destinados ao pagamento de salários é assaltada por três indivíduos armados. ■ Durante os exercícios de treino dos recrutas do Regimento de Comandos verifica-se o disparo accidental de uma granada de morteiro que cai na zona habitacional da Amadora, causando um morto e sete feridos graves. ■ Após o encontro dos secretários e uniões distritais das UCP's e Cooperativas Agrícolas com o secretário de Estado da Estruturação Agrária, um porta-voz dos trabalhadores denuncia que o governo demitido "mantém a sua intransigência e vai voltar a usar a repressão". ■ Nas eleições para a Comissão de Trabalhadores da Radiodifusão Portuguesa vence por uma larga margem a lista unitária de esquerda. ■ Vasco da Gama Fernandes dá posse aos membros do Conselho de Imprensa. ■ Mário Soares, numa conferência de Imprensa, declara que o PS não participa no Governo mas não se opõe a convites a militantes seus.

26

Quinta-feira

1147 — D. Afonso Henriques conquista Lisboa aos mouros.

Os trabalhadores dos sectores metalúrgico e metalomecânico paralisam a nível nacional. A adesão ultrapassa os 90 por cento. ■ Em Sacavém, é assaltada uma agência bancária. ■ A TAP inaugura a segunda cadela de grandes inspecções destinadas essencialmente a aviões estrangeiros. ■ Mário Soares parte para o Canadá a fim de participar nos trabalhos do Congresso da Internacional Socialista. Era acompanhado por Salgado Zenha e Rui Mateus. Antes de partir Mário Soares esteve em Belém. ■ Realiza-se o funeral do militante comunista, engenheiro agrónomo Júlio da Silva Martins, cujo nome está intimamente ligado à Reforma Agrária. ■ Na Quimigal a lista unitária vence as eleições para delegados sindicais dos trabalhadores de escritórios.

27

Sexta-feira

1949 — É atribuído ao professor dr. Egas Moniz e ao prof. Rudolf Hess o Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia.

Os secretariados das UCP's e Cooperativas Agrícolas denunciam uma brutal escalada de violência do MAP que para tal utiliza a GNR. Mais de 50 trabalhadores são espancados. ■ Numa medida descrionária, o Governo Regional da Madeira proíbe a utilização do auditório da Caixa de Previdência para a festa do 1.º aniversário do jornal "O Farol das Ilhas". ■ Os trabalhadores têxteis de Castanheira de Pera paralisam como protesto contra a falta de apoio governamental às empresas em crise no concelho. ■ Prosseguindo a sua luta, os trabalhadores da Sorefame paralisam durante quatro horas. ■ Os trabalhadores da Soda-Póvoa entram no 22.º dia de greve. ■ Um despacho do secretário de Estado da População e Emprego obriga a empresa Ambar a reintegrar 19 trabalhadores despedidos. ■ Ao entrar no Forte Catalazete a fim de se encontrar com o Primeiro-Ministro indigido, Meneses Pimentel do PPD declara: "Nunca estivemos na posição de hostilizar a nomeação de Mota Pinto para o cargo de Primeiro-Ministro".

28

Sábado

1973 — Realiza-se a última farsa eleitoral fascista.

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, participa num comício na Amadora e no qual salienta que o "PCP tem confiança no futuro porque tem inabalável e indestrutível confiança na classe operária e no povo de Portugal". ■ Com o repúdio generalizado do movimento cooperativo português começam as jornadas de Braga, um pretoso encontro nacional de cooperativas que mais não é do que uma tentativa divisionista daquele movimento. ■ Numa entrevista transmitida pela televisão francesa Mário Soares não nega apoio ao Primeiro-Ministro indigido. ■ Também Meneses Pimentel, do PPD, declara em Faro: "Daremos toda a colaboração que o Primeiro-Ministro nos solicitar e, de resto, já nos solicitou." ■ Em S. João do Estoril é inaugurado um novo Centro de Trabalho do PCP. ■ Um engenho explosivo rebenta, em Ponta Delgada, junto à residência do director do jornal "Agores". Este atribui o atentado às forças separatistas. ■ Mil e trezentos trabalhadores dos OTT, reunidos em plenário, aprovam uma greve geral progressiva de dois dias. ■ No Sindicato da Cerâmica e Cimentos de Setúbal vence as eleições uma lista unitária. ■ Nos estaleiros navais de Viana do Castelo é eleita, por esmagadora maioria, uma lista unitária para o Conselho de Trabalhadores.

29

Domingo

1939 — Chegam ao campo de concentração do Terezin os primeiros presos políticos. Mais de 400 passaram por lá e 32 perderam a vida.

Sá Carneiro, presidente do PPD, declara que a fórmula encontrada para a indigitação do novo Primeiro-Ministro "não foi e não é defendida" pelo seu partido. ■ Partido Socialista Revolucionário é o novo agrupamento político saído da unificação da LCI e PRT. ■ No Sindicato da Construção Civil de Viana do Castelo vence a eleição uma lista unitária. ■ No cinema Lumiar, em Lisboa, é decidida a legalização da central sindical paralela denominada União Geral dos Trabalhadores. ■ No Sindicato Livre dos Pescadores da Alentejo vence as eleições uma lista unitária. ■ A Comissão Política Nacional do Movimento Social Democrata congratula-se com a indigitação de Mota Pinto para o cargo de Primeiro-Ministro.

30

Segunda-feira

1929 — Morre no exílio o político republicano e jornalista António José de Almeida, fundador do jornal "República".

A Câmara Municipal de Lisboa e a Assembleia Municipal do Porto, no decorrer das suas sessões, aprovam moções em que condenam a violência desencadeada pelo MAP nas terras da Reforma Agrária e manifestam-se pela abertura de um clima de diálogo. ■ No Hospital da Estefânia realiza-se uma operação cirúrgica considerada inédita em Portugal e que consistiu na separação de duas irmãs siamesas com quatro meses de idade. ■ O candidato do PS, Teófilo Carvalho dos Santos, é eleito para presidente da Assembleia da República. ■ Material de guerra de fabrico português é embarcado em Lisboa, que se destinava ao Líbano, fica retido em Barcelona devido à recusa dos tripulantes do navio em seguirem com aquela carga a bordo. ■ Mário Mesquita, director do jornal "Diário de Notícias", pede a sua demissão de deputado e militante do Partido Socialista. ■ O "Financial Times", jornal dos círculos financeiros britânicos, prevê no seu editorial "uma tarefa bem difícil" para o Primeiro-Ministro português indigido, que entretanto recebe delegações do PS, PPD e CDS no quadro das diligências para a formação do IV Governo.

31

Terça-feira

1974 — É instituída oficialmente em Portugal a liberdade de criação de partidos políticos.

O Primeiro-Ministro indigido recebe em Catalazete as delegações do PCP e da UDP. O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, declara à saída que o PCP se mantém disposto a "considerar a hipótese de permitir a participação de militantes comunistas no IV Governo". ■ O início do novo recenseamento eleitoral foi programado para começar em Dezembro. ■ Toma posse o vice-chefe do Estado Maior da Armada, vice-almirante João Paulo Bustorff Guerra. ■ Ao regressar da Alemanha Federal, Amaro da Costa, vice-presidente do CDS, ameaça: "Enquanto não houver uma confrontação política global com o Partido Comunista, Portugal não pode ser um país clarificado". ■ A orientação da Juventude Socialista é contestada por alguns ex-comunistas que para o efeito dão uma conferência de Imprensa. ■ Os trabalhadores das Contínuas uma greve nacional limitada a partir do dia 6. ■ A agência da Ambar opta-se à reintegração dos 19 trabalhadores despedidos decidida por despacho do Ministério do Trabalho. ■ Toma posse o novo comandante da Região Militar do Norte, brigadeiro Mário Delgado.



Os Comunistas na Assembleia da República

Aprovada na generalidade legislação favorável aos trabalhadores

Foi já com a presidência de Teófilo Carvalho dos Santos, eleito na passada segunda-feira para a presidência da AR por 134 votos contra 84, 8 abstenções, 3 nulos e 1 branco, que foi aprovada na generalidade o Projecto de Lei n.º 92/I, sobre a participação das organizações de trabalhadores na elaboração de trabalho, apresentado pelo Grupo Parlamentar Comunista.

O Projecto n.º 95/I, sobre a mesma matéria mas da autoria dos parlamentares socialistas, viria a ser também aprovado na generalidade, no mesmo dia. Os partidos da direita, que se absteram em relação ao projecto do PS, tinham rejeitado obviamente o dos comunistas e, quanto ao que o deputado da UDP apresentou, apenas Acácio Barreiros e Aires Rodrigues o aprovaram, registando-se a abstenção do PCP e de Vasco da Gama Fernandes, que já se encontrava ocupando o lugar de deputado do PS; os outros grupos parlamentares rejeitaram o projecto 102/I que o deputado Acácio propusera.

Na declaração de voto apresentada por Severino

Falcão em nome dos comunistas, considera-se que a aprovação na generalidade dos dois projectos — comunista e socialista — constitui um sinal positivo. E fazem-se votos para que este sinal positivo venha a ter sequência em termos de legitimar as expectativas e direitos das organizações dos trabalhadores.

Por seu lado o camarada Jerónimo de Sousa, na quinta-feira passada, ao apresentar o projecto comunista sobre o direito de participação das organizações de trabalhadores na elaboração da legislação de trabalho, tinha-o definido como um direito cuja conquista só foi possível, à semelhança do que aconteceu com tantos outros direitos das classes trabalhadoras, com a organização, o sacrifício e a luta quotidiana de milhares de trabalhadores e cuja consolidação exigirá igualmente o sacrifício, a organização e a luta quotidiana de milhares de trabalhadores.

Vencida a resistência dos adversários de classe de tais direitos — disse ainda Jerónimo de Sousa —, sempre

estes tentaram, depois da sua conquista, destruí-los ou recuperá-los. Foi assim com o direito à greve e com o direito à contratação colectiva. Foi assim com o direito ao trabalho e à estabilidade no emprego, com o direito ao controlo de gestão, etc.

Nenhum destes direitos constituiu, alguma vez, uma dívida ou se traduziu numa mera tolerância das classes dominantes — sublinhou também o deputado comunista —; antes foram sempre o resultado de um combate dos trabalhadores na caminhada para a sua emancipação.

A votação na generalidade dos dois projectos — comunista e socialista —, não encerra a luta travada. Mas é já um sinal de que na Assembleia é possível conseguir uma maioria favorável aos trabalhadores e que a direita e a reacção registou nova derrota.

O isolamento dos partidos da direita não passou despercebido aos observadores do que se passou nos últimos dias de actividade parlamentar. Tanto na aprovação do projecto a que nos referimos,

como, na passada terça-feira, na atitude dos deputados do PS em relação à apresentação do Projecto de Lei n.º 135/I, do PCP propondo alterações à Lei do Arrendamento Rural, desenhou-se no hemisfério de São Bento a possibilidade de um entendimento entre comunistas e socialistas quanto a questões que interessam directamente aos trabalhadores portugueses, para grande amargura do PPD e do CDS.

E essa amargura não acaba com a perspectiva de virem a ser aprovados diplomas legais que constituirão uma melhoria significativa no que toca aos direitos das camadas laboriosas do povo português. As liberdades democráticas estiveram também em discussão. E viu-se a direita gaguejar, antes de dar a mão à palmatória, quando a indignação dos deputados do PCP e do PS condenou a actuação do Governo Regional da Madeira, que se atribuiu recentemente o direito discricionário de não homologar os conselhos directivos eleitos nas escolas, «direito» que o fascismo não desdenharia chamar seu.

A consciência intranquila da direita

Os partidos da direita primam por utilizar o período de ocupar o tempo útil de levantar problemas candentes, de denunciar a que vai mal. E o que vai mal foi denunciado. Vital Moreira, aplaudido pelos seus camaradas e pela bancada socialista, de pé, secundado mesmo por deputados do PS, denunciou a medida do Governo regional madeirense — que se arroga o direito de homologação aos conselhos directivos das escolas — como produto de um projecto autoritário, discriminatório, repressivo, anticomunista e antidemocrático e, intrinsecamente, fascista, cuja execução pressuporia a instauração de uma ditadura mais ou menos terrorista na Madeira.

Teria sido o terror de ver os grupos parlamentares à esquerda do hemisfério, comungarem do mesmo ânimo no apontar do perigo do fascismo que fez o CDS repudiar no final as medidas do PPD madeirense? E foi o terror de se ver isolado que fez Magalhães Mota afirmar que o seu partido, consciente da gravidade da situação, apreciaria aquela situação criada pela sua correligionária madeirense e tomaria decisões?

Tais intervenções falham, porém, os seus objectivos de ocupar o tempo útil de levantar problemas candentes, de denunciar a que vai mal. E o que vai mal foi denunciado. Vital Moreira, aplaudido pelos seus camaradas e pela bancada socialista, de pé, secundado mesmo por deputados do PS, denunciou a medida do Governo regional madeirense — que se arroga o direito de homologação aos conselhos directivos das escolas — como produto de um projecto autoritário, discriminatório, repressivo, anticomunista e antidemocrático e, intrinsecamente, fascista, cuja execução pressuporia a instauração de uma ditadura mais ou menos terrorista na Madeira.

Teria sido o terror de ver os grupos parlamentares à esquerda do hemisfério, comungarem do mesmo ânimo no apontar do perigo do fascismo que fez o CDS repudiar no final as medidas do PPD madeirense? E foi o terror de se ver isolado que fez Magalhães Mota afirmar que o seu partido, consciente da gravidade da situação, apreciaria aquela situação criada pela sua correligionária madeirense e tomaria decisões?

Dia a Dia

Arrendamento rural

Foi apresentado o Projecto de Lei n.º 135/I, «Alterações à Lei do Arrendamento Rural», pelo grupo parlamentar comunista, tendo o camarada Vítor Louro produzido uma declaração política sobre o assunto sublinhando a urgência que tal diploma tem em ser rapidamente apreciado e aprovado. Trata-se dum projecto simples e que não é inovador no quadro do direito português, ao mesmo tempo que contribui

positivamente para a concretização do objectivo constitucional de criar as condições para atingir a igualdade efectiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores.

Voto de pesar

Um voto de pesar pela morte do jovem atingido, na Amadora, pela explosão de uma granada e solidarizando-se com os feridos em resultado do mesmo

acontecimento, foi aprovado por unanimidade na passada segunda-feira. O protesto contra o facto de serem efectuados exercícios em unidades militares em zonas urbanas, votado separadamente, foi rejeitado, com a abstenção de comunistas e socialistas.

Delegação Parlamentar da RFA

Uma delegação do parlamento Federal Alemão,

que se deslocou a Portugal em 30 de Outubro e permanecerá no nosso país até amanhã, visitou na passada terça-feira o hemisfério assistindo por breves momentos aos trabalhos da Assembleia da República. No dia anterior tivera um encontro com o Presidente e a Mesa da AR e com os Presidentes dos Grupos Parlamentares.

Professores de Educação Física

Pela voz do deputado

comunista Matos Gago, ouviu-se na AR o protesto que os professores de Educação Física elevam contra a reorganização, surgida com a Portaria 434/78, de uma estrutura que afasta aquela disciplina das escolas e dos seus problemas concretos, desligando-a de qualquer perspectiva de formação global e integral das crianças e assemelhando-se à concepção corporativa que conduziu à criação da ex-organização fascista que

dava pelo nome de Mocidade Portuguesa.

Protestam estes profissionais — afirmou o deputado — contra a criação de organismos que tenham como objectivo a sua marginalização em relação aos restantes professores e que prevejam mesmo mecanismos autoritários — fora dos princípios da gestão democrática — de controlo da sua actividade enquanto profissionais do ensino.

Intervenções

Sector têxtil: a razão dos trabalhadores

Realizou-se há alguns dias, na sede do Sindicato Têxtil do Distrito do Porto, uma reunião que contou com a presença de representantes de empresas têxteis da área deste Sindicato e, a seu convite, de deputados dos grupos parlamentares do Partido Comunista Português e do Partido Socialista.

Vamos dar hoje alguns exemplos que nos foram presentes, sem prejuízo de, em futuras ocasiões, nos pronunciarmos sobre os aspectos concretos relacionados com a difícil situação da maior parte das empresas do sector e, particularmente, daquelas em que os trabalhadores vêem em risco a curto prazo os seus postos de trabalho e os seus mais elementares direitos.

Das cinco empresas intervenientes, 3 foram desintervenientes, a última das quais pelo Governo demitido de Nobre da Costa. Na CIFA os acionistas avançam com condições gravosas para o Estado e os trabalhadores e afirmam que, caso estas não se apliquem, a empresa não é viável; entretanto os créditos estão cortados e a empresa deve,

milhares de contos aos trabalhadores. Na Politéia não são pagos salários há quatro meses e o número de postos de trabalho reduziu-se a trinta, quando, no período de intervenção, foram mantidos e até aumentados em 30 por cento os então existentes. O escândalo da desintervenção de Abel Alves Figueiredo, da responsabilidade de Nobre da Costa, já aqui foi denunciado pelo nosso Grupo Parlamentar. Nas que restam intervenientes (Fábrica de fiação de crestum e fábrica de tecidos do Jacinto) os seus mil e quinhentos trabalhadores, enquanto vão recuperando as empresas, continuam a aguardar respostas positivas às suas propostas de reestruturação e creiam que novas e arbitrárias desintervenções venham agora atingir directamente.

Têm tido papel preponderante, nestes como noutros casos, as actividades da delegação do Porto do Ministério do Trabalho e do Emprego e do Conselho de Gestão do Banco Português do Atlântico, já denunciadas publicamente pelos

trabalhadores e pelas suas organizações sindicais. Pedidos de inspecção sem solução há meses, como na Sociedade Industrial do Mindeiro, na Fábrica de Tecidos Lionesa, na Invicível ou na Nordica, são exemplos correntes da actividade da delegação do MT. Enquanto o Conselho de Gestão do BPA vai cortando os créditos, recusando os financiamentos, inviabilizando empresas, exigindo o desemprego de trabalhadores e agindo em íntima ligação com os interesses patronais mais reacçãoários.

A Schimming e a Scott, dois dos 400 trabalhadores cada uma, estão encerradas há vários meses. A Eferetx está parada há um ano e a Oriental (com 600 trabalhadores) está igualmente encerrada.

A Primor não tem crédito para compra de matérias-primas mesmo com uma boa carteira de encomendas como aconteceu com tantas outras. Na Valfar, o Conselho de Gestão do BPA usa a chantagem e cortou o crédito ao por os trabalhadores a aceitar uma aplicação do DL 353/4-77 (empresas em situação difícil).

O que se passa com a pesca do alto?

A frota de pesca do alto está paralisada há 4 meses e meio. É uma afirmação simples mas incompreensível para os portugueses.

Trata-se da paralisação de uma trintena de navios de pesca que têm operado habitualmente na Mauritânia e que corresponde a uma das mais importantes zonas de abastecimento de pescado para o nosso mercado interno.

Esta paralisação acontece pela segunda vez um pouco mais de um ano e assume as características de lock-out, da exclusiva responsabilidade do Governo. É que 85 por cento da frota da Mauritânia pertence a empresas nacionalizadas, as quais, no seu conjunto, empregam dois mil trabalhadores do mar e outros dois mil em terra e são responsáveis por 90 por cento do peixe congelado vendido em Portugal.

As causas aparentes desta paralisação radicam nas condições

laborais. Assim reza o despacho do Ministério de 31 de Maio pelo qual o Governo impôs que armadores e sindicatos acordem essas condições para a presente campanha, sendo que o Governo não paga as licenças de pesca à Mauritânia.

No entanto, o respectivo contrato colectivo de trabalho está em negociação desde 1976 e neste momento encontra-se no Ministério do Trabalho em fase de arbitragem.

As administrações das empresas nacionalizadas de pesca desde o início das negociações as vêm obstaculizando. Mesmo depois de obrigadas a negociar pelo Secretário de Estado em Agosto de 1976, invocaram, 9 meses depois, falta de tempo e de técnicos, só em Janeiro de 1978 se dispôs a retomar as negociações. Porém, na véspera da reunião apazada os armadores afirmaram querer participar também (eles tinham-se posto à margem desde o princípio). Na reunião de 10 de Janeiro, convocada para prosseguir as negociações interrompidas entre as

empresas nacionalizadas e os sindicatos, os armadores exigiram que fossem renegociadas todas as 48 cláusulas anteriormente acordadas — posição que evidentemente foi recusada pelos trabalhadores que não estavam dispostos a voltar atrás aquilo que ao longo de ano e meio de arastadas negociações tinham conseguido. Então os armadores provados recusaram as negociações, e as administrações das empresas nacionalizadas solidarizaram-se com eles, desrespeitando os compromissos que antes foram assumidos. Mais tarde, face à exploração dos trabalhadores, as administrações das empresas nacionalizadas retomaram as negociações, mas já em Abril estavam de novo em impasse — perante o que os sindicatos solicitaram que o contrato passasse à fase de arbitragem. Então as empresas nacionalizadas passaram a ser representadas por pessoas escolhidas pelo consultor jurídico dos armadores privados!

Por aqui se vê a imoralidade do despacho que fez depender a presente campanha do acordo acima da hora em relação à matéria que se arrasta há tanto tempo e de cujo atraso os únicos responsáveis são aqueles que pretendem pôr os 85 por cento nacionalizados da frota de pesca a mando e a rebuque dos 15 por cento privados.

Simultaneamente, o País perde as suas poucas posições nos mercados internacionais de transformação e de conservas. Uma tal política é desde logo apoiada pelos grupos esquerdistas que, pretendendo, fechando a barra, ampliar as consequências anti-nacionais das medidas do Governo, ao mesmo tempo que alimentam o sentimento anti-trabalhadores de mar e de terra, à semelhança do que têm feito as administrações, como se uns e outros não fossem do mesmo barco. (Vitor Louro, em 30/10/78).

Iniciado o debate preparatório do Encontro sobre a reestruturação do Ensino Superior promovido pela UEC

Decorreu recentemente em Lisboa uma reunião alargada da Direcção da Organização do Ensino Superior (DOESL) da União dos Estudantes Comunistas (UEC), na qual foi uma vez mais sublinhada a necessidade do alargamento e reforço da corrente unitária no movimento associativo, tendo ainda sido analisado o trabalho desenvolvido na preparação do Encontro Nacional sobre a Reestruturação do Ensino Superior, convocado pela UEC para 2 e 3 de Dezembro próximo. Além de ter decidido convocar a 3.ª Assembleia da Organização para o próximo dia 25, a reunião da DOESL da UEC elaborou um importante comunicado sobre o Encontro a realizar em Coimbra, o qual começa por referir:

Inscritos numa linha de acção bem definida, o Ministério de Cardia seguiu atentamente as

opiniões do imperialismo (BM e FMI) e da direita, acompanhando a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, procurando a instabilidade e agravando a situação de milhares de estudantes.

O MEC liquidou algumas das conquistas mais importantes dos estudantes universitários. Criados instrumentos legais numa política reacçãoária (os Conselhos Científicos), reduziu substancialmente a população universitária, facilitando a degradação pedagógica, o MEC apresenta agora os planos da reestruturação das diversas Faculdades, nomeadamente as de Letras e Ciências.

A importância do debate preparatório detendo-se em particular na importância do Encontro sobre

a Reestruturação do Ensino Superior — que tem como objectivos centrais o prosseguimento do estudo da situação existente e a elaboração de propostas coerentes para a transformação da Universidade e dos diversos ramos de ensino — o comunicado da reunião da DOESL da UEC salienta, entre outros aspectos:

A preparação e realização deste Encontro coincide com uma larga movimentação estudantil contra a reestruturação de Cardia, que fere os seus interesses mais particulares e contraria a existência de uma Universidade que forme os técnicos necessários ao desenvolvimento económico e social do nosso país, que sirva o nosso povo.

A profundidade das conclusões do Encontro

depende, em larga medida, do debate que for travado entre os estudantes comunistas, entre todos os estudantes, entre professores e estudantes.

É assim que as propostas do MA e que as sugestões já elaboradas por este a nível nacional desempenham papel de relevo neste trabalho.

O documento da DOESL da UEC apela a todos os estudantes e professores da Academia a participarem no debate preparatório agora iniciado, independentemente das suas concepções políticas ou partidárias.

Entretanto, a Comissão Executiva do Encontro promove hoje durante a manhã uma conferência de Imprensa na sede da UEC em Lisboa, com o objectivo de dar a conhecer aos órgãos de Comunicação Social a actual fase de preparação da iniciativa.

Mais «numerus clausus»...

A par da grave situação criada pelo «chumbo» massivo no Ano Propedéutico e do problema da «reestruturação» das Faculdades de Letras, para já não referir outras questões igualmente preocupantes, a introdução do «numerus clausus» nas licenciaturas dos Ramos Educacionais das Faculdades de Ciências é, neste momento, um dos assuntos que dominam o sector do Ensino, e que evidencia claramente a orientação confusa do MEC para as escolas e respectivos cursos.

Com efeito, centenas de estudantes das Faculdades de Ciências do país inseriram no Ramo Educacional superior este ano afastados da licenciatura que conduzir à profissionalização na carreira docente.

O «numerus clausus» introduzido subitamente pelo MEC cifra-se (a nível nacional...) em 87 para Matemática, 76 para Física e Química e 59 para Biologia e Geologia. Só em Coimbra há 255 inscritos em Matemática, 149 em Física e Química e 289 em Biologia e Geologia...

Entretanto, nada se sabe quanto

à distribuição das «vagas» nem quanto aos critérios que orientarão o seu preenchimento. Assim, muito dos estudantes interessados no Ramo Educacional serão forçados a desistir ou a optar pelo Ramo Científico, opção que, na maioria dos casos, não responde aos legítimos interesses dos candidatos, e isto porque este Ramo se destina à formação de professores; concluído o bacharelato (3.º ano), a maior parte dos estudantes de Ciências inscreve-se no Ramo Educacional, iniciando simultaneamente a sua actividade docente, para a qual necessitam, mais tarde, concluir o curso da Faculdade.

Que futuro vão ter os alunos que não consigam passar no «numerus clausus»? Será que o MEC quer impedir a formação dos professores necessários ao país? Será que o MEC ainda não viu que em muitas escolas preparatórias e secundárias as aulas de Matemática, Biologia, Ciências Naturais, Física e Química, etc. ainda não começaram por não haver professores?

Metalúrgicos: uma grande jornada na luta geral pela contratação

A contratação colectiva, cujos atrasos, boicotes patronais e impasses de vária ordem prejudicam gravemente mais de milhã e meio de trabalhadores das mais importantes actividades económicas do país, teve na última quinta-feira, com a paralisação nacional dos metalúrgicos, um dos pontos altos da luta que há meses mobiliza as classes trabalhadoras por reivindicações vitais. Com uma média de adesões superior a 90 por cento nos locais de maior concentração da indústria metalúrgica e metalomecânica, designadamente em Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra, Guarda, Viana do Castelo e Braga, a paralisação foi acompanhada de uma concentração no Porto que reuniu mais de 10 000 trabalhadores.

Convocada pela Federação Sindical de Sindicatos do sector, que não tem contrato de trabalho negociado directamente desde 1972, a paralisação nacional revelou o poder de mobilização e a combatividade dos metalúrgicos, secundados por outros trabalhadores ligados à mesma indústria, interessados também nas negociações e na publicação do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical (CCTV) para a metalurgia e a metalomecânica.

As 22 associações sindicais dos metalúrgicos e de outros ramos de actividade, que decretaram a paralisação, acusam as associações patronais de bloquearem as negociações do CCTV que se arrastam desde 4 de Julho findo. A intransigência patronal incide em matérias essenciais, designadamente nas remunerações. As posições realistas e a capacidade de negociação da Comissão Negociadora Sindical têm deparado com o boicote do patronato. Essa atitude dos patrões levou o Contrato ao MT para conciliação, atenuando-se novamente a intervenção administrativa numa regulamentação laboral que os trabalhadores pretendem negociar directamente até ao fim, defendendo as regalias alcançadas num contrato vertical e que abranja todo o país.

As doze horas de paralisação da última quinta-feira, embora o patronato, através das suas associações, tenha deformado os seus objectivos e tentado desmobilizar os trabalhadores, constituíram, em todo o lado

e dentro do mais estrito respeito pela Constituição, a forma de luta adequada para contrariar a política patronal de fazer suportar aos trabalhadores todos os sacrifícios sem perspectivas que os tomem acérrimos, nomeadamente a garantia de emprego, a solidaz da indústria, o progresso económico do país.

Forte mobilização e firmeza no Porto

No Porto, mais de dez mil trabalhadores metalúrgicos concentraram-se junto da Delegação do Ministério do Trabalho para repudiarem o boicote patronal às negociações do seu CCTV, exigirem do Ministério do Trabalho uma posição firme para obrigar os patrões do ramo automóvel, dos Açores e da Madeira a negociar o contrato e para condenarem firmemente a ofensiva do Governo demitido contra a Reforma Agrária.

Uma vez mais, os metalúrgicos deram provas da unidade e determinação para conquistarem melhores condições de vida e defender as conquistas de Abril, quer na concentração, a que aderiram em elevada percentagem (85%) quer na paralisação decretada para o segundo período de trabalho na última quinta-feira. Além disso, souberam ganhar o apoio de outras camadas de trabalhadores do sector, não envolvidos directamente na paralisação, que por várias formas de luta exprimiram a sua solidariedade aos metalúrgicos, como foi

o caso dos empregados de escritório que, durante uma reunião efectuada na sede do Sindicato, aprovaram uma moção repudiando a atitude da direcção e apoiaram a jornada de luta.

A paralisação foi total ou praticamente total em quase todas as grandes empresas metalúrgicas do distrito, assim como num

elevado número de pequenas e médias empresas. Um pouco por toda a parte, foi saliente o enorme espírito unitário e a determinação, revelada pelos metalúrgicos, incluindo as das empresas do ramo automóvel que paralisaram também. Em muitas situações os trabalhadores tiveram de se empenhar para desmontar e derrotar múltiplas manobras do

patronato que, desde a ameaça de agressão física, até à falsificação de documentos, ameaça retirar regalias, tudo faz para diminuir a amplitude da jornada. Porém, o tiro saiu pela culatra. A jornada foi das maiores realizadas pelos metalúrgicos e muitos foram aqueles que, desta vez, resistiram a ameaças e chantagens participando na paralisação.

Há uma semana, desde o princípio da tarde, a Avenida da Boavista apresentava um aspecto diferente do habitual. Aos grupos, empunhando cartazes com as suas reivindicações e gritando as consignas da jornada, metalúrgicos provenientes das empresas dos mais variados pontos da cidade e da sua cintura desfilavam em direcção ao Ministério do

Trabalho. Ao longo da caminhada, eram muitos aqueles que dirigiam palavras de solidariedade e de apoio.

"O custo de vida aumenta, o povo não aguenta"; "Reforma Agrária dá pão, repressão não"; "contratos são paracumprir"; "Não às desintervenções, não ao regresso dos patrões", eram algumas das palavras de ordem

mais gritadas pela multidão de metalúrgicos, entre os quais se podiam ver inúmeros cartazes.

Como salientou Vítor Ranita, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito do Porto, "enganam-se os patrões e engana-se o Governo dos patrões se pensam que os trabalhadores em geral e os metalúrgicos em particular estão dispostos a consentir por mais tempo este caminho contínuo para longe do 25 de Abril, para o domínio económico e político daqueles mesmos a quem o fascismo servia".

"Alguns trabalhadores da metalurgia e metalomecânica vieram hoje até aqui manifestar o seu descontentamento e a sua disposição de luta. Se for necessário — sublinhou — se a atitude do patronato e do Governo não se modificar, muitos mais trabalhadores e os metalúrgicos arrancarão para novas e superiores formas de luta".

Um dirigente do Sindicato dos Electricistas do Norte dirigiu-se aos trabalhadores presentes para salientar a importância da vitória alcançada pelos trabalhadores do sector dos fabricantes do material eléctrico, que conseguiram conquistar importantes regalias ao patronato, tendo suspenso a última hora a sua adesão àquela jornada. Também falou um dirigente da União dos Sindicatos do Porto. Depois de terem sido aprovadas duas moções, sintetizando os sentimentos de luta dos trabalhadores, entregues ao delegado do MT, a concentração dispersou.

Adesão noutras cidades

Com variações que oscilam entre os 80 e os 100 por cento, conforme as empresas e as localidades, o carácter nacional da paralisação dos metalúrgicos foi uma realidade. Além das cidades já mencionadas merecem ainda referência as percentagens atingidas pelas paralisações em Coimbra (entre 90 e 100%), Aveiro (90%), Viseu (85%) e Castelo Branco (100%) nas duas principais empresas do sector.



Um aspecto da grande jornada do Porto

Os «competentes» do Governo ao assalto da Consol

Numa corrida contra o tempo e o uso que dele faz, como secretário de Estado do Comércio e Industrias Agrícolas, o sr. Barreira da Ponte, estiveram em Lisboa, nos últimos dias, quatro trabalhadores de Ferreira do Alentejo. Se não houvesse que fazer na empresa a que pertencem, a Consol, que fabrica "concentrado de tomate, em Fortes, naquela localidade, se o Governo demitido deixasse os trabalhadores produzir e os apoiasse na produção como seria seu dever, não teríamos de falar aqui de mais um escândalo desintervenционista que sabota actividades produtivas, desvia os trabalhadores dos seus afazeres, gera conflitos graves e obriga gente que trabalha a correr de Ministério para Ministério, de gabinete para gabinete, na tentativa de afastar a ameaça que pende sobre dezenas de postos de trabalho, sobre a produtividade de uma empresa bem gerida, sobre o esforço dos trabalhadores em defesa da economia do país.

Os representantes dos trabalhadores da Consol estiveram em Lisboa para demonstrar, com factos reais e com a qualidade da sua gestão, que a Consol, em vez de ser entregue no ex-patrões latifundiários, ou a outros do mesmo tipo, deve pertencer aos trabalhadores, através da Cooperativa que fundaram legalmente por escritura de 12 de Fevereiro findo, na Secretaria Notarial de Vila Franca de Xira.

Nova vida

Intervencionada desde 29 de Dezembro de 1975, pelo VI

Governo Provisório, a Consol (Conservas do Outeiro) tem vindo a recuperar bem e com regularidade do estado calamitoso a que chegou na mão dos socristas, grandes latifundiários da região actualmente expropriados.

Os trabalhadores afirmam que a campanha de 1975, da responsabilidade dos ex-patrões, foi a pior de sempre com prejuízos que se cifraram na perda de 27 mil contos de divisas para o país.

Os agrários, que raramente iam à fábrica, acrescentam os trabalhadores, deixaram de aplicar

nesse ano o Contrato Colectivo de Trabalho em vigor.

Com os salários e os postos de trabalho em risco, os 123 trabalhadores efectivos da Consol não pouparam esforços para recuperar a empresa e logo na campanha de 1976, apesar da seca, conseguiram melhorar o rendimento industrial, produzindo mais concentrado com menos tomate e sem perda de qualidade.

Os trabalhadores aplicaram novas técnicas e melhoraram os processos de fabrico. Entre outros equipamentos, instalaram dois elevadores de rolos com a capacidade de 112 ton./hora, um alimentador de latas com elevador magnético, um novo secador de repiso, automatizaram equipamentos e construíram um novo armazém para 3500 toneladas de concentrado.

Investiram nessas melhorias 8 mil contos.

Eficiência e confiança

A cooperação e o esforço comum, tão necessários nos campos entre trabalhadores

e pequenos e médios agricultores, reflectiu-se no aumento da área de produção de tomate.

Da maior eficiência da empresa e da confiança que nela foram depositando os agricultores resultaram mais 200 hectares de área produtiva para abastecer a fábrica em 1978.

Os 1000 hectares semeados no ano corrente (a maior área de sempre) serão 1100 em 1979 e 1200 em 1980, garantem os trabalhadores, se os deixarem trabalhar como até aqui.

No ano de 1977, aumentando a eficiência e o grau de organização, para uma produção de concentrado quase igual à de 1975 (cerca de 4900 toneladas) gastaram-se menos 5000 toneladas de tomate fresco.

Esse facto representa, para além do aumento da produtividade, uma redução no custo global da produção da ordem dos 6500 contos.

Trabalhos repetitivos e grandes esforços físicos foram abolidos na fábrica com a introdução de um automatismo altamente especializado.

O resultado, bem visível nas metas alcançadas, manifesta-se

num ritmo de fabrico muito superior ao obtido até agora.

Nasce uma cooperativa

Com 5100 toneladas já produzidas este ano (prevê-se até Dezembro a maior produção de sempre) e ultrapassando inclusive a capacidade de catálogo da fábrica, a Consol continua a necessitar da eficiência e do empenho manifestados pelos seus trabalhadores.

Por isso e a fim de evitar a quebra da produção, os conflitos e até a paralisação da fábrica, que podem advir da desintervenção e da entrega aos ex-patrões, os trabalhadores da fábrica, juntamente com pequenos e médios agricultores e UCPs da região criaram a Cooperativa Cutabril, devidamente legalizada e reconhecida favoravelmente pela própria Comissão Interministerial nomeada para a desintervenção.

A Comissão Interministerial, designada, como se sabe, pelo Governo, reconheceu que a criação da Cooperativa Cutabril vai ao encontro da posição definida pela maioria dos trabalhadores

(113 em 121) e da própria Comissão Administrativa que é, por sua vez, de nomeação governamental.

A Interministerial reconheceu ainda que a Cooperativa manterá o bom ambiente de trabalho e de acalmia social verificadas na empresa após a intervenção.

O funcionamento normal da fábrica, designadamente durante as campanhas, foi também apontado pela Interministerial como garantia em que se pode confiar, tanto da parte dos trabalhadores como dos produtores associados.

As provas de boa gestão dadas pela Comissão Administrativa e pelos trabalhadores da Consol levaram ainda a Comissão Interministerial a reconhecer a possibilidade de a Cooperativa Cutabril regularizar o passivo acumulado com a sua consolidação no âmbito dos contratos de viabilização.

A possibilidade de recurso ao crédito, através do Instituto de Gestão e Fomento (IGEF) foi também considerada em termos favoráveis pela Interministerial, em condições menos gravosas para a Cooperativa, quando houvesse

necessidade de novos investimentos, nomeadamente com a diversificação que a empresa deve fazer.

Um negócio escuro

O regime provisório de gestão terminou em 31 de Outubro. Segundo o despacho oficial, isso significa o fim da intervenção do Estado na empresa e o termo do prazo para a "cedência da empresa à Cooperativa Agrícola de Ferreira do Alentejo", designação sob a qual se acoberta a mesma gente do ex-Grémio fascista, que se limitou a mudar de nome depois do 25 de Abril.

Para essa cedência, o despacho oficial impunha negociações cujo teor os trabalhadores desconhecem, pois, se as houve, decorreram nas suas costas, ilegalmente.

O despacho conjunto, assinado pelos secretários de Estado do Tesouro e do Comércio e Industrias Agrícolas, na comissão que nomeia para discutir a "cedência", não menciona ninguém entre os responsáveis pela gestão actual.

Contra o que dispõe a Lei, os trabalhadores foram afastados da discussão de uma matéria que lhes diz directamente respeito.

O despacho é ilegal, mas não foi anulado. Os trabalhadores, que já contactaram um advogado, para o impugnar, têm todas as razões para temer que se concretize o negócio escuro que consistiria no recebimento por parte dos ex-patrões da Consol de uma quantia da ordem dos 80 mil contos por uma empresa que não vale mais de 15 mil.

Provavelmente com dinheiros públicos, o ex-Grémio de Ferreira do Alentejo "indemnizaria" os agrários da Consol com a benção de um Governo demitido que actua como tropa de choque de uma política que já nem as aparências procura salvar.

Entretanto, os operários da Consol, reunidos no último sábado, reafirmavam a sua posição de sempre: "não querem que a empresa recuperada pelos trabalhadores seja devolvida aos ex-patrões" quer da Consol, quer do ex-Grémio da Lavoura, disfarçado sob o nome de Cooperativa Agrícola de Ferreira do Alentejo

Paralisação na Real Vinícola

Trabalhadores da Real Vinícola paralisam amanhã, caso não retomem a sua actividade os seis trabalhadores suspensos, não sejam readmitidos os 19 despedidos, anuladas as respectivas notas de culpa e reaberto o posto de venda de que se serviam os trabalhadores e os moradores da zona.

Esta decisão foi aprovada num plenário de trabalhadores da empresa recentemente devolvida ao sabotador Silva Reis que, ao

invés do prometido pelo Governo demitido de Nobre da Costa, pôs em causa inúmeras regalias e direitos.

Contra a repressão patronal

Na sua tomada de posição, os trabalhadores sublinham que, apesar de alertado, o executivo de Nobre da Costa não se preocupa com as inúmeras arbitrariedades cometidas por Silva Reis.

Em face disso, a moção aprovada no plenário protesta, junto dos órgãos de soberania — em especial do Senhor Presidente da República, por este Governo, embora demitido, criar situações graves, sendo o total responsável pelas mesmas". Por outro lado, repudia «a actuação da delegação do MT do Porto, porque nada tem feito para pôr fim às suspensões, aos despedimentos arbitrários e sem justa causa, à retirada de regalias e à repressão que se vive dentro da empresa».

Conferência da mulher

Sem o dano que o divisionismo pretendia causar à sua preparação, decorrerá no próximo fim-de-semana, na Voz do Operário, em Lisboa, a Conferência Sindical Nacional sobre os Problemas da Mulher Trabalhadora.

Promovida pela CGTP-IN e aberta à participação de todos os sindicatos, filiados ou não na Central, a iniciativa tem merecido apoio e mobilização por todo o país. Segundo a Comissão Organizadora, no final da semana passada, os plenários já realizados eram superiores a 500 com a participação de mais de 20 mil trabalhadores, dos quais 80 por cento eram mulheres. Mais de 50 por cento da população portuguesa e mais de 25 por



cento da população activa, as mulheres, sem mencionar as que trabalham em casa, continuavam a sofrer (e a lutar contra) as situações de desigualdade que fortemente as afectam no que respeita a salários, desemprego, acesso ao trabalho e aos postos de chefia, a alfabetização e a disponibilidade para a luta. Esta Conferência, em que inclusivamente participarão mulheres filiadas em sindicatos cujas direcções, por divisionismo e estreiteza partidária, não aderiram à iniciativa, dará sem dúvida respostas muito úteis aos principais problemas da mulher trabalhadora e servirá para aumentar a sua participação na vida sindical ao lado de todos os trabalhadores.

Lutas e Tarefas

● **Paralisação dos ferroviários** — A Federação dos Sindicatos Ferroviários anuncia uma paralisação nacional de meia hora para o próximo dia 15. Em vários comunicados, elucidativos e com apelos à mobilização e à solidariedade em torno de uma luta justa, a Federação informa que os trabalhadores foram obrigados a «endurecer a sua posição face às constantes manobras com que o Conselho de Gerência da CP pretende impedir que se solucionem alguns dos principais problemas que os afectam». Entre esses problemas destacam-se os que respeitam a salários em atraso, regulamento de carreiras e regulamento de fardamentos e dormitório.

● **CCT: dois dias de greve** — Em plenário convocado pelos Sindicatos do sector, os trabalhadores dos Correios aprovaram dois dias de greve geral progressiva com um intervalo de três dias, se continuar o impasse nas negociações do Acordo Colectivo de Trabalho. A proposta de greve será submetida à ratificação nos locais de trabalho.

● **A crise da indústria naval** — Assinado pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval, um extenso comunicado analisa a crise da indústria naval e as suas consequências para os trabalhadores. Para a saída da crise a Comissão propõe uma série de medidas que considera fundamentais. Entre elas destacamos o saneamento económico e financeiro das empresas, a reestruturação do sector, com a criação de um organismo para o efeito, financiamento e definição de um plano a curto, médio e longo prazo para a renovação das frotas nacionais de pesca e mercante.

● **Primeiro CCT para os Espectáculos** — Com quatro pontos já aprovados na primeira sessão, prosseguem

as negociações para o primeiro CCT dos trabalhadores dos espectáculos. A iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos, filiado à CGTP-IN, abrangerá os trabalhadores de teatro, circo, variedades, bailarinos, plásticos de teatro e administrativos. Pelo lado patronal estão representadas a Associação Portuguesa dos Empregados de Espectáculos, a Associação dos Industriais de Hotelaria do Algarve e os Casinos.

● **Estrutura interna do Inatel** — O II Encontro Nacional dos Trabalhadores do Inatel aprovou, no último sábado, os estatutos do organismo e elegu a comissão nacional com 21 elementos. Uma das moções aprovadas no Encontro reclama o início das negociações de um novo ACT.

● **Greve na Construção Civil** — Se a PRT para o sector não for publicada até ao próximo dia 8, os trabalhadores da construção civil farão greve geral e nacional nos dias 8 e 9 de Novembro. A decisão foi anunciada pela Comissão

Negociadora Sindical do CCTV em conferência de imprensa. O contrato em vigor data de 1971 com ordenados mínimos para algumas categorias introduzidos em 1976 e 1977. A luta pela contratação colectiva da Construção Civil já levou a várias paralisações.

● **Federação sindical dos professores** — Uma comissão instalada no Porto, na Rua D. João IV, organizará o Congresso Constituinte da Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores, que já tem o regulamento aprovado. Na iniciativa colaboram todos os Sindicatos das Zonas Norte, Centro, Sul e Grande Lisboa.

● **Paralisação nos têxteis** — Os trabalhadores das fábricas de tecidos de Castanheira de Pera paralisaram a 100 por cento numa jornada de luta contra a falta de apoio do Governo às empresas em crise. Convocada pelo Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro, a paralisação foi seguida de concentração junto da Câmara Municipal.

● **Professores sem colocação** — Estão sem emprego, por não terem sido colocados este ano, cerca de 24 mil professores do primário e secundário. Este número foi revelado em conferência de imprensa no Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que se esforça junto do Governo por solucionar anomalias e problemas de colocação.

Na Ambar patrões rejeitam decisão legal

Os patrões da Ambar, empresa gráfica do Porto, voltaram a não aceitar a decisão governamental que proíbe o despedimento colectivo de 19 trabalhadores, entre os quais se incluem delegados e dirigentes sindicais que, na passada segunda-feira, foram impedidos de entrar naquela unidade fabril da Via Rápida.

Este processo arrasta-se desde 1 de Agosto de 1977 quando, a pretexto de um incêndio na empresa, o patronato tentou afastar dezenas de trabalhadores que se haviam distinguido na defesa dos direitos e regalias dos seus companheiros de trabalho.

Utilizando os mais variados processos e beneficiando da impunidade que, desde o VI Governo Provisório até ao III Constitucional, tem sido garantida aos exploradores e sabotadores, a gerência da Ambar persiste nos seus propósitos ilegais e inconstitucionais de negar o direito ao limite máximo da jornada de trabalho e com o direito ao trabalho por motivos de natureza ideológica.

Dos 53 trabalhadores inicialmente desocupados restam actualmente 19 que, ao longo

destes 30 meses, têm conseguido resistir às mais variadas dificuldades económicas e a pressões e chantagens de toda a ordem. Na segunda-feira, de acordo com a decisão da Secretaria de Estado da População e Emprego, do passado dia 26 de Outubro, apresentaram-se ao trabalho.

Escandalosamente, a gerência fechou-lhes, pela segunda vez, as portas. Não cumpriu o despacho da SEPE que, na sequência da análise ao processo decorrente da «mecanização da empresa, resultante da sua reconstrução», constatou não se provar a impossibilidade da reintegração de todos os trabalhadores desocupados, não existindo por isso razões para o seu despedimento.

Uma vez mais o patronato, desta vez, o da Ambar, joga na impunidade das suas decisões ilegais. Este «governo chibata» o que vai fazer?

Vai aceitar a violação de uma decisão, agora alcançada numa correcta apreciação da situação e da legislação? Vai fazer olvírios de mercado, ignorando como no caso da Real Vinícola as suas próprias promessas e decisões?



O LIVRO NEGRO DO MAP

45 casos de reservas ilegais e arbitrárias. A violência dos senhores ricos. Quem os mete na ordem? Crédito como arma de pressão. Quem paga as dívidas? A quem serve o crédito para o fomento pecuário? Código n.º 0117 • Preço 30\$00

Campanha de Fundos da UJC atingiu os 30% da meta!

Decorrido um mês sobre o seu início, a Campanha Nacional de Fundos da União da Juventude Comunista (UJC) atingiu já os 30 por cento da meta prevista (1500 contos), o que evidencia a determinação e o entusiasmo com que as organizações e militantes da UJC têm desenvolvido as múltiplas tarefas e iniciativas que, de Norte a Sul do país têm assinalado o desenrolar da Campanha.

Electuado o segundo controlo quinzenal, a Comissão Executiva da Campanha apurou a seguinte contabilização: Norte — 50 000\$00; Beiras — 18 200\$00; Oeste e Ribatejo — 53 573\$00; Lisboa — 119 110\$40; Setúbal — 93 252\$70; Alentejo — 35 429\$00; Algarve — 568\$50; Ilhas — 2 000\$00; Central — 85 000\$00. O segundo controlo apurou no total 462 250\$10.

Entretanto, há cada vez mais organizações da UJC a ultrapassar as suas metas iniciais, como é o caso, por exemplo, de Mértola, Setúbal, Palmela, Seixal, Miranda do Corvo (Coimbra), Chamusca, Ponte do Rio Tinto (Gondomar) e S. Maria de Maior (Viana do Castelo). Entre as organizações que já ultrapassaram os 50 por cento das suas metas refira-se a título de exemplo Odeira, Torres Novas, o Sócio-Profissionais de Lisboa e a Célula da FMBP de Lisboa.

Quem vai à frente?

Naturalmente, à medida que os dias passam e a Campanha avança, as várias regiões vão cumprindo as metas quinzenais estabelecidas. Sempre que uma Campanha deste tipo se leva a efeito surge o entusiasmo em torno de quem cumpre ou não as metas, de quem as ultrapassa, de quem avança para novas metas. Nos Centros de Trabalho surgem os mapas de percentagens com as bandeirinhas vermelhas para assinalar os mais avançados e os lentos e barrigudos caracóis para os mais atrasados.

Este entusiasmo é também um estímulo para cada organização. Um estímulo para a realização de mais iniciativas. Um estímulo para o prosseguimento das tarefas planeadas. Um estímulo para obter o melhor resultado possível.

Após o segundo controlo quinzenal, logo aparece a curiosidade em se saber qual a região que até este momento já conseguiu no mesmo espaço de tempo e em comparação com a sua meta nacional, uma maior contribuição para a Campanha. Trata-se da região do Oeste e Ribatejo, que já alcançou 44 por cento da meta estabelecida (120

contos). No entanto, os camaradas e amigos desta região não podem baixar o ritmo da Campanha: há várias regiões com resultados bastante aproximados. É o caso das Ilhas (40 por cento), do Norte (33 por cento), de Setúbal (31 por cento), etc.

No Alentejo

Com a actual ofensiva contra a Reforma Agrária, sentida em particular no Alentejo, a juventude e os jovens trabalhadores agrícolas comunistas têm participado activamente na luta em defesa daquela grandiosa conquista do povo português. Apesar da difícil situação em que se encontram, os militantes e simpatizantes da UJC no Alentejo continuam confiantes, colaborando entusiasticamente na Campanha e orientando os seus esforços para a concretização da meta prevista para a região (150 contos). No passado mês de Outubro realizaram-se no Alentejo mais de uma dezena de iniciativas integradas na Campanha, em que participaram cerca de 3500 pessoas. Entretanto, está já confirmada a realização de mais 16 iniciativas de carácter diverso.

Iniciativas

Aqui ficam algumas: para amanhã — sessão de cinema em Montelavar, teatro no salão dos Bombeiros de Alverca; Canto Livre em Alhos Vedros; para sábado — Rallye Paper no Cacém; almoço-conívio em S. Amaro, cinema no CT da Ajuda e porta-a-porta em Sete Rios (Lisboa); baile em Corte Gato, cinema em Ferreira, porta-a-porta em Mora (Alenquer); baile em S. Margarida da Serra e na Cruz de Pau (Setúbal); almoço em Silves e jogo da amizade em Vila Real (Algarve); e ainda cinema no Couço e baile em Espinho; para domingo — porta-a-porta na Amadora, baile em Alenquer, almoço-conívio em Vila Real de Santo António, concurso de pesca na Chamusca, "Jogos sem limites" na Ponte de Rio Tinto e festa em Riba d'Áve, dia 7 — comício-festa no Barreiro, dia 9 — baile e Canto Livre no Seixal.

Palavras de firmeza no



Em pequenos grupos, atravessando as terras adjacentes ao pavilhão do Académico, milhares de pessoas deslocavam-se, muito antes da hora marcada, no sábado passado, para virem encher as instalações onde se ia realizar o comício promovido pela Organização da Amadora do PCP e durante o qual tomou a palavra o secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal.

No interior do pavilhão já os lugares sentados faltavam e apenas alguns, reservados aos pioneiros e respeitadores por todos, faziam uma clareira no balcão. Foi nesse momento que se começou a encher a parte central, onde já se encontravam camaradas segurando as faixas correspondentes às células da organização da Amadora.

Enquanto durava a espera e a hora marcada para o início da sessão se aproximava, ouvia-se música popular através da instalação sonora e a criança — que os trabalhadores têm de levar os filhos consigo — brincava e fazia rodas. E o espaço já lhes começava a faltar quando foram anunciados Nuno Gomes dos Santos, José Jorge

Leria e Ary dos Santos. Novas participaram, antes do comício, no Canto Livre programado. A voz dos artistas muitas vezes se juntou a voz de milhares de pessoas, palmas e música de firmeza e esperança, aplausos interrompendo as passagens mais sentidas por todos. Foi significativo o que unissem o que ecoou no pavilhão quando tomaram lugar na mesa os camaradas da organização e o secretário-geral do Partido: «Avanço da Reforma Agrária», com o entusiasmo que disse a palavra de determinação da Amadora trabalhadores em defesa de uma das mais preciosas conquistas de Abril.

Intervenção do camarada Álvaro Cunhal

Camaradas:

A democracia portuguesa tem tido um curso acidentado e irregular, com fluxos e refluxos, com avanços e recuos, com repetidos cursos apertados e perigosos.

Como se explica, que em todas as circunstâncias, nos momentos mais complexos e difíceis, mesmo quando a ameaça se apresenta clara e próxima e são violados os direitos e liberdades dos portugueses, o PCP expressa sempre a sua determinação e a sua confiança?

Porquê agora, uma vez mais, quando uma nova ofensiva da reacção e do poder político se desenvolve contra os trabalhadores, contra o povo e as suas conquistas democráticas,

quando a repressão à maneira do fascismo se abate brutal sobre os trabalhadores, quando está em formação um novo governo que tudo indica será um novo governo de direita, porque nestas circunstâncias o PCP continua a expressar a mesma confiança?

Donde vem essa fé? Donde vem essa tão profunda convicção? Donde vem essa tão firme confiança no futuro?

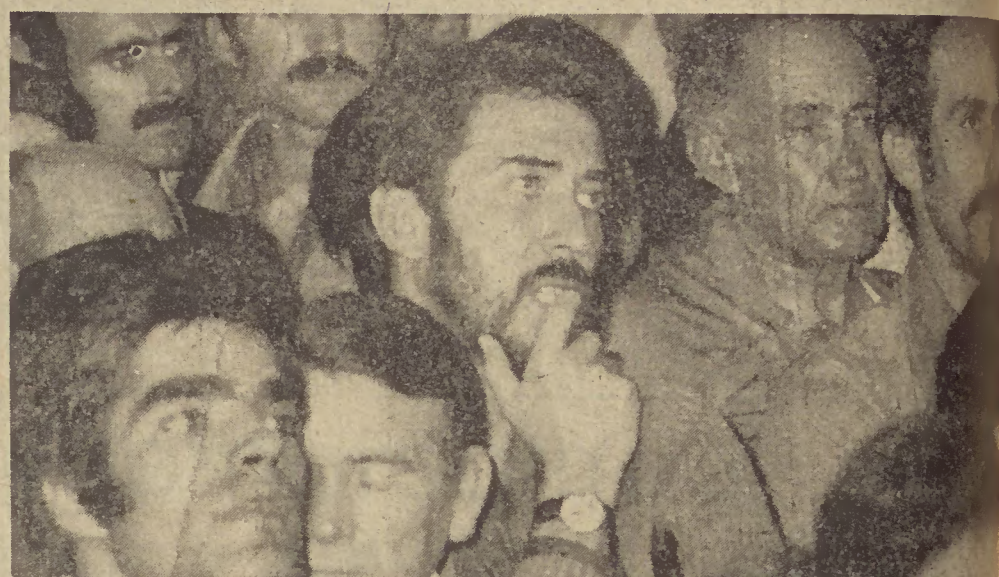
Ela vem, camaradas, do facto de que o PCP é um partido que sempre actuou e actua numa perspectiva histórica, um partido que luta nas horas boas e nas horas más, um partido que vive e luta com o povo e para o povo, um partido cuja actividade assenta as suas profundas e inderestruturáveis raízes na classe operária e nas suas massas populares.

O PCP tem confiança no futuro porque tem inabalável e inderestruturável confiança na classe operária e no povo de Portugal.

Não são o grande capital, os grandes latifundiários e os seus agentes (que hoje tomam conta temporariamente de posições dominantes no Governo) que traçaram o rumo da vida política nacional.

O povo português tem muita força e será o povo português que dirá a última palavra.

A ofensiva de fascistas e reacçãoários será travada, suscitada e finalmente derrotada: Portugal seguirá o caminho da liberdade da democracia e do progresso social aberto pela acção revolucionária libertadora do 25 de Abril.



Arbitrariedades e violências do Governo demitido

O Governo ainda em funções é um governo demitido pela Assembleia da República e que por isso governa apenas a título precário até ser formado um novo governo. A sua restrição obrigatória (e mais que obrigatória: decência) seria manter-se rigorosamente nos limites da sua competência como Governo de gestão dos negócios correntes do Estado.

Lembro que o PCP, quando da formação deste Governo, declarou que não criaria obstáculos à sua actuação desde que o Governo demitido se mantivesse nos limites da sua competência e não tomasse decisões em questões particularmente conflituosas da sociedade portuguesa.

Não o entendeu assim o Governo demitido e tomou uma série de decisões que representam, não só uma exorbitância de funções e competências, como profundas injustiças, arbitrariedades e ilegalidades.

Refiro-me em especial às escandalosas desintervenções e entrega ao patronato sabotador da ECA, da ECRIL, da Real Vinícola e da Abel Alves de Figueiredo — empresas sabotadas pelo patronato que neles cometeram toda a casta de irregularidades e fraudes — e a entrega arbitrária, violenta e brutal, a agrários e a apaniguados de herdades que foram expropriadas e se encontravam legitimamente integradas nas UCPs e Cooperativas.

E ainda a medidas de fundo em matéria de preços, como é o caso dos combustíveis, cujo aumento vai repercutir em cadeia no aumento geral de preços, incluindo dos géneros de primeira necessidade.

É um rol de decisões que visam apenas liquidar as transformações democráticas realizadas desde o 25 de Abril e restaurar as posições dos exploradores do nosso povo.

O Primeiro-Ministro e o MAP receberam representantes das UCPs e Cooperativas. Chamam a isto «diálogo». Mas o Governo demitido e o seu MAP fecharam os ouvidos à informação

verdadeira de factos, às críticas, às sugestões, às propostas, à vontade expressada de encontrar soluções justas e aceitáveis através da negociação.

Pensa o Governo demitido que Portugal de hoje é um país de escravos em que se pode entender por diálogo falar a uma mesa com os trabalhadores para no fim lhes dizer: ou aceitam passivamente as decisões arbitrárias ou então aceitam pela força. É isto diálogo? Não, não é diálogo. Não são métodos democráticos. São métodos totalitários, de arbitrariedade, brutalidade e despotismo incompatíveis com o Portugal democrático em que vivemos.

Estas acções do Governo demitido são verdadeiros crimes contra os trabalhadores e contra a economia nacional.

Numa altura em que as UCPs e Cooperativas lançavam os grandes trabalhos das sementeiras de 250 000 hectares, o MAP do Governo demitido lançou a sua ofensiva de rapina de terras, atirando a GNR, as armas, os cães contra o povo trabalhador, agredindo, espancando, ferindo, dezenas e dezenas de trabalhadores, homens, mulheres, jovens, velhos, a isto, sem piedade, apenas pelo crime de quererem trabalhar e produzir para si, para o povo português, para Portugal.

Vê-se que em Portugal continua a haver dois mundos: o mundo da exploração, do arbítrio, do ódio, da violência, da brutalidade, e o mundo do trabalho, da actividade produtiva, da justiça social, da fraternidade humana.

O PCP é o Partido dos trabalhadores, é o Partido do povo. O PCP foi criado, lutou, sofreu, suportou as mais duras provas, para defender os interesses dos trabalhadores, do povo e do país contra a exploração, a repressão, a violência e o terror. O PCP está hoje, como sempre esteve e sempre estará, ao lado dos trabalhadores, ao lado do povo, na defesa dos seus interesses e direitos, na defesa das liberdades e das conquistas de Abril, na defesa da Reforma Agrária, que nenhum governo tem o direito de pôr em causa porque está

consagrada na Constituição e faz parte integrante do regime democrático.

Segundo o art.º 165 da Constituição, compete à Assembleia da República, «no exercício das funções da fiscalização, vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os actos do governo e da Administração».

Perante a actuação arbitrária do Governo demitido, nós reclamamos que o Governo demitido seja chamado à Assembleia da República para dar conta da sua actuação. Há quem defenda que os outros partidos não se mostram interessados em dar andamento a tal proposta. Mas nós não podemos concordar que quaisquer capciosos argumentos jurídicos facilitem a impunidade de um governo que, por estar demitido, tem menos autoridade que qualquer outro, mas que leva por diante uma política arbitrária, agressiva e brutal, que há cerca de um ano, o Governo empossado e em funções regulares entendeu não dever executar.

O sr. Ferreira do Amaral, dirigente dum micro-partido monárquico de senhores feudais, que pretendem continuar a ser os opressores dos servos da gleba, pode continuar mais ou menos tempo na Secretaria do Estado.

O seu nome irá depois juntar-se ao de Barreto e Pórtas, ao daqueles que conquistaram por algum tempo a triste cidadania de crime cometido. Como a luta continua, acabará por ir para a rua. As grandiosas concentrações e paralizações no Alentejo evidenciam bem os sentimentos e aspirações populares e evidenciam como a política do MAP é uma política ao serviço de um número reduzido de parasitas contra a grande massa do povo.

Acções de solidariedade para com a Reforma Agrária que se desenvolvem de Norte a Sul do país evidenciam os sentimentos do povo trabalhador de Portugal.

Nós reclamamos que o Governo cesse imediatamente as suas actuações violentas e arbitrárias e, até à formação do novo governo, se mantenha rigorosamente dentro dos limites da gestão dos negócios correntes do Estado.

Abuso do poder e legalidade democrática

O Governo demitido pretende esconder as suas actuações arbitrárias e violentas sob o pretexto de que está a aplicar a lei e que ninguém pode impedir a aplicação da lei. Chama a isto legalidade democrática.

Na esteira da actuação do Governo, chega a ser repugnante ouvir fascistas e outros reacçãoários, gente da bomba e da moca, das ameaças e dos cortes de estradas, gente que actua pertinazmente com o objectivo de liquidar a democracia e instaurar uma nova ditadura, um regime sem direito e sem lei, um regime de repressão e de terror, virem aprovar, aplaudir, incitar e agitar as violências do Governo demitido contra os trabalhadores, invocando a «legalidade democrática».

Contra os conspiradores fascistas e reacçãoários, os terroristas, os bombistas, os separatistas, contra todos os inimigos da democracia que preparam a instauração duma nova ditadura, o PCP defende firmemente o regime democrático e a legalidade democrática.

E o que significa a legalidade democrática?

Legalidade democrática significa, em primeiro lugar, respeito pela lei fundamental do país que é a Constituição da República.

São uns tartufos aqueles que em nome da legalidade democrática querem a aplicação abusiva, arbitrária e violenta dum lei regulamentar e exigem ao mesmo tempo que a Constituição seja desrespeitada, violada e revogada de facto na prática governativa.

Legalidade democrática significa, em segundo lugar, que os órgãos de soberania são os primeiros a dever respeitá-la e que um Governo que, ele próprio, viola as leis, (como está fazendo o Governo demitido) não tem autoridade moral para exigir que os cidadãos as cumpram.

A situação que estamos a assistir é que o Governo, em nome da legalidade, impõe pela força bruta decisões arbitrárias e ilegais e por isso quem está a desrespeitar e a violar as leis não são os trabalhadores, mas o próprio Governo!

A aplicação arbitrária das leis, como está a suceder com a lei das desintervenções, a lei Barreto, a lei do Plano, as leis do trabalho, é um exemplo da violação da legalidade democrática pelo próprio Governo.

O Governo viola a lei no caso das desintervenções porque sem ouvir ou sem atender os trabalhadores, decide sistematicamente contra os trabalhadores e a favor do patronato sabotador, ordenando até hoje 83 restituições ao patronato no total de 101 desintervenções, quando a lei aponta, consoante os casos, soluções muito diversas, como criação de empresas mistas, nacionalização, formação de cooperativas, devolução e falência.

O Governo viola a Constituição, a lei Barreto e a lei do Plano na ofensiva contra a Reforma Agrária, porque não admite a intervenção dos trabalhadores em todos os aspectos da execução da Reforma Agrária como mandam a Constituição e as leis, porque atribui reservas acima da pontuação autorizada e em condições não autorizadas, porque (contra o determinado nas leis) não leva a cabo a expropriação de 700 000 hectares de terra expropriáveis, porque (contra o determinado nas leis) não dá apoio técnico nem crédito agrícola. Porque visa manifestamente, nas palavras e nos actos a restauração dos latifúndios, expressamente proibida pela Constituição.

O Governo não cumpre nem faz cumprir as leis do trabalho, quando admite as violações patronais à legislação que proíbe os despedimentos sem justa causa, que estabeleceu o salário mínimo, que extinguiu as Comissões de Conciliação e Julgamento que, apesar da extinção, não devolvem os processos aos trabalhadores e assim impedem estes de apresentar os processos em tribunal.

Se fossemos a apontar todas as causas da não aplicação e de violação da lei por ministros e secretários de Estado, não chegaria o tempo de todo este comício.

Por isso se compreende a pergunta indignada que há dias ouvimos a um trabalhador maltratado por injusta acusação de não querer aplicar a lei: Que diabo os senhores Ministros e Secretários de Estado se o povo exigisse que fosse enviada a GNR para os Ministérios, com blindados, automáticas e cães, para fazer cumprir as leis que pelo próprio Governo estão a ser desrespeitadas e violadas?

Legalidade democrática significa, em terceiro lugar, que as leis são obrigatórias para todos os cidadãos, independentemente da sua classe e situação social.

É o contrário da legalidade democrática, a permissão de todas as ilegalidades aos grandes capitalistas e agrários, e a repressão brutal dos trabalhadores, a pretexto de ilegalidades que eles não cometeram.

Nós vemos lançar a violência brutal contra os trabalhadores sob o falso pretexto de que não cumprem decisões do Governo. Mas não vimos lançar a GNR nem os cães-polícias contra o Manuel Gonçalves da Textil, quando este, depois da escandalosa desintervenção da empresa, se recusou a cumprir sucessivamente duas resoluções do Conselho de Ministros que o proibiam de fazer despedimentos e levar por diante a sua vingança contra os trabalhadores no célebre caso dos 17.

Não reconhecemos o Portugal democrático nascido do 25 de Abril, que haja cidadãos de 1.ª classe, cujos interesses egoístas o Estado serve com armas, com blindados, com cavalaria e com

cães ferozes, e cidadãos de 2.ª classe, aqueles que trabalham contra os quais são lançadas as armas, os blindados, a cavalaria e os cães.

No Portugal democrático, todos os cidadãos, à base da Constituição e da Lei, têm iguais direitos e iguais deveres e o aparelho do Estado, na aplicação da legalidade, não existe para servir os exploradores contra os explorados, mas para assegurar a vida democrática e as soluções democráticas dos problemas nacionais.

O chibote é da Idade Média, é do tempo do fascismo. Não pode ser aceite como forma de resolver pela força problemas que os governos se mostram incapazes de resolver através de instrumentos políticos.

O uso de tais métodos marca quem os aplica com o terreno indelevel do abuso de poder e de mentalidade fascista ou reacçãoária.

Legalidade democrática significa, em quarto lugar, que as leis de âmbito nacional devem ser aplicadas em todo o território e que nenhuma autoridade regional ou local podem revogar ou derogar a sua aplicação.

Não há mais abusiva violação da lei que a proibição do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em vastas zonas do território nacional, designadamente nos Açores e na Madeira. Em vez de acções ilegítimas e ilegais que o Governo está praticando, melhor seria que o Governo tomasse medidas para que a Constituição e as leis do país fossem respeitadas e aplicadas nas vastas regiões onde as próprias autoridades, as violam e se negam a aplicá-las.

Melhor seria que em vez de se reprimirem os trabalhadores que querem trabalhar em paz, se punissem criminosos bombistas e armadores que depois de incriminados são libertados e andam por aí à solta.

Nós, os comunistas, e connosco os trabalhadores, somos firmes defensores da legalidade democrática. Mas a legalidade democrática é uma legalidade global, que tem em conta os diversos preceitos legais, e não uma pretensa legalidade imposta por um governo autoritário, de mentalidade totalitária, que escolhe e aplica os artigos que convêm aos capitalistas e agrários e desrespeita e viola os artigos que asseguram, melhor ou pior, os interesses e direitos do povo trabalhador.

Por isso o povo português reclama que se forme depressa um governo melhor e que o Governo demitido se vá embora porque é tempo e porque alguns dos seus ministros deixam a lembrança do povo apenas a lembrança do arbítrio, do ódio e do abuso de poder.



Agenda

Dia 2, Quinta-feira

Lisboa, no CT Vitória, às 18 e 30 sessão de esclarecimento sobre a situação política com o camarada Albano Nunes, do CC, numa iniciativa da célula da CP.

Dia 3, Sexta-feira

Portimão, no Centro de Trabalho, às 21 e 30, sessão de esclarecimento com o camarada José Vitoriano, da Comissão Política do CC. ● Cascais, nos Serviços Municipalizados, às 18 e 30, sessão de esclarecimento organizada pelo PCP para os trabalhadores daqueles Serviços. ● Barreiro, nos Penicheiros, às 21 e 30, comício com o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC e deputado à Assembleia da República, para início da Campanha de Fundos para o novo Centro de Trabalho. No final haverá Canto Livre. ● Pinhal Novo, na SFUA, às 21 horas, sessão comemorativa da Revolução de Outubro, com o camarada Domingos Abrantes, do Secretariado do CC. ● Lisboa, no Centro de Trabalho do Largo do Chiado, às 19 horas, colóquio sobre o Aniversário da Revolução de Outubro, promovido pelas organizações de Bancários e Seguros do Comité Local de Lisboa.

Dia 4, Sábado

Belas, nos Bombeiros Voluntários, às 21 e 30, comício com o camarada Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC. No final, Canto Livre com José Barata Moura. ● Lisboa, no Centro de Trabalho do Beato, às 21 e 30, sessão comemorativa da Revolução de Outubro com uma intervenção do camarada Jaime Félix, do CC, e a projecção do filme de longa-metragem «Lénine em Outubro». ● Alcácer do Sal, no Centro de Trabalho, às 16 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Manuel Sobral, do CC e da DORS. Às 19 horas, também no CT, jantar de confraternização. ● Alcácer do Sal, no Bairro do Laranjal, às 19 e 30, festa com a participação dos Pioneiros. No final, baile. ● Torrão, às 21 horas, sessão comemorativa do 7 de Novembro. ● Rio de Moinhos, às 17 horas, encontro com a população.

Dia 5, Domingo

Lagoa, no Centro de Trabalho, às 14 horas, almoço-conívio. O camarada José Vitoriano, da Comissão Política do CC, fará uma intervenção sobre a situação política. ● Lagoa, no Centro de Trabalho, às 16 horas, tarde de convívio organizada pela Comissão Concelhia. Leitura de petições e um concurso — o do bolo mais bonito — numa iniciativa de fundos para o Partido. ● Faro, no Centro de Trabalho, às 16 horas, tarde de cinema organizada pela SIP concelhia com filmes de Charlot. ● Caldas da Rainha, na Sede Concelhia, às 13 horas, almoço comemorativo do 7 de Novembro com o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, que fará uma intervenção sobre a situação política.

Dia 6, Segunda-feira

Lisboa, no Centro de Trabalho do Largo do Chiado, às 19 horas, em comemoração da Revolução de Outubro, projecção do filme «O Bairro Vitor».

Dia 7, Terça-feira

Cascais, na Sociedade do Cobre, às 21 horas, sessão comemorativa da Revolução de Outubro, promovida pela Comissão de Freguesia de Cascais do PCP.

CAMARADAS FALECIDOS

GREGÓRIO MARREIROS GUERREIRINHO — Após prolongada doença faleceu no passado dia 26 o nosso camarada Gregório Marreiros Guerreirinho, de Pinhal Novo, membro da Célula do Partido da EPAC.

Este camarada, de 49 anos, era vereador da Câmara Municipal de Palmela, tendo sido eleito pela FEPU. Anotícia do seu falecimento foi recebida com grande pesar entre a população, dado que sempre se distinguiu como abnegado militante e voluntário servidor dos interesses da população.

VÍTOR MANUEL ANDRADE DANIEL — Foi com profunda mágoa que o nosso Partido e a União da Juventude Comunista tomaram conhecimento da morte do camarada Vítor Manuel Andrade Daniel, ocorrida no dia 25 do passado mês de Outubro.

Contando apenas 20 anos, este militante da UJC sempre participou com grande determinação nas múltiplas tarefas que lhe foram confiadas pela organização, nomeadamente na zona de Loures, onde residia.

comício da Amadora

s, que ovamente se desfaldaram s do faixas das células e as Live deiras vermelhas.

Na mesa que presidiu n contravam-se z dos representant dos secretariados das células da e de a da Sorefame, do e de a Damaia, da Cometa, a Celcat, da UEC, dos Cabos vlla, e ainda um u no representante da APU e das camaradas do executivo do rganismo de Direcção da madora e o camarada José sanova, do Comité Central. n um a APU na autarquia da madora foi o primeiro madora a tomar a palavra, ando um rápido balanço da atividade no sector,

apontando as dificuldades existentes e as realizações positivas que se efectuaram.

Temos lutado pelo que prometemos lutar, condensou o camarada, abordando depois a ausência de meios e competência de que as autarquias padecem. Apelo ainda à mobilização para o novo recenseamento eleitoral.

Apelo ainda à mobilização para o novo recenseamento eleitoral.

Um membro da UEC falou depois em nome da juventude comunista, referindo-se na generalidade às lutas que a juventude apoia e trava, tanto no campo da Reforma Agrária como nas empresas, salientando algumas que na

Amadora têm sido levadas a efeito. No final da sua intervenção lembrou as duas campanhas que os jovens comunistas lançaram — a da UJC, campanha dos 1500 contos e a de promoção da revista «Linha Geral», da UEC.

Carlos Alberto da Silva, membro do Secretariado de Célula da Cometa tomou depois a palavra, começando por sublinhar que, na Amadora, largos milhares de trabalhadores sentem hoje na carne os resultados da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista iniciada com o VI Governo provisório. E deu alguns exemplos: Pela 3.ª vez, na Cometa, se

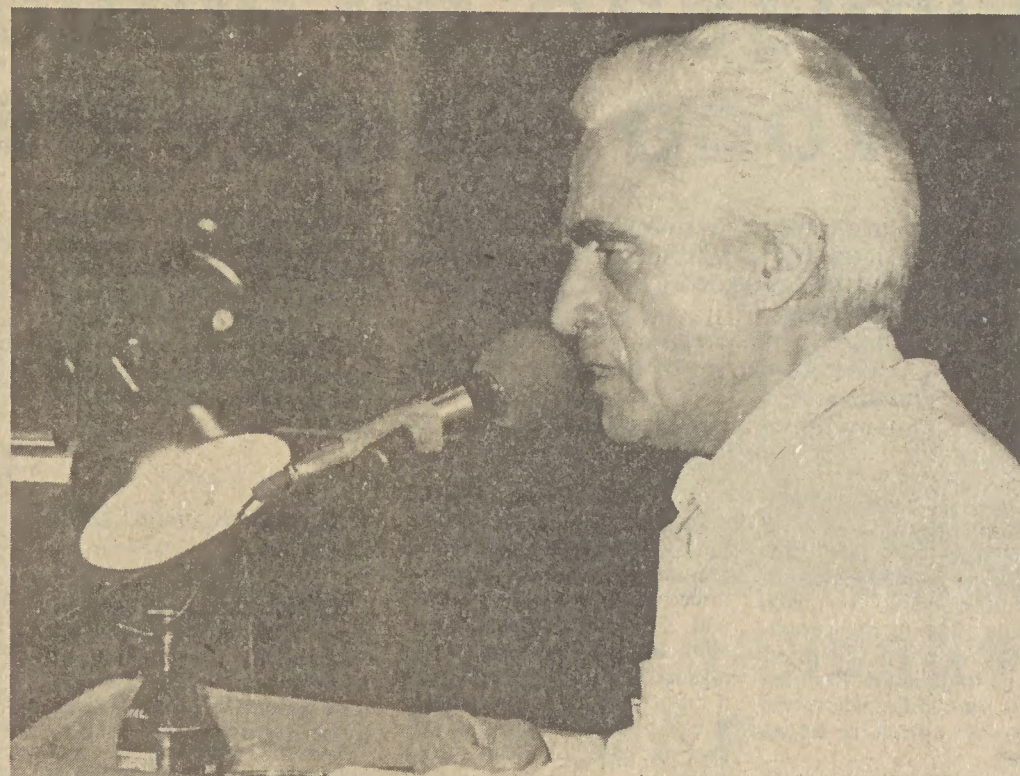
recebem com grande atraso os salários. Desta vez, em 27 de Outubro, os trabalhadores continuavam sem receber os salários de Setembro. E retorquindo aos administradores que dizem ser a situação da empresa má, esclareceu que a culpa dessa situação não pertence aos trabalhadores que por várias vezes têm apresentado propostas construtivas no sentido de melhorar essa situação.

Aquele camarada salientou a forma organizada e correcta como a organização do Partido tem forjado a unidade entre todos os trabalhadores e abordou problemas existentes em outras

empresas, como na Sonotone e nos Cabos Ávila.

No final e antes da intervenção do camarada Alvaro Cunhal, foi lida e aprovada por aclamação uma moção apoiando a Reforma Agrária e repudiando a violência que o Governo tem vindo a lançar sobre os campos alentejanos.

No final do comício, depois dos longos aplausos que saudaram as palavras do secretário-geral do Partido, os trabalhadores voltaram, já noite, às ruas da Amadora. Vinham aos magotes, longas filas se formavam nos passeios. Um casal que passava em sentido contrário comentou: «Devia estar cheinho». E estava mesmo.



A indigitação de Mota Pinto e a formação do novo Governo

Desde a queda do governo de coligação PS/CDS tem-se debatido muito em Portugal o «perfil» necessário a um Primeiro-Ministro. O PCP tem defendido que na situação criada, o Primeiro-Ministro deveria, entre outras qualidades, ser pessoa não muito contestada, isenta, aberta ao diálogo, com espírito de moderação dos conflitos, voltada para a solução dos grandes problemas nacionais e para o prosseguimento do regime democrático consagrado na Constituição.

O agora indigitado Primeiro-Ministro não corresponde a esse perfil e não parece por isso ser a pessoa com as características apropriadas para chefiar um governo capaz de resolver os grandes problemas que o país defronta.

Ao contrário do que afirma certa imprensa reacçãoária, não houve qualquer consenso de outros partidos com o PCP acerca do agora indigitado Primeiro-Ministro. Tinhamos e temos reservas em relação à escolha.

Apesar disso, tal como sucedeu com Nobre da Costa, estamos prontos a examinar com o indigitado 1.º Ministro todas as questões relativas à formação do novo governo, incluindo a sua composição, o seu programa e a definição do estilo da sua prática governativa.

Em definitivo, a atitude do PCP em relação ao novo governo dependerá da resposta que for dada a estes diversos, importantes e inseparáveis problemas.

Posso informar que, na próxima terça-feira, uma delegação do nosso Partido irá encontrar-se com o Primeiro-Ministro indigitado. Naturalmente, ouviremos o que diz, trocaremos impressões e expor-lhe-emos aquilo que entendemos ser essencial para a formação do novo governo. Muitos aspectos concretos serão sem dúvida abordados e particularizados. Há, porém, algumas ideias fundamentais que o PCP defende e que é oportuno agora lembrar.

Quanto à composição do futuro governo, defendemos que sejam escolhidos democratas, cumpridores da Constituição, competentes para o desempenho das suas funções. Insistimos em que se não repita o escândalo de entregar o MAP

a dirigentes dum partido reacçãoário onde predominam os latifundiários e senhores ricos, nem a agrários com terras expropriadas e por isso directamente interessados na liquidação da Reforma Agrária.

Quanto à política do futuro governo, defendemos a rectificação imediata dos aspectos mais negativos da política dos governos anteriores, uma vez que temos como certo que, se o futuro governo vai reeditar o que tem sido a política dos governos anteriores, não resolverá, antes continuará a agravar os grandes problemas nacionais.

Entregar empresas e terras e dar indemnizações ao patronato saboteiro, não contribui para estimular a economia nacional, mas sim (como a experiência está farta de demonstrar) para entravar a produção e aprofundar cada vez mais Portugal.

O governo do PS sozinho primeiro, o governo da coligação PS/CDS depois, anunciaram, prometeram, proclamaram que os sacrifícios que pediam ao povo e as medidas de recuperação capitalista e latifundista tinham como finalidade e teriam como resultado a recuperação económica do país, a saída da crise económica e financeira.

Ainda agora, em documento datado de 22/10/78, o Secretariado Nacional do PS, contando a história à sua maneira, fala como se a política económica e financeira dos governos de hegemonia socialista tivesse sido um sucesso espectacular, não se percebendo se fazem tão ridícula afirmação para convencer os outros se para tentarem iludir-se a si próprios.

A verdade é que os factos mostram que, conforme o PCP afirmou e previu, os resultados da política dos últimos governos foram precisamente os contrários dos anunciados.

Lutamos e lutaremos contra uma política que significa o maior empobrecimento do povo trabalhador, o enriquecimento dos ricos, o caminho da bancarrota de Portugal.

Lutamos e lutaremos contra uma política que, ao longo de três anos, representou o agravamento constante da situação dos trabalhadores e de todas as classes e camadas laboriosas, da juventude, das mulheres, dos reformados e dos deficientes.

Luta por uma alternativa democrática e luta por melhores condições de vida

A luta por um governo democrático e uma política democrática é inseparável da luta diária em defesa no concreto das liberdades e direitos dos cidadãos, em defesa no concreto da legalidade democrática, em defesa no concreto da solução dos graves problemas nacionais, em defesa dos interesses concretos e imediatos dos trabalhadores.

Ninguém mais que os trabalhadores portugueses procura contribuir para a solução dos problemas nacionais, para a recuperação económica do país.

Enquanto o grande patronato reacçãoário sabotava a economia, provocava a falência de centenas de empresas, deixa terras abandonadas, os trabalhadores têm demonstrado estar prontos a mais trabalho, a mais esforço, mesmo a sérios sacrifícios.

Mas não em caso algum para novo enriquecimento dos grandes exploradores e parasitas do nosso povo, não em caso algum para recuperação capitalista, mas sim para que as dificuldades nacionais sejam vencidas, para que a crise seja superada, para que a economia nacional seja reforçada como base material do regime democrático, do progresso social e da independência da pátria.

Os trabalhadores não podem aceitar nem aceitar pagar o preço da crise económica e financeira provocada pela política de recuperação capitalista e latifundista.

Não aceitaram ser sacrificados para que os opressores do passado (pela mão do Governo) recuperem capitais, fábricas e terras, imponham de novo processos fascistas e terroristas de exploração, abrindo caminho à restauração do poder económico e político do capital monopolista e dos latifundiários, à liquidação das liberdades e da democracia, à instauração duma nova ditadura.

Os trabalhadores estão fartos de uma política que dá todas as protecções e atribui todos os recursos do país às classes exploradas e parasitárias e só têm para oferecer aos trabalhadores pacote atrás de pacote, congelamento de salários, e preços que sobem vertiginosamente, de tal forma que o dinheiro do salário não chega para nada, que se tem que tirar ao prato e à boca dos adultos e das crianças e que (pela política dos

governos) a miséria bate de novo à porta dos mais desfavorecidos, dos velhos, dos reformados, dos deficientes.

De certeza que nas casas dos ricos nada continua a faltar, de certeza que continuam a gastar sem peso nem medida e cada vez mais, sem que lhes chegue a tão apregoiada austeridade.

Mas aqueles que vão fazer as compras, designadamente as donas de casa, sabem bem que o dinheiro voa e que voltam muitas vezes para casa com o saco das compras vazio, porque não podem chegar a carapau a 130\$00, ao bife a 270\$00 e 280\$00, à carne para coser a 180\$00, ao bacalhau a 190\$00 ou 200\$00 (quando aparece), a que se juntam novos aumentos que se começam a anunciar, como azeite de 80 para 92\$00, vinho de 22 para 35\$00 e outros que continuarão em cadeia se não for rectificada a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Os trabalhadores não podem aceitar que, ao mesmo tempo que tudo é concedido aos capitalistas, se arraste e impeça de facto a contratação colectiva em tão importantes sectores como metalúrgicos, construção civil, panificação, CTT, sectores em que as tabelas estão em vigor desde princípios de 1977 e deveriam já ter sido revistas e cujas negociações se arrastam indefinidamente de forma que, em cada dia que passa, os trabalhadores são defraudados de um aumento salarial que há muito deveria ter sido fixado e deveria estar recebido.

Os trabalhadores não podem aceitar passivamente, que, como sucedeu com os ferroviários, os próprios contratos não sejam aplicados e que se não dê andamento à reestruturação de empresas da qual dependem as suas actividades e os próprios postos de trabalho.

Os trabalhadores não podem aceitar o prolongamento de uma situação em que nunca mais são pagos os salários em atraso, como na Cometa, na Messa, na Tecnológica, na J. Pimenta, na Inobra, na Habitat, Olão, na Sousa Braga, na Mobotom na Concital, na Garcia e Garcia, na Bela Europa, na Shindler, no Século e em tantas outras empresas.

Os trabalhadores não podem aceitar que se multipliquem as suspensões e despedimentos ilegais, como na Standard, nos Cabos Ávila, na Francisco Santos, na Casvel, na Luso-Suiza, nos Pinheiros e em tantas outras empresas.

Os trabalhadores não podem aceitar que, ao nível das empresas, o patronato e as administrações prolonguem situações de exploração insustentáveis e recusem considerar as justas reivindicações apresentadas, relativas ao não cumprimento das convenções, à não aplicação do salário mínimo e a outros aspectos graves das condições de trabalho e de vida.

É muito significativo que, nos primeiros seis meses deste ano tenha havido 223 conflitos em empresas e que nos quatro meses de Julho, Agosto, Setembro, e Outubro o número tenha subido para 320 casos.

O PCP apoia firmemente a luta dos trabalhadores pela satisfação das suas mais prementes e justas reivindicações. Em todos os locais de trabalho, os comunistas, ombro a ombro com todos os seus irmãos de classe tudo fazendo para unir e organizar os trabalhadores, promovendo e respeitando métodos democráticos de decisão, não poupam nem pouparão trabalhos e energias para que os interesses dos trabalhadores sejam eficazmente defendidos e as suas justas reivindicações prontamente alcançadas.

É sabido que o nosso Partido tem insistido em que, na utilização da greve como instrumento de luta, devemos ter em conta a situação financeira das empresas e os interesses da economia nacional.

Mas é legítimo e necessário o recurso à greve, quando as outras formas de luta se revelam insuficientes em virtude da obstinação das entidades patronais, quando os salários são congelados durante anos interiores (como sucedeu na Sorefame desde 1975) enquanto os preços aumentam em flecha, quando o patronato se recusa declaradamente a negociar (como nos metalúrgicos e na panificação) quando os grandes capitalistas e agrários comandam de novo a política nacional e querem que sejam os próprios trabalhadores a pagar o preço da recuperação capitalista e latifundista, da liquidação das conquistas de Abril das liberdades e do regime democrático.

Quero aqui saudar o extraordinário êxito das greves desencadeadas em numerosos sectores, e ao mesmo tempo o elevado sentido da responsabilidade dos trabalhadores,

condições de dar resposta aos grandes problemas do país.

Além disso, governo que se forme, com composição, programa e prática semelhantes à dos anteriores, não poderá ter longa vida.

Se o novo governo vai prosseguir a política dos governos anteriores, é absolutamente certo que, daqui a poucos meses, quando se fizer um primeiro balanço dos resultados da sua gestão, se verificará que a situação económica, financeira e social continua a ir de mal a pior. Estarão então maduras as condições para uma nova crise.

O governo de que o país precisa é um governo de democratas e patriotas, profundamente empenhado na solução dos problemas nacionais, ligado ao povo e contando com o seu apoio.

E isso exige que as soluções sejam procuradas e encontradas, não contra os trabalhadores, não contra os comunistas, mas com os trabalhadores e com o PCP.

Poderão muitos querer fechar os olhos a esta realidade. Mas ela acabará por impôr-se como único caminho para salvar a democracia e para salvar a pátria.

Como a situação actualmente se apresenta será extremamente difícil que desta crise saia um governo com uma política democrática, um governo capaz de resolver os problemas nacionais, um governo capaz de garantir a estabilidade democrática e mesmo de assegurar a sua própria estabilidade.

Sendo assim, não se concretizando uma alternativa democrática, impõe-se a realização de eleições antecipadas e, realizando-se as eleições, estamos confiantes em que o povo português assegurará três resultados fundamentais: a derrota dos partidos da reacção que continuarão em minoria; o voto da maioria nos partidos democráticos; e um aumento substancial do número de deputados do PCP na Assembleia da República — condição indispensável para assegurar a continuidade do regime democrático e uma viagem à esquerda da política nacional.

prestando atenção a eventuais repercussões negativas da greve nas actividades económicas e na vida das populações.

Os acontecimentos mostram que a reacção, as forças do passado, com fortes apoios nos órgãos do poder, procuram reconduzir as relações de trabalho às relações da escravatura capitalista que existiu antes do 25 de Abril.

A par da intensificação da exploração, caminham as restrições das liberdades nas empresas, as limitações à actividade e organização sindical dos trabalhadores, a repressão contra os delegados sindicais e as comissões de trabalhadores, a introdução nas empresas de bandos de gonias que constituem verdadeiras milícias privadas ao serviço do patronato reacçãoário, a reinstauração nos locais de trabalho do clima fascista da exploração, intimidação, perseguições e violência.

Defendendo corajosamente as suas reivindicações, a classe operária e todos os trabalhadores estão ao mesmo tempo defendendo as liberdades, as conquistas de Abril, o regime democrático, a independência nacional.

A defesa, consolidação e prosseguimento do regime democrático são inseparáveis da manutenção e melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e da população laboriosa.

A fome é arma da reacção contra a democracia. Defender a democracia é defender os interesses do povo trabalhador.

Esta política antioperária e antipopular não atinge apenas os trabalhadores. O agravamento das condições de vida dos trabalhadores e o aumento dos preços atinge toda a população laboriosa, atinge pequenos e médios agricultores, atinge pequenos e médios comerciantes e industriais.

No dizer do Presidente da Associação dos Retalhistas dos Produtos Alimentares, o aumento do preço dos combustíveis irá afectar 20 mil empresas. E a descida dos salários reais e o aumento dos preços significa a ruína, a falência e a morte de milhares de pequenos comerciantes e industriais.

Suster a recuperação capitalista, latifundista e imperialista não é apenas do interesse vital dos trabalhadores, mas do interesse vital de todas as classes e camadas interessadas em evitar a restauração do poder dos monopólios.

Traição, fatalismo, brio nacional

Todo o desenvolvimento da crise a partir do último do CDS e da queda do governo do PS, tem tido lugar, não apenas no quadro de desesperadas ofensivas contra as conquistas democráticas alcançadas desde o 25 de Abril, como no quadro de uma intensa ofensiva psicológica.

Esta ofensiva desenvolve-se em várias direcções e com vários objectivos. O seu objectivo central é criar a ideia de que inevitavelmente as conquistas da Revolução e o regime democrático português não conseguirão vingar e de que será inevitável a sua destruição.

Semelhã a ideia de que é inevitável o progresso da reacção, a recuperação das terras pelos latifundiários, de que é inevitável a recuperação dos sectores e das empresas nacionalizadas pelo grande capital monopolista, de que é inevitável a revisão de tudo o que há de progressista na Constituição.

Segundo os governos, e seus ministros, seriam inevitáveis todos os males que esses mesmos governos e ministros provocam com as suas leis, com os seus decretos, com as suas portarias, com os seus despachos.

Seria inevitável o aumento dos preços, seria inevitável a descida dos salários reais, seria o agravamento das condições de vida do povo, seria inevitável a estagnação ou a recessão económica, seria inevitável a degradação da situação financeira, seria inevitável a dependência do estrangeiro, seriam inevitáveis os empacamentos gigantes que comprometem o presente e hipotecam o futuro de Portugal.

O cerco asfixiante do imperialismo estrangeiro a Portugal, aperta-se cada vez mais. E os governos em vez de uma política de brio nacional, adoptam uma atitude de capitulação ante o estrangeiro.

Por um lado, por capitulação e incapacidade dos governos e imposições do FMI são congelados projectos de grande alcance nacional, como o da barragem do Alqueiva, o da Cova da Beira, o da irrigação do Baixo Mondego, o Plano Siderúrgico Nacional, o plano de aproveitamento do ferro do Moncorvo, o plano de aproveitamento integrado das Pirites e outros.

Por outro lado, abrem-se as portas e entregam-se posições ao imperialismo estrangeiro.

Enquanto nenhuma iniciativa séria são tomadas para mobilizar e dinamizar os recursos nacionais, multiplicam-se as actuações e iniciativas tendentes a reduzir de novo Portugal à dependência completa do imperialismo.

O que se tem passado nos últimos meses é elucidativo. Em Junho o então ministro das Finanças e do Plano vai a Washington por motivo da assinatura formal da Carta de Intenções do Governo Português com o FMI. Em Julho é o I Encontro dos Investidores Estrangeiros do Norte e do Centro. Em Setembro é um encontro de grandes capitalistas americanos com representantes do grande capital português na Câmara de Comércio e Indústria. Também em Setembro, Silva Lopes, Vítor Constâncio e outros participam nos trabalhos do Fundo Monetário Internacional em Washington.

Em Outubro é o VIII Seminário dos Banqueiros Estrangeiros, organizado pelo BPA e a Reunião na Gubenkian do Conselho de Administração do Banco Europeu de Investimentos.

E toda uma azáfama do Governo e de capitalistas portugueses associados ao imperialismo estrangeiro que espantam o colapso das conquistas revolucionárias do povo português, para se apressarem de todos os nossos recursos, fazendo de novo de Portugal uma semicolónia na Europa.

Mas não, camaradas, também a dependência do estrangeiro não é fatal e inevitável.

Os trabalhadores, os antifascistas, os democratas, não se devem deixar influenciar por toda a campanha da inevitabilidade de todos os males que afligem o nosso povo.

O que é inevitável (e isso deve estar plenamente certa a reacção) é outra coisa.

O que é inevitável é a luta dos trabalhadores, das massas populares, das forças democráticas, para cortar o passo à reacção, em defesa dos interesses do povo e do país, em defesa das liberdades e das outras grandes conquistas da revolução, em defesa do regime democrático consagrado na Constituição da República.

O que é inevitável é, que (se podem capitalizar certos pretensos defensores do 25 de Abril e da democracia) o povo português,

esse não capitula, e tudo fará para que os problemas nacionais sejam resolvidos e para que a independência da pátria seja assegurada.

O que é inevitável (podemos disso estar seguros, por muitos acidentes e incidentes que se produzem na situação nacional) é que o fascismo e a reacção serão finalmente derrotados e que Portugal prosseguirá pelo caminho da liberdade, da democracia, do progresso social, e da independência aberto pela heróica acção dos capitães do MFA.

O povo português não aceita uma explicação que visa alijar: s responsabilidades dos governos com a afirmação da inevitabilidade e fatalidade das medidas que tomam e dos seus resultados.

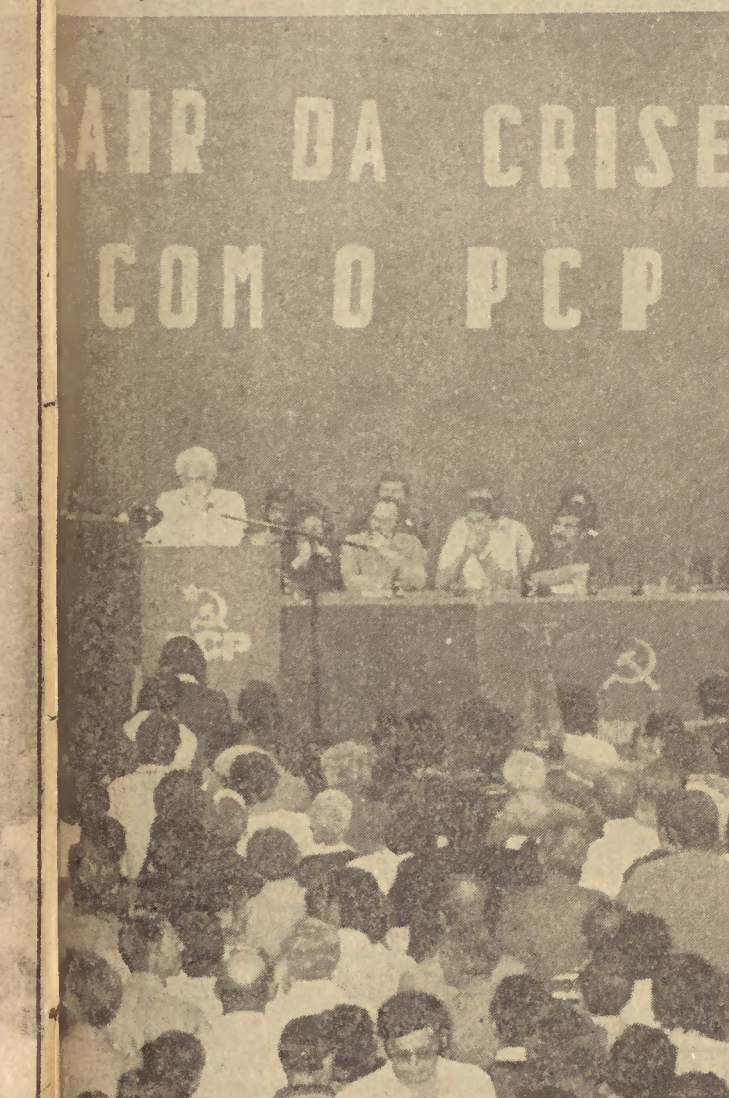
O que o país precisa não é de um governo que à partida já se declara incapaz de dominar os acontecimentos, mas de um governo inspirado por uma firme e inabalável determinação de vencer a crise e encontrar solução para os graves problemas nacionais.

O que o país precisa não é de um governo que aceite ser derrotado pela crise, mas de um governo capaz de vencê-la.

O que o país precisa não é de um governo dominado pela preocupação da defesa dos interesses do grande capital, mas de um governo cujo único interesse seja servir o povo português e a pátria portuguesa.

O que o país precisa não é de um governo impotente e ajoelhado ante o imperialismo, mas de um governo que, apoiado no nosso povo e no nosso país, fale sempre de cabeça erguida ao estrangeiro, repelindo imposições e ingerências incompatíveis com a dignidade, o brio, a independência e a soberania nacionais.

O que o país precisa não é de governos que admitam que o centro das grandes decisões da nossa política económica e financeira está agora em Washington ou Bona, no Deutsche Bank ou no FMI, mas de um governo que mantenha como pressuposto inalienável da acção governativa que, em matéria da política portuguesa, é aos portugueses e só aos portugueses que cabe decidir.(...)



Demissão de eleitos do PS provoca eleições em Penhascoso

Os cidadãos eleitores da Freguesia de Penhascoso, no concelho de Mação, e distrito de Santarém, vão eleger de novo, no próximo dia 25 de Novembro, a sua Assembleia de Freguesia.

As eleições antecipadas para este órgão autárquico foram provocadas pela demissão colectiva dos seus membros, verificada após a demissão dos três elementos que compunham a respectiva Junta de Freguesia.

Ao novo acto eleitoral candidataram-se apenas duas listas, apresentadas pelo PPD e pela Aliança Povo Unido (APU). Não obstante ter obtido a maioria absoluta nas primeiras eleições para as autarquias, na freguesia de Penhascoso, o Partido Socialista não concorreu agora a estas eleições.

Se os motivos da demissão da Assembleia de Freguesia de Penhascoso não parecem muito claro — durante cerca de dois anos nunca reuniu nem desenvolveu qualquer activi-

dade —, outro tanto não se poderá dizer da Junta de Freguesia. Composta por três elementos eleitos pelo PS, a Junta pouco ou nada fez até à demissão. O próprio ex-presidente afirmou, após a tomada de posse, quando soube que o cargo não era remunerado, que não se iria "matar" a trabalhar de graça... para quem o elegeu.

A par desta desilusão, compartilhada ainda por outro dos vereadores (socialista de circunstância), o ex-presidente gostava de tomar decisões so-

zinho, impondo aos restantes a sua opinião. Os desentendimentos entre os membros do executivo acabaram por levar à demissão colectiva que, por seu turno, ao que parece, provocou por arrastamento a demissão da Assembleia de Freguesia.

E logo surgiram os "salvadores"

A Freguesia de Penhascoso, com cerca de mil e duzentos eleitores, faz parte de um concelho rico em floresta mas com uma agricultura bastante pobre e de minifúndio.

Os habitantes de Penhascoso, que vivem essencialmente da agricultura, da construção civil e da indústria têxtil, debatem-se com inúmeros problemas e carências de

primeira necessidade que os eleitos em 1976 não souberam nem quiseram resolver.

O "simples" facto do órgão deliberativo — a Assembleia de Freguesia — nunca reunido, mostra bem o desinteresse das forças políticas que elegeram os seus candidatos pelas justas aspirações da população de Penhascoso.

Mas anunciadas que foram as novas eleições, logo surgiram os "salvadores" do PPD, prometendo mundos e fundos na sua caça ao voto. Houve até já quem, do PPD, afirmasse em lugares públicos que, a ser eleito, mandaria fazer um novo furo para aumentar o caudal do abastecimento de água, dado que, embora a obra de instalação de água, ao domicílio esteja em fase de conclusão, é já insuficiente para as necessidades.

A pergunta que de imediato

ocorre fazer, a estes vendedores de promessas, é por que é que nada fizeram durante cerca de dois anos. Ou por que motivo necessitam de um acto eleitoral para se recordar dos inúmeros problemas que importa resolver...

E trabalho não falta, para quem de facto estiver empenhado em trabalhar. Há os esgotos a construir; os arruamentos a arranjar urgentemente; o indispensável melhoramento dos acessos aos lugares de Espinhoeiro, Serra e Monte Penedo; a iluminação desses lugares e ainda de Queixoperra e Ribeira; o aumento do caudal de água fornecida a quase toda a freguesia.

Para já não falar da necessidade de desenvolver esforços para impedir o encerramento da estação dos CTT; o ajardinamento do largo dos

correios; a transformação do edifício da Casa do Povo em centro de convívio e recreio, etc.

Para que estes e outros problemas sejam resolvidos é necessário sem dúvida o esforço de toda a população de Penhascoso, que pode começar pelo voto consciente nas pessoas honestas e capazes de colocar o interesse colectivo em primeiro lugar.

Por isso a Aliança Povo Unido (APU), que nas primeiras eleições não apresentou candidatos, concorre agora ao novo acto eleitoral. Porque, na autarquia de Penhascoso — como em todas as autarquias — os anseios populares só serão realizados quando os verdadeiros democratas, com o apoio da população, tomarem nas suas mãos a responsabilidade de lutar por uma vida melhor.



Um alerta aos trabalhadores no activo: reforma e invalidez acontecem em qualquer idade.



MURPI protesta e alerta contra segregação social de reformados e idosos

A invalidez e a reforma não atingem somente os idosos, mas podem acontecer em qualquer fase da vida, e um trabalhador hoje no activo pode encontrar-se amanhã com miséria igual aos que hoje não podem trabalhar — alertaram os representantes do MURPI em recente conferência de imprensa, num veemente apelo à solidariedade activa de todos os trabalhadores no activo para com a sua luta pelo direito à velhice.

Protestando contra a forma desumana como as autoridades continuam a tratar os problemas dos que já não podem vender a sua força de trabalho, os representantes do MURPI afirmaram que a grande maioria dos reformados, pensionistas e idosos vivem abaixo do mínimo de subsistência, na maior miséria, e que uma grande percentagem deles passa fome.

Os números que apresentaram são bem o testemunho desta realidade: cerca de um milhão e duzentas mil pessoas

vivem (?) com uma pensão social de mil escudos (nos meios urbanos) e de quinhentos escudos (nos meios rurais); cerca de quarenta mil pensionistas têm mensalmente dois mil e quinhentos escudos.

A indignação dos que diariamente têm de optar entre comprar remédios ou pão pelo aumento de miséria com que o Governo PS/CDS os brindou, foi mais uma vez bem patente quando recordaram a subida de mais dez mil escudos no salário máximo e os escandalosos aumentos dos membros do Governo... por alegadas questões de dignidade!

A par do gravíssimo problema do baixo nível das suas pensões, o MURPI salientou ainda as enormes dificuldades que os pensionistas têm de enfrentar para conseguirem receber as suas reformas. Os números voltam a ser suficientemente elucidativos: cerca de cem mil requerimentos de pensão aguardam despacho na Caixa Nacional de Pensões, havendo quem tenha de

esperar quase dois anos para receber a mísera reforma...

Na conferência de imprensa seria ainda criticada a actual forma de pagamento das pensões, que obriga os inválidos e reformados em geral a estarem longas horas em bicha, com todos os inconvenientes que tal facto acarreta a pessoas mais que debilitadas.

Os problemas da saúde e segurança social foram igualmente denunciados, sublinhando o MURPI que os trabalhadores no passivo não podem continuar sujeitos às dificuldades financeiras da Previdência, provocadas no essencial pelas fraudes do patronato, cujas dívidas àquele instituição ascendem já a 23 milhões de contos.

Um Natal diferente para os reformados

Durante a conferência de imprensa os representantes do MURPI anunciaram algumas

das iniciativas que vão desenvolver para reforço da sua organização, bem como para fomentar o convívio entre os trabalhadores no activo e os reformados.

Assim, irão realizar-se por todo o país plenários distritais de reformados, pensionistas e idosos, para análise da sua situação e estudo das medidas adequadas à melhoria das suas condições de vida.

Por outro lado, foi decidido promover este ano "O Natal do Reformado", iniciativa que será lançada já no próximo dia 5 de Novembro, no Pavilhão da Associação Académica da Amadora. Segundo afirma o MURPI pretende-se assim, através de festas de convívio fraternal entre os trabalhadores do activo e do passivo, e a população em geral, sem limites de idades, reforçar em todas as freguesias, concelhos e distritos o espírito de solidariedade tão degradado pelo fascismo e combater a marginalização a que continuam a estar sujeitos os idosos.

CDS propõe ilegalidades

Os «gestores» do CDS nas autarquias locais do distrito de Lisboa, reunidos no passado fim-de-semana num hotel da capital, aprovaram uma proposta de revisão do sistema eleitoral dos órgãos de poder local, que viola frontalmente a Constituição.

Segundo aquela proposta, entregue ao grupo parlamentar do CDS para ser transformada em projecto de decreto-lei e apresentada à Assembleia da República, os centristas pretendem que os presidentes das Câmaras e Juntas de Freguesia passem a ser eleitos por votação directa e por maioria absoluta, cabendo-lhes depois nomear os respectivos executivos municipais e de freguesia, os quais deverão sujeitar-se a um voto de confiança da

respectiva assembleia, antes de entrar em funções.

Esta proposta, apresentada com o ar mais seráfico dos centristas, como se nada houvesse de mais natural, pretende rever uma matéria que a própria Constituição da República define como não sendo passível de ser revista.

Com efeito, na alínea h) do artigo 290.º da Constituição, afirma-se expressamente que as leis de revisão constitucional terão de respeitar o sufrágio universal, directo, secreto e periódico na designação dos titulares electivos dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local, bem como o sistema de representação proporcional.

O CDS conhece

certamente esta disposição da Lei Fundamental. E sabe, também, que não obstante ela ter sido aprovada com o seu voto contra está obrigado a cumpri-la.

Não deixa de ser curioso — e sobretudo elucidativo — que o CDS, que se auto-proclama um zeloso cumpridor da legalidade, apresente propostas como estas, que claramente propõem... Inconstitucionalidades.

O objectivo dos centristas não deixa dúvidas. Com um tal sistema de eleição para as autarquias, os caciques de confiança que conseguisse eleger escolheriam outros caciques menores para os apoiar e lá se acabaria com as situações incómodas para a direita de coexistir nos órgãos de poder local

com democratas que defendam os interesses populares, que inclusivamente esclarecem os que, enganados, integraram as listas dos partidos reacconários.

Um bom exemplo, afinal, do que o CDS entende por democracia.

Mas aquele partido falou ainda de mais coisas que lhe permitissem vir a controlar politicamente esta área tão importante.

E quando falaram da necessidade da «substituição progressiva da habitação clandestina pela habitação condigna», os senhores centristas, defendendo o «primado da iniciativa privada e a lei da oferta e da procura», esqueceram ostensivamente os Xavier de Lima e J.

pelos seus «gestores» nas autarquias onde dominam, onde o presidencialismo é preferido à colegialidade.

Não referiram, igualmente, que nos projectos do II Governo (PS/CDS) se tratava da formação da «Grande Lisboa» não em termos os problemas de facto existentes, mas antes para criar os mecanismos que lhe permitissem vir a controlar politicamente esta área tão importante.

E quando falaram da necessidade da «substituição progressiva da habitação clandestina pela habitação condigna», os senhores centristas, defendendo o «primado da iniciativa privada e a lei da oferta e da procura», esqueceram ostensivamente os Xavier de Lima e J.

Pimenta que vivem à custa de tais «primados» e que são de facto os responsáveis e a «causa principal do agravamento da habitação clandestina e de erros irreparáveis para a expansão», não só de Lisboa mas dos principais centros urbanos.

A máscara dos «respeitadores» vai caíndo. Da defesa de inconstitucionalidades às golpadas partidárias tudo serve para atingir os fins da reacção. O que vão deixando escapar em público (quando confundem desejos com realidades) não é nem metade do que planeiam nos bastidores. Mas mesmo assim é suficiente para esclarecer os que por acaso ainda andem iludidos com as mansas falas do CDS.

Autarquias Locais condenam ofensiva contra Reforma Agrária

A política repressiva do MAP está a suscitar em todo o país a mais viva indignação popular.

Também os órgãos de Poder Local, interpretando o sentir das populações, têm vindo a repudiar publicamente a violenta ofensiva desencadeada contra os trabalhadores rurais, e a exigir que se ponha cobro imediatamente a tal situação.

Na passada segunda-feira, a Câmara Municipal de Lisboa e a Assembleia Municipal do Porto decidiram manifestar ao Governo demérito de Nobre Costa, por proposta da APU apoiada pelos eleitos do PS, a sua profunda apreensão pela situação criada na zona da Reforma Agrária. Reclamando o fim da violência, aqueles dois importantes órgãos autárquicos defenderam a necessidade do restabelecimento do clima de diálogo com os trabalhadores, indispensáveis à consolidação da democracia.

Idêntica posição foi tomada pelas Câmaras Municipais da Azambuja, Serpa e Nisa. Nas moções aprovadas por estes órgãos de Poder Local repudia-se o envio de contingentes de forças militarizadas para o Alentejo, que apenas serve para a desestabilização social e em nada dignifica um regime democrático, e alerta-se para os graves prejuízos para a economia nacional que a entrega de reservas irá provocar, nesta altura em que os trabalhadores se encontram empenhados na campanha das sementeiras.

Também a Assembleia Municipal de Campo Maior protestou contra as arbitrançadas cometidas pelo MAP na zona da Reforma Agrária, aprovando por unanimidade uma moção de censura à não legitimidade democrática de determinadas resoluções e acções tomadas pelo governo de gestão de Nobre da Costa.

As Comissões de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Arroios, Santa Engrácia, Branda aprovaram igualmente por unanimidade moções de repúdio pela violência desencadeada no Alentejo. Atitude semelhante tomaram as Comissões de Moradores da Freguesia de S. Jorge de Arroios, Cruz de Pau, Tercena e o Secretariado do Conselho de Moradores da cidade de Lisboa.

Encontro de Quadros do PCP

No CT da Rua Soeiro Pereira Gomes em Lisboa, realizou-se no passado sábado uma importante reunião nacional de quadros do PCP para o trabalho nas autarquias locais.

Durante os trabalhos, que se revestiram de grande interesse e prolongaram durante todo o dia, foram trocadas



experiências sobre a actividade desenvolvida nas autarquias e debatidas diversas questões relacionadas com a próxima entrada em vigor do novo regime de finanças locais, bem como o trabalho inerente à concretização do novo recenseamento eleitoral.

Câmara do Montijo atenta contra as liberdades

A Câmara Municipal do Montijo aprovou recentemente, por quatro votos contra três, uma pretensa postura sobre «higiene e limpeza» que visa restringir a liberdade de informação e propaganda consagrada na Constituição.

Aproveitando um projecto de postura apresentado pela APU, os vereadores do PS e PPD introduziram-lhe uma alteração que nada tem a ver com saúde pública e que, como o Povo Unido denuncia em comunicado, mais não pretende que coartar um direito conquistado pelos portugueses.

Ao propor e votar tal inconstitucionalidade, os elementos eleitos pelo PS no Montijo traíram o voto dos que neles confiaram, sem sequer terem em consideração que, noutros pontos do país, tais tentativas de «regulamentar» o exercício das liberdades já foram alvo de acção judicial, que veio demonstrar claramente a razão que assiste à APU.

O despacho favorável dos recursos que têm sido interpostos em tais casos devia ao menos servir de reflexão aos que se deixam tentar pelas alianças à direita e perante elas abdicam, fazendo consciente ou inconscientemente o jogo das forças que pretendem, não «regulamentar», mas liquidar as liberdades fundamentais.

Reformados convivem e reforçam unidade

Na noite da passada quarta-feira houve festa no Adóque. Uma festa-convívio, onde os reformados e idosos de Lisboa se encontraram com amigos de todas as idades que ali foram levar com uma canção, uma graça, um fado castiço, um grande abraço de solidariedade.

A lotação estava esgotada e a assistência animada. E como solidariedade não é uma palavra vã, ali mesmo, entre trabalhadores de ontem e de hoje, se fez sentir a corrente que une na mesma luta todos os que pro-



seguem a batalha da liberdade — um pão da Reforma Agrária, dividido por todos ao intervalo, tornou-se em fundos para os trabalhadores da Reforma Agrária.

Solidariedade seria a palavra que melhor definiria este «convívio de velhotes», como os próprios promotores lhe chamaram. Solidariedade do Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos e do Adóque para com os reformados e idosos; solidariedade dos fadistas amadores do Barreiro; da Rita e do Manecas que fizeram rir quem pouca graça pode encontrar na sua vida; solidariedade do Rogério Paulo, da Maria Dulce, do Letria, do Tino Costa, do José Viana e de muitos outros que com o seu trabalho voluntário ajudaram a cimentar a unidade dos trabalhadores no passivo com os trabalhadores no activo.

Com a Arte para transformar a Vida

edições Avante!

UM IMPORTANTE CONTRIBUTO E PROPOSTA SÉRIA E RESPONSÁVEL DE ESCRITORES E ARTISTAS COMUNISTAS PARA A DISCUSSÃO E ACÇÃO COMUM COM TODOS OS OUTROS ESCRITORES E ARTISTAS DEMOCRATAS E PATRIOTAS PORTUGUESES

CDA a distribuição

MDM reforça luta pelos direitos da mulher

O Movimento Democrático das Mulheres aprovou no passado domingo o seu plano de acção para 1979, no decorrer de encontro do Conselho Nacional daquele Movimento.

A reunião do Conselho Nacional, realizada anualmente, destinou-se à análise do trabalho realizado e à definição das linhas de acção a desenvolver para a resolução organizada dos problemas específicos das mulheres portuguesas.

Nesse sentido, o plano de acção do MDM aponta para

a necessidade de promover o apoio activo à luta organizada das mulheres contra o agravamento das condições de vida das massas; de lutar pela defesa intransigente dos direitos das mulheres, das crianças e dos idosos; pela efectiva aplicação do Código Civil e pela aceitação dos direitos da mulher na família e na sociedade; pela criação de condições que permitam à nossa juventude o desenvolvimento harmónico das suas potencialidades; contra o desemprego e os

despedimentos; pela defesa da Constituição.

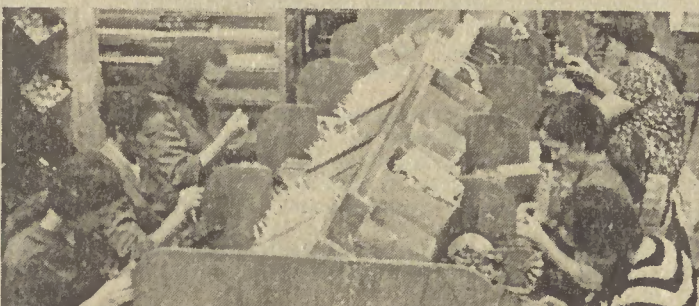
Conforme se salientou durante o encontro, estes princípios implicam, para a sua defesa, o desencadear de uma intensa campanha de sensibilização da opinião pública, que deverá ser levada a cabo nomeadamente através do reforço da campanha contra a alta do custo de vida, a realização de actividades relacionadas com o Ano Internacional da Criança e o reforço do próprio MDM, com a intensificação da tarefa de promover novas inscrições.

Ainda neste âmbito, e prosseguindo o trabalho desenvolvido até agora, o MDM continuará a dar a maior atenção às actividades de planeamento familiar, alfabetização, apoio à juventude e terceira idade, jornadas nacionais e solidariedade internacional. Sublinhando este último aspecto, o Conselho Nacional do MDM aprovou uma

saudação às mulheres que em todo o mundo lutam contra o fascismo, o colonialismo, o apartheid, a corrida aos armamentos, a bomba de neutrões, o sionismo e o neocolonialismo, em prol da Paz, da Justiça Social e da Democracia.

No plano da actividade desenvolvida desde o último encontro do Conselho Nacional, o MDM salientaria a denúncia das tentativas de liquidação dos direitos e regalias conquistados após o 25 de Abril que, provocando a degradação da qualidade de vida da população em geral, contribui para agravar ainda mais a situação da mulher portuguesa.

O documento final do Conselho Nacional do MDM, que apela à participação activa das mulheres na resolução dos problemas nacionais, saúda também a resistência heróica e firme do nosso Povo a todos os ataques à democracia e às conquistas da Revolução.



A mulher portuguesa ganha dia-a-dia consciência da importância da sua participação em todos os aspectos da vida nacional

No Norte Dezenas de paralisações e concentrações em defesa da Reforma Agrária

Milhares e milhares de trabalhadores do Norte do país desenvolveram dezenas de acções condenando a política de direita e apoiando a Reforma Agrária. Esta movimentação envolvendo as mais variadas formas de luta (paralisações, concentrações, plenários, moções e abaixo-assinados), tem constituído e irá constituir, caso se torne necessário como parece, uma poderosa resposta contra a violência, as manobras do patronato e do Governo demérito, de apoio aos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo.

Como já havíamos salientado, há uma semana, a luta desenvolvida pelos trabalhadores e democratas dos distritos do Norte (em particular, do Porto, Braga e Viana do Castelo), ganhou o apoio dos mais importantes destacamentos do movimento operário e popular da região. A luta contra a ofensiva criminosa do MAP surgiu intimamente associada ao movimento reivindicativo, fundiu-se e catalizou a luta dos metalúrgicos, dos trabalhadores dos fabricantes de material eléctrico, dos têxteis e de outros sectores e apareceu associada à luta contra as desintervenções, a repressão patronal, o boicote da banca e os despedimentos.

A rapidez com que se inicia o processo em curso (o apelo ao seu início foi feito pelos plenários dos metalúrgicos e dos trabalhadores dos fabricantes do material eléctrico — realizado no passado dia 21 de Outubro), dá bem a medida dos sentimentos dos trabalhadores dos intelectuais e dos democratas que, nos últimos dias, reafirmaram o seu apoio à Reforma Agrária e a sua firme disposição de defender os direitos e regalias conquistados.

Conscientemente, este amplo

e maciço movimento recusou o afunilamento. Ao contrário, enraizou-se e aprofundou as suas ligações em muitas empresas e localidades. Ligou-se intimamente às massas populares e trabalhadores, associou com espírito criador e de responsabilidade as reivindicações imediatas de cada um dos sectores ao enorme clamor nacional de repúdio pela política de direita do Governo demérito.

Como grande e mais importante conquista de Abril, alavanca fundamental para a defesa do regime democrático, a Reforma Agrária tem surgido como uma enorme bandeira de luta do movimento popular que, em múltiplas ocasiões, tem manifestado o seu apoio e solidariedade. Porém agora, o movimento não se limitou, no Norte, ao desenvolvimento de uma gigantesca campanha de denúncia como sucedeu antes, durante e depois da aprovação, na AR, da lei Barreto.

Nestes dias de luta e de esperança, o apoio à Reforma Agrária no Norte assumiu formas superiores de luta: foi a paralisação maciça dos metalúrgicos e a sua concentração grandiosa junto do Ministério do Trabalho; foram os largos milhares de pessoas que se

concentraram na Arca d'Água, em Custóias, em Campo — Valongo, em Santo Tirso, em Freamunde, em S. Pedro da Cova, na Via Rápida, em Viana do Castelo e noutras localidades; foram as paralisações simbólicas na Siderurgia Nacional — Maia e em mais onze empresas dos distritos do Porto; em cinco empresas têxteis e duas metalúrgicas — no distrito do de Braga; foi a paralisação simbólica dos

e de trabalhadores, através de centenas de abaixo-assinados, inscrições, cartazes e em largas dezenas de milhares de comunicados do movimento sindical unitário e de organizações unitárias de moradores e trabalhadores — em todas estas manifestações se encontra explicitado o profundo desejo do movimento operário e popular em ver travada a ofensiva contra a Reforma Agrária, defendidas as

um manifesto de solidariedade com os trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo. Entre outros, lá estavam os professores Ruy Luís Gomes e Oscar Lopes, engenheira Virgínia Moura e os doutores Armando Cotta, Armando de Castro e Ferreira Alves.

Como salientou o professor Ruy Luís Gomes, reitor vitiado da Universidade do Porto, foi uma jornada de «protesto e de repulsa» contra a atitude do Governo que, com argumentos pseudo-jurídicos, pretende atacar os camponeses, força pacífica do país, com o deprimente espectáculo da violência», criando «um espectáculo indigno de um país onde se fez o 25 de Abril».

De salientar ainda, pelo seu significado e carácter exemplares, a jornada de luta promovida conjuntamente pelo secretariado do PS e pela Comissão de Freguesia do PCP, em frente da Junta de Freguesia de Custóias, onde se concentraram centenas de pessoas que aprovaram uma moção, denunciando a repressão na zona da Reforma Agrária, o aumento dos preços dos combustíveis, a arrogância dos saudistas do passado e a perseguição nas empresas.

Também as Assembleias Municipais do Porto e de Matosinhos, e a Assembleia de Freguesia de Ramalde tornaram público o seu repúdio pela ofensiva governamental contra os trabalhadores do Ribatejo e do Alentejo. A AM do Porto resolveu, por maioria, manifestar a sua condenação pelo clima de violência instalado, após a queda

do I Governo, na zona da Reforma Agrária, «reclamar a cessação imediata dos processos violentos ordenados pelo actual Governo e defender que os problemas eventualmente existentes sejam tratados num ambiente de diálogo e concertação com os trabalhadores».

A luta continuará até que seja travada a ofensiva do MAP. É necessário que, no Norte, os trabalhadores, os democratas, todos os que estão interessados na defesa da Reforma Agrária prossigam a sua acção. A resposta deve ser dada de formas superiores e unificadas continuando a associar correctamente a luta de apoio à Reforma Agrária a outras instantes e fundamentais reivindicações das massas populares: contra o aumento do custo de vida, contra as desintervenções, contra a repressão patronal, o boicote da banca, pelo pão, pelo trabalho e pela paz, contra a política de direita.

A continuação desta ampla movimentação não é só uma exigência do momento, como contribuirá para clarificar a estreita ligação dos diversos componentes da política de direita e obrigará o patronato a recuar. A esta luz deve ser analisada a grande vitória dos trabalhadores dos fabricantes de material eléctrico cujo patronato sentiu efectivamente o significado da presença dos trabalhadores deste sector e dos metalúrgicos junto do Ministério do Trabalho, em defesa das suas reivindicações e da Reforma Agrária.



As ilegalidades do MAP

Não são desocupações mas desexpropriações

Ao contrário do que têm afirmado responsáveis pela equipa do MAP do Governo Nobre da Costa, grande parte das herdades que estão a ser usurpadas às unidades colectivas de produção e às cooperativas de produção agrícola para serem entregues a agrários, encontram-se legalmente expropriadas e, como tal, não podem ser objecto de desocupação.

Encontram-se neste caso, entre outras, as seguintes herdades: — Distrito de Beja — Na UCP «Freguesia sem Medo», Mértola: a Herdade Corte Coelho que pertencia a Manuel Guerreiro Lima e foi expropriada pela Portaria 301/76 de 15 de Maio; na Cooperativa «União Plense» de Pias: Herdade dos Carapinhos que pertencia a António Francisco Filho Pinto foi expropriada pela Portaria 442/76 de 22 de Julho.

— Distrito de Portalegre — Na UCP «Unidade», Ervedal, Avis: Herdade Fresca, que pertencia a Cardoso Pais, foi expropriada pela Portaria 478/76 de 3 de Agosto. Neste caso, a expropriação foi anulada pela Portaria 624/78 de 27 de Setembro, assinada pelo Ministro Vaz Portugal. Será que para este MAP, a anulação de uma «expropriação» também se pode inserir «em gestão de assuntos correntes»? Na UCP «Liberdade» de Sada, Alter do Chão: Herdade Monte Barrão que o MAP quis entregar a Rui Borges, foi expropriada pela Portaria 411/76 de 10 de Julho; na UCP «Selo Estrelas», Cabeço de Vide, Fronteira: Herdade do Couto D. Beatriz, que o MAP quer para Joaquim Firmino Costa Pinto, foi expropriada pela Portaria 509/76 de 13 de Agosto.

— Distrito de Évora — Cooperativa de S. Bartolomeu do Outeiro — Portel: Herdades de Folgosa, Cegonha, Geralda e Geraldinha que o MAP quer para Gracindo António Frangão, foram expropriadas pelas Portarias 493 e 494 de 6/8/76; UCP «Resistência Popular», Montemor-o-Novo: Herdade da Misericórdia, que o MAP quer para Vicente Borges Vacas, expropriada pela Portaria 375 de 19/6/76; UCP «Trabalhadores de S. Mangos», Herdade do Castelo, que o MAP quer para o seu fundador, Luís António Dionísio, expropriada pela Portaria 494 de 6/8/76; Cooperativa do Adaval-Rodondo: Herdades Aroeira de Cima e Aroeira do Baixo, que o MAP pretende para João Perdigão Festas, expropriadas pelas Portarias 416/76 de 12/7/76 e anuladas as expropriações ilegalmente por Vaz Portugal; UCP «Estrela da Manhã» Vendas Novas: Herdade Ajuda Nova, que o MAP pretende para Maria Teresa Vinhas Santos Reynolds, expropriada pela Portaria 470 de 2/8/76; UCP do Freixal-Evora: Herdade do Paço, que o MAP pretende para Gregório Pedrosa, expropriada pela Portaria 362 de 12/6/76.

O MAP acha «justo» o acto ilegal da agrária que vende a terra

Luísa Ramos Cachapo, agrária contemplada pelas graças do MAP, mal recebeu a herdade do Barroso de Vila Ruiva, Moura, distrito de Beja, logo a pôs à venda. O anúncio desta agrária reza assim:

«Vende-se: Herdade Barroso, Vila Ruiva Moura, Beja, 305 hectares, boas terras de semeadura, regadio, azeitão, olival, acomodações para gado, ribeira sempre corrente, extrema no seu maior comprimento. Monte, r/c, 1.º andar e dependências».

Interpelado numa debate na RTP-2 sobre este acto da Luísa Cachapo, Ferreira do Amaral, Secretário de Estado da Estruturação Agrária considerou justo que esta agrária, tanto tempo desprovida da terra, «sem meios», quisesse vender a terra.

Em primeiro lugar, é falso que a agrária se encontrasse desprovida de meios pois, além de outros meios próprios, recebia do MAP a indemnização de 850\$000 mensais com que este vai sustentando os ex-familiários em segundo lugar, verifica-se mais uma vez até onde vai a elasticidade desta MAP, tão zeloso em defender e aplicar a lei Barreto no que ela tem de mais odiosamente antipolítico e tão pronto a violá-la quando tal convém aos interesses da classe a que pertence e que defende. Ou será que o Secretário de Estado da Estruturação Agrária ignora que para ser legal a possibilidade da agrária vender as terras, a área da reserva será apenas equivalente a 35 000 pontos?

Como o MAP só aplica um dos lados, o pior, de uma má lei...

Para a actual equipa do MAP, só interessa uma leitura da Lei Barreto: a que diz respeito às reservas, e mesmo esta leitura é feita de forma distorcida... Expropriações é algo que o actual MAP ignora assim como todo o articulado do artigo 36.º da Lei Barreto, que estabelece que as empresas agrícolas (unidades e cooperativas) afectadas por reservas em parte importante da área de exploração, terão direito a acesso prioritário ao crédito (o MAP não só ignora esta prioridade como mantém o CAE cortado) e direito a uma indemnização em relação às benéficas e aos frutos pendentes. Por outro lado, segundo o mesmo artigo, a área da reserva deve localizar-se tanto quanto possível em zonas onde a empresa agrícola não haja feito investimentos (tem-se verificado absolutamente o inverso) e, no caso da demarcação causar inviabilidade económica à empresa agrícola atingida, o mesmo artigo estabelece, além da obrigatoriedade de absorção dos trabalhadores; a concessão de facilidades aos trabalhadores afectados para se instalarem noutros estabelecimentos agrícolas ou para participarem na exploração de outros prédios expropriados. No entanto, o MAP tem recusado propostas das UCPs para serem concedidos outros prédios expropriados a troco das reservas, violando mesmo a actual equipa, acordos neste sentido anteriormente estabelecidos!

MAP despreza acordos de anteriores governos

O que o II Governo Constitucional acordou com os trabalhadores é escandalosamente violado pelo Governo demérito de Nobre da Costa.

Eis um de vários exemplos: Na UCP «Muralha de Ago», Marmelar (Vidigueira, Beja), o MAP entregou, pela força como é sua característica, a herdade da Sobreira do Baixo, de 553 ha, à agrária brasileira Nicole Proulx. Isto quando a equipa anterior do MAP havia acordado com os trabalhadores, a troco da reserva expropriar e entregar à UCP outra herdade e construir uma barragem como compensação, de molde a não destruir a viabilidade económica da unidade. À disposição dos trabalhadores de cumprirem o compromisso responde a actual equipa do MAP com violenta repressão.

Como o MAP de Portugal e Amaral «defende» os pequenos agricultores

Na Cooperativa União Plense, constituída por 14 pequenos agricultores, o MAP deu provas da «defesa» que está disposto a fazer do camponato enviando uma brigada do ex-CRARA de Beja, acompanhada de uma dezena de jeeps e viaturas «Shortlands» e um camião com cavalos, para entregar a um único indivíduo 180 hectares das melhores terras, ou seja, mais do dobro da área que cabe a cada uma dos pequenos agricultores cooperantes!

Mas a ilegalidade não fica por aqui: esta reserva foi marcada em terras que a UCP «A Esquerda Vencedora» de Pias havia cedido aos pequenos e médios agricultores para estes alargarem a sua pobre cooperativa!

Tiraram o coração à UCP «Estrela Negra» de Sousel

«Tiraram o coração à cooperativa para o dar a um industrial de moagem de 86 anos que não vai explorar a terra».

Assim começam por contar os trabalhadores da UCP «Estrela Negra» de Sousel, uma das primeiras unidades a serem atingidas pela actual ofensiva do MAP do Governo de Nobre da Costa.

Governo do qual se poderá dizer que foi duas vezes demérito — quando a Assembleia da República o rejeitou e agora com a nomeação de um novo Primeiro-Ministro para constituir governo — e que, mesmo após a segunda demissão, persiste em reprimir, em atacar as unidades colectivas, fazendo correr nas terras do Alentejo o sangue dos trabalhadores agrícolas, usurpando herdades às cooperativas e aos pequenos agricultores — caso de Pias — para as entregar a agrários exploradores e sabotadores da economia nacional e agentes da CAP.

Não passaram ainda duas semanas sobre o «caso da Estrela Negra», sobre dois dias marcados pela violência exercida mesmo no centro da vila de Sousel. No entanto, parece ter passado muito tempo, de tal modo tem sido intensa a acção deste MAP, de tal modo se somam os casos de arbitrariedade, de tal modo cresce o número de unidades atingidas e o de trabalhadores feridos, espancados e maltratados a mando do MAP e sob inteira responsabilidade do Governo Nobre da Costa.

Mas estes dias sobre os quais parece ter passado muito, não os esquecem a população e os trabalhadores de Sousel. E contam-nos:

«É verdade, tiraram-nos o coração da cooperativa, a nós que ocupamos as terras porque os agrários sabotavam e não queriam dar trabalho a ninguém; a nós que, desde a formação da cooperativa, não sofremos mais o desemprego na terra, de jovens ou de velhos. A nós que, apesar da total falta de apoio dos Governos constitucionais, aumentamos os gados, compramos cinco celeiros debulhadoras, duas enfardadeiras, duas gadanhais, nove tractores — temos onze porque trabalhadores da Checoslováquia nos ofereceram dois — e diversas alfaias. A nós que constituímos uma secção de peças na Unidade no valor de 1000 a 1200

contos, que investimos mais de 4000 contos numa barragem que veio dar-nos 70 hectares de regadio e investimos 2500 contos nas instalações... Isto tudo só com as nossas pernas... Sem auxílios nenhuns do Estado a não ser o crédito que, aliás, cortaram a quase todas a Unidades, e que com os juros que nos leva é de arrebetar não só com as cooperativas mas também com os pequenos e médios agricultores. A nós, que só queremos trabalhar e produzir, tiram-nos o coração da cooperativa, as instalações onde tínhamos a nossa sede social. E faz isto mandando a GNR espezinhar os trabalhadores porque estão a defender o que é seu.

O mesmo protesto anda na boca da população.

Diz-nos uma mulher:

— Não foi só trabalho que a cooperativa trouxe à terra. Trouxe mesmo melhoria de vida para todos. Desde fins

de 1976 que os trabalhadores, nas instalações que agora lhes tiraram, abrimos uma cantina e um talho que abasteciam não só a eles mas também toda a população que lá quisesse ir: carne boa e mais barata a 140\$00 o quilo. E foi um escândalo aqui não: só pela forma como o Governo mandou tirar aquilo aos homens, à força das armas, como ainda porque lá ficou gado por alimentar, porque não deixavam entrar os trabalhadores, trancaram o portão e telmavam em tirar os tractores da cooperativa para arua, aqui na povoação, nas tintas para que as máquinas que tanto nos custaram se estragassem. Um Governo que procede assim e manda bater e soltar os cães contra os trabalhadores, não é um bom Governo.

Queremos viver!

Bastos Ribeiro é o agrário e industrial de moagem de



Trabalhadores da UCP «Estrela Negra» de Sousel falam ao «Avante!» sobre a arbitrariedade e a violência que os atingiram pelas quais responsabilizam integralmente o MAP do Governo de Nobre da Costa.

farinha de 86 anos «com os pés para a cova e ainda nos faz sofrer» diz a população — ao qual o MAP entregou as instalações onde está concentrada toda a vida da cooperativa, nomeadamente escritório, os armazéns centrais, a oficina mecânica, um posto de vendas e talho. Note-se que, quando da ocupação das terras, Bastos Ribeiro concordou com o facto dos trabalhadores ficarem com as instalações, das quais não se servia, concentrando a sua atenção na moagem». Ele tem outras vidas e não precisava disto» dizem os trabalhadores, que afirmam que só de rendimento da indústria de moagem, tira este agrário-

industrial muitas centenas de contos por mês.

Mas enfim — declaram os trabalhadores — nós, como vimos que deste Governo nada há a esperar de bom para os trabalhadores, até já tínhamos apresentado propostas para solucionar a questão: ou o Industrial Ribeiro arrendava as instalações à UCP ou agente lhas entregava mesmo, se nos fosse concedido um prazo razoável em que nos permitíssemos arranjar outras instalações para a nossa sede social e nos garantissem o pagamento de mais de 2500 contos que ali investimos. A resposta do MAP foi enviar a violência:

trinta e nove trabalhadores receberam tratamento no hospital de Portalegre. Foi este o resultado da intervenção da GNR mandada pelo MAP contra os trabalhadores.

Apesar de tudo o que passámos, apesar de tudo o que estamos a passar, não desistimos da luta pela Reforma Agrária. Sofremos já muito. Sabemos que antes do 25 de Abril não se vivia, sobrevivia-se e às vezes nem isso se conseguia. Queremos viver, queremos trabalhar, queremos produzir. Isto só é possível se a Reforma Agrária andar para a frente.

Elas responsabilizam o Governo

Começo por dizer a vida que o meu pai passou, tenho-o ouvido dizer da miséria que foi muita. Somos sete irmãos, eu já não sofri fome porque sou dos mais novos mas os mais velhos passaram muito e mesmo assim não foi tanto como outros trabalhadores porque o meu pai trabalhava na Casa Marchante e sempre ganhava mais um pouco. Mas era muito castigado no trabalho. Não tinha sábados nem domingos.

Assim começa a falar-nos a Luzia Ratalho, uma jovem de Sousel, distrito de Portalegre, vítima da violência desencadeada pelo MAP contra a Reforma Agrária.

E continua:

— Mesmo assim, o meu pai passou muito, teve de roubar bolota e azeitona para dar de comer aos filhos. Uma vez fugiu, outras foi apanhado e levado à frente da Guarda. Depois veio o 25 de Abril e o meu pai entrou para a cooperativa. Um irmão meu que tinha ido para Lisboa porque cá não lhe davam trabalho, voltou à terra e entrou também na cooperativa. E começaram a ter uma vida melhor mas temos de alcançar melhor ainda porque nós temos uma simples casa, sem sequer casa de banho e lutamos para que um dia possamos viver melhor. Mas o Governo e o MAP não deixam e mandam contra os trabalhadores a força da GNR. Isto sem dizermos nada, só porque nos encontrávamos no

nosso local de trabalho a defender a terra. Pelas pancadas que levei responsabilizo o Governo e o MAP dos senhores Vaz Portugal e Ferreira do Amaral. Foi sexta-feira que fui agredida mas sábado voltei para lá e corri à mesma, e sempre que seja necessário volto para que os ricos e esses que eles mandam contra a gente — que se calhar ainda passaram mais fome do que o meu pai e os meus avós — vejamos que a nossa vontade para a luta é sempre a mesma. Nós temos terra para a trabalharmos, e se mais terra tivéssemos, mais trabalhávamos. Só queremos trabalhar, produzir para nós todos e para o nosso país para que isto ande para a frente. Nós temos presente que as pancadas que devemos ao MAP saram, a Reforma Agrária é que não sara se acabar e será um grande mal para a gente. Por isso temos de lutar. Os agrários só querem a terra para vender, para vender os gados, para

deixar a terra sem produção, os trabalhadores sem trabalho. Como este agrário, Vasco Ribeiro, com 86 anos: é industrial de moagem, tem os mantimentos para comer, não precisava das nossas instalações, deixava-nos fazer a nossa vida.

Só o Partido Comunista nos defende. E Deus que lá está em cima, terá um bocadinho que um dia há-de ser para a gente. A luta nunca pára. Morrem os mais velhos, ficam os mais novos a lutar; morrem estes, outros vêm e lutam. Nunca acaba. Eu com 15 anos já tenho esta ideia, o meu irmão com 12 tem a mesma. São cada vez mais a lutarem para que a Reforma Agrária vá para a frente.

A razão por que me fui lá meter com esta ideia

Iselinda é uma trabalhadora de 63 anos. Foi uma das agredidas quando se encontrava à entrada da cooperativa a defender o pão.

— E que só com a cooperativa depois do 25 de Abril comecei a ter com que encher a barriga. Antes, desde que o meu marido morreu, a minha vida foi só sofrer, cheia de fome, cinco filhos a pedirem-me bocadinhos de pão para se criarem, só com o mais velho com 14 anos a ganhar 50\$00 por mês.

Só dirá porque é que com esta idade me fui lá meter quem não passou o que eu passei: anos de grande fome. Os filhos foram de guerra. A guerra era noutros países, nós estávamos cá, mas passávamos tão mal, não tínhamos géneros. Comíamos os murrucatos, que era um pão negro, quase só farelo. Penetrava-se a farinha e o pão bom lá para os senhores fidalgos e estes páes eram para os criados e a população. Também lhas chamávamos fanecos. Nos outros anos, desde criança, mal lá ia na mesma. Éramos nove irmãos. Com 12 anos comecei a trabalhar com uma saquinha pelas costas, dentro daqueles trigos, tantas vezes a chover, a água a escorrer por dentro da gente e a gente tinha de se armar, além de roda das esteiras, chamas de fumaça, trabalhava do nascer ao pôr, para ganhar 2\$50, 3\$00 e um queijo. Sou dos anos em que morria muita gente na ceifa.

Depois, quando o meu marido fazia mais falta, morreu deixando-me com o mais novo que nasceria daí a dois meses, com a minha Rosalinda de 11 anos, o meu José de 6 anos, a Rosalinda de 2 e o mais velho com 14 anos e mais. O desaparecimento do meu marido foi ele que viu que



tínhamos grandes necessidades em casa e que não aguentava e via os filhos e a mulher com fome e pensou em arrumar-se. Foi um crime do fascismo. Eu cá fiquei e muito penel para os criar, indo trabalhar a outras terras quando o havia, lavando garrafas a troco de uma tijela de sopa. Muita falta fez o meu marido. Tão bom que era! Nunca me bateu, nem tratou mal. Para agora eu apanhar uma sova tão grande. Tudo para defender o pão que antes sempre me faltou.

Pequenos Agricultores de Bragança reclamam o escoamento da batata!

Cerca de uma centena de pequenos e médios agricultores de Bragança concentrou-se na semana passada, no dia 23, no Largo da Junta Nacional das Frutas (JNF) para reclamar o pagamento da batata adquirida pela JNF no ano transacto; exigiu o escoamento da produção deste ano, paga ao preço de sete escudos e cinquenta centavos o quilo; protestar contra as subidas de 38% do preço dos adubos e de 20% dos pesticidas e contra os aumentos nos preços da semente de cereal e do gasóleo.

Várias moções traduzindo os sentimentos de repúdio dos camponeses de Bragança, justamente preocupados pelo agravamento da sua situação e pelo domínio absoluto dos intermediários sobre os circuitos de comercialização, foram aprovadas durante a concentração.

É na verdade preocupante o que se passa com a comercialização da batata. Por um lado, há ainda avultadas dívidas da JNF aos produtores relativas à intervenção verificada no último ano. Por exemplo, na

região de Chaves monta a cerca de 20 mil contos o total dos débitos em atraso da JNF.

Por outro lado, é preocupante o que se está a passar este ano, não se vislumbrando por parte da JNF vontade de intervenção para o escoamento da batata, o que só favorece as manobras dos grandes intermediários, que estão a impor preços de ruína e, certamente, se preparam para, como no ano passado, enfiar nos armazéns da JNF quantidades deste produto, retirando grandes lucros, como se verificou no ano de 1977.



Vassili Vinogradov, deputado do Soviete de Leningrado e Herói do Trabalho Socialista, aderiu ao Partido em 1915 e participou directamente na Revolução de Outubro, sobre a qual fala (na foto) aos pioneiros. Na URSS, a experiência e a sabedoria dos velhos é posta ao serviço da educação dos mais novos, ajudando-os e incentivando-os a construir o futuro.

A Revolução de Outubro comemorada em Portugal

Caracterizadas pela aderência entusiástica e pela viva participação de numeroso público, prosseguem em todo o país as comemorações do 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, promovidas pela Associação Portugal-URSS, no âmbito dos acordos de cooperação e intercâmbio com a sua congénere soviética.

Este ano, o programa comemorativo do 7 de Novembro consta de diversas iniciativas de carácter cultural, artístico e desportivo, integradas na jornada «Dias da URSS em Portugal», dedicado em particular à República Soviética da Arménia. É, aliás, oriunda desta República do Cáucaso a delegação soviética que actualmente se encontra em Portugal, constituída por personalidades dos meios culturais, artísticos, intelectuais, científicos, desportivos e religiosos.

Além de vários colóquios, encontros e sessões públicas, as comemorações incluem uma grande exposição de pintura contemporânea da Arménia, com mais de uma centena de quadros, que ainda pode ser visitada na Fundação Gulbenkian, em Lisboa; e um ciclo de cinema soviético no Palácio Foz, também em Lisboa, que termina no próximo fim de semana (com sessões às 15 e 15, 18 e 15 e 21 e 15), estando marcada para hoje a exibição de «Quando Setembro começa», de Edmond Keossian. Este ciclo de cinema é uma iniciativa conjunta da Secretaria de Estado da Cultura, da Embaixada soviética e da Associação Portugal-URSS.

Hoje à noite festa na «Voz do Operário»

Realiza-se hoje, a partir das 21 e 30, na Voz do Operário, em Lisboa, uma grande festa comemorativa do 61.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro.

A jornada, que se integra no vasto programa comemorativo organizado pela Associação Portugal-URSS, consta de uma primeira parte com intervenções de personalidades soviéticas e portuguesas sobre o significado histórico do 7 de Novembro, e de uma segunda parte com as actuações do Conjunto e Dança Popular dos Ferrovianos de Erevan e de vários artistas portugueses.

Música clássica, folclore e judo

Entretanto, prossegue a digressão pelo nosso país do quarteto de música de câmara «Komitas», que é acompanhado pelo conhecido pianista arménio Iuri Airapetian. Este quarteto, que foi criado há 54 anos, e o referido pianista já se exibiram em Évora e Lisboa, respectivamente no Teatro Garcia de Resende e na Fundação Gulbenkian, estando ainda prevista a sua presença em Braga, Porto, Coimbra, Guarda e Castelo Branco.

Também continua com grande êxito a digressão do Conjunto de Dança Popular do Palácio da Cultura do Clube dos Ferrovianos de Erevan (capital da Arménia), que já actuou em Évora, Beja, Lagos, Silves, Moita e na Ilha Terceira (Açores).

Actualmente, este grupo, que surgiu em 1966, é constituído por 70 dançarinos e dirigido pelo conhecido artista Vardgesh Rachid. O conjunto foi laureado numa das edições do Festival de Arte Amadora dos Trabalhadores de Toda a URSS, tendo já participado em mais de 400 espectáculos.

Conferência de Imprensa com camaradas da Arménia, Estónia e Lituânia

Convidada pela Associação Portugal-URSS para assistir no nosso país às comemorações do 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, integradas na jornada «Dias da URSS em Portugal», encontra-se entre nós uma delegação daquele país constituída por vinte personalidades ligadas a diferentes sectores de diversas Repúblicas Soviéticas.

Anteontem, alguns dos elementos da representação soviética estiveram na sede da Associação para um encontro com os jornalistas a quem foram prestadas várias informações sobre importantes aspectos da realidade económica e social na União Soviética, em particular nas Repúblicas da Arménia, Estónia e Lituânia.

Além de Armando Myre Soares, membro da direcção da «Portugal-URSS», participaram na conferência de Imprensa os camaradas Janyk Janoyan, Ministro das Finanças, Petik Petrossian, director de um «Kolkhoze» e Zaven Sakisian, conselheiro governamental (os três da República da Arménia); Arseni Ivanovitch Blum, Ministro da Economia e deputado ao Soviete Supremo da República da Estónia e Raivo Kharand, chefe da secção de organização do trabalho e salários da empresa «Norma» e membro do Ministério da Indústria da Estónia; e ainda Ionas Dovidais, director do combinado de Panificação de Kapsuk (República da Lituânia).

Após uma breve intervenção sobre os traços gerais que caracterizam a organização

económica na União Soviética, com especial destaque para a planificação, foram dados vários elementos de grande interesse sobre a vida económica naquelas três Repúblicas Soviéticas.

Em relação à Arménia (uma das civilizações mais antigas do Mundo e do ponto de vista cultural uma das mais importantes), foi salientado, nomeadamente, que a República exporta para 70 países, tendo alcançado um assinalável desenvolvimento nos domínios da metalurgia, indústria química, electrotécnica, construção de máquinas, indústria alimentar, construção civil, etc.

Sobre a Estónia foi sublinhado, entre muitos outros aspectos, que essa República possui hoje uma economia diversificada e apoiada pela maquinaria mais moderna, assentando a principal indústria no múltiplo aproveitamento do xisto. A energia eléctrica produzida na Estónia é também utilizada noutras Repúblicas. Foi referido, a propósito, que a cidade de Leningrado é abastecida pela energia eléctrica produzida na Estónia.

Por seu turno, o representante da República da Lituânia salientou a indústria electrónica e a construção de maquinaria diversa e ainda as diversas indústrias resultantes da actividade piscatória (reparação e construção naval, conservas, etc.).

No decorrer da conferência de Imprensa, os camaradas soviéticos referiram-se ainda, respondendo a diversas questões colocadas pelos jornalistas, às saídas profissionais dos

estudantes dos diversos cursos (médicos ou superiores) do ensino técnico, à participação dos sindicatos na vida económica e cultural, à organização sindical e às relações comerciais da URSS, em particular com as outras nações socialistas.

Também anteontem um grupo de intelectuais da República Socialista Soviética da Arménia esteve num encontro informal com jornalistas portugueses, onde, em amena conversa, se abordaram vários aspectos da vida daquela República.

O grupo era composto por Rafik Oganessovitch Kazanchian, vice-director chefe do jornal «Areniki Dzail» («A Voz da Pátria»), órgão do Comité para as relações com os compatriotas no estrangeiro, Elizavete Chatlian, escritora e tradutora da moderna literatura arménia para o russo, e Kazemir Stefania Talalene, Instrutora de trabalho cultural de massas da União de Casas de Repouso dos Trabalhadores da Agricultura da R.S.S. da Lituânia.

Além disso, o representante do Comité Desportivo da Arménia e vice-presidente da Federação Internacional do Pentatlo Moderno, participava num encontro sobre desporto e a sua importância na vida das pessoas e das sociedades.

Igor Novikov é um atleta de méritos internacionais, com um palmarés desportivo verdadeiramente notável: quatro vezes campeão do Pentatlo Moderno (individual) duas vezes campeão olímpico (por equipas) e cinco vezes campeão da URSS.

No Norte

O Conjunto de Danças Populares do Palácio da Cultura dos Ferrovianos de Erevan exibiu-se amanhã, às 21 e 30, no Palácio de Cristal, durante uma festa popular, a que assiste uma delegação soviética constituída pelo ministro das Finanças da República Socialista Soviética da Arménia, Dr. Djanki Djanoian, e um Herói do Trabalho Socialista, Petik Petrossian.

Entretanto, hoje à noite, pelas 21 e 30, uma delegação de vinte personalidades soviéticas, chefiada pelo ministro da Economia da República Socialista da Estónia, Ivanovitch Blum, estará presente numa sessão que se realiza no Cine-Clube do Porto, à Rua do Rosário.

Amanhã, às 18 horas, o quarteto «Komitas» e o pianista Iuri Airapetian darão um concerto no salão do Conservatório do Porto durante o qual executarão obras de Beethoven, Handel, Mozart, Tchaikovski e compositores contemporâneos da Arménia.

«A URSS é o país da paz e do socialismo», é um dos temas da exposição fotográfica que, a partir de hoje e até ao próximo dia 10 do corrente, estará patente, entre as 21 e 30, a 23 e 30 horas, na Casa do Rosário, no Palácio de Cristal.

Neste local, serão projectados todas as noites diapositivos e filmes soviéticos.

Em Viana do Castelo, actua no Teatro de Sá de Miranda, no sábado à noite, o conjunto de dança popular do Palácio da Cultura de Erevan.

Esta actividade em prol do reforço da amizade e cooperação entre os povos é desenvolvida não só pelas 115 Associações de Amizade com a URSS que presentemente existem, como ainda por outras Organizações e entidades particulares. No total a USSA — União das Associações de Amizade e de relações culturais da URSS com o estrangeiro — mantém contactos com mais de 8000 organizações estatais, públicas, culturais, científicas, de mulheres e de juventude, escolas e municipalidades, bem como com personalidades da ciência, da cultura e da política de mais de 141 países.

No âmbito das suas actividades culturais, as Associações de Amizade com a URSS organizam exposições de pintura e fotografia soviéticas, bem como concertos onde actuem artistas eminentes. Com o apoio da USSA abrem escolas e cursos de russo que funcionam em quase 80 países e são frequentados por mais de 600 000 pessoas.

Tudo isto é ilustrativo do frutuoso trabalho em prol do entendimento e cooperação entre os povos desenvolvidos pelas Associações de Amizade com a URSS, como ficou bem patente, por exemplo, em 1977, por ocasião do 60.º Aniversário da Grande Revolução de Outubro, quando estas organizaram «meses» e «semanas» de Amizade com o povo soviético, colóquios, conferências e festivais de filmes histórico-revolucionários e documentais.

No nosso país tem sido bastante importante o trabalho desenvolvido pela Associação Portugal-URSS, constituída ainda em 1974, pouco depois do 25 de Abril. Ao longo dos

Temas vários

Em Madrid: jornada internacional de solidariedade com o Chile

Num momento em que o governo de Pinochet dissolve as sete principais federações sindicais, afectando 400 mil pessoas, e tenta lançar sindicatos fantoches que evitem ciosamente a «politicização»; num momento em que se realizam numerosas greves, como ainda recentemente os mineiros do cobre e os trabalhadores da siderurgia de Huachipato, e os familiares dos «desaparecidos», com ampla solidariedade nacional e internacional, lutam contra a repressão; num momento em que a Junta encontra dificuldades crescentes em governar e também no seio das forças armadas cresce a oposição ao regime — a solidariedade internacional dá um novo passo com a Conferência mundial de solidariedade com o Chile, a realizar de 9 a 12 de Novembro em Madrid e em que estarão representados o PCP e outras organizações democráticas portuguesas.

Do processo do fascismo no Chile, implantado pela força em 11 de Setembro de 1973, e que custou a vida a 30 mil chilenos, se pode dizer justamente que, apesar da inaudita brutalidade repressiva, apesar das prisões em massa e dos «desaparecidos», não conseguiu dobrar a vontade do povo chileno. A «pacificação» não foi alcançada. A luta continua e agudiza-se. Ganha maior amplitude, mobiliza

Um quotidiano de arbitrio e repressão

2000\$00), uma dívida externa que já ultrapassou os mil milhões de dólares. A situação agropecuária do país é dramática. No ano agrícola 77-78, o produto agrícola bruto desceu cerca de 27%.



Prisão de participantes numa manifestação: o modo fascista de encerrar as liberdades

massas crescentes, assenta na unidade que se vai conquistando. É o sólido elemento de futuro face ao caos económico e social em que a ditadura mergulhou o país. Cinco anos de estado de sítio atestam da incapacidade do regime em se impor. No domínio da

pela democracia. Na própria Junta surgiu uma voz dissidente, o que levou à destituição de 18 generais da Força Aérea. As forças armadas são cada vez menos um apoio seguro para Pinochet. A unidade e a organização crescente das forças democráticas, por que os comunistas chilenos se têm batido consequentemente, aproxima o momento da vitória da liberdade. Pinochet está condenado. A experiência do governo de unidade popular — os mil dias em que o povo chileno teve clara consciência da sua força — não poderá nunca ser varrida da memória das massas trabalhadoras. Uma consciência hoje reforçada com a convicção da necessidade vital de defesa



Em todo o mundo cresce o movimento de solidariedade com o povo chileno. Na foto: manifestação no México

das conquistas revolucionárias. O novo Chile será um Chile democrático, seguro na defesa dos interesses

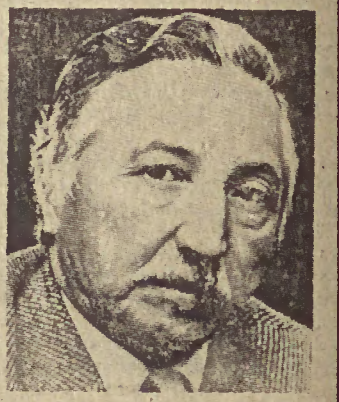
populares. Na luta pelo novo Chile democrático, a solidariedade internacional é um contributo indispensável.

A terra treme sob os pés de Pinochet

«Nenhuma tirania, nenhum regime repudiado pelo povo, como é o caso da Junta, pode manter-se muito tempo nos nossos dias — afirmou o camarada Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista Chileno, numa entrevista concedida em 1977. E muitos menos quando se manteve a unidade dos partidos de esquerda e se avançou, apesar de tudo, com o entendimento das forças democráticas. Aqui joga um papel importante a enorme solidariedade internacional com que contamos. O carácter da política económica e social da Junta é tão oposto aos

interesses do povo que a sua luta se expressa, como dissemos, de múltiplas formas. A prorrogação do estado de sítio e a ilegalização de todos os partidos são, a nosso ver, sinais de fraqueza e não de força. A terra treme sob os pés de Pinochet. Não só a Unidade Popular mas também a Democracia Cristã afirmaram que a construção de uma nova democracia é uma tarefa de hoje, de agora, de agora mesmo, não de amanhã e muito menos de uma nova geração. Quando tão vastas e decisivas forças se pronunciam pela liberdade

e lutam por ela, parece-me indiscutível que a tirania não pode durar muito tempo».



Luis Corvalán

Protesto da CGTP

Também em Portugal a solidariedade com o povo chileno é uma constante.

Face à dissolução das federações sindicais chilenas, por determinação da Junta, a CGTP-Intersindical emitiu um comunicado em que «protesta com vigor contra mais este atentado às liberdades praticado pelo ditador fascista Pinochet e apela a todas as estruturas do Movimento Sindical, a todas

as organizações democráticas, e à opinião pública em geral para que, através de cartas e telegramas, protestem, igualmente, junto do governo fascista do Chile».

O apoio dos democratas portugueses à Conferência Mundial de solidariedade com o Chile a realizar em Madrid, manifestou-se — para além de outras formas, nomeadamente moções aprovadas em diversas realizações populares

— numa declaração de apoio em que se afirma a esperança de que «a realização desta conferência contribua decisivamente para a reconquista da liberdade pelo povo chileno e ponha um termo rápido ao odioso regime de Pinochet e que a mesma constitua um marco no avanço das forças democráticas em todo o mundo, na realização da justiça, da paz e do progresso de todos os povos».

O que são as Associações de Amizade com a URSS?

As Associações de Amizade com a URSS foram criadas para possibilitar aos povos de todo o mundo um melhor conhecimento da União Soviética, da sua política interna e externa, favorecer a cooperação cultural com o povo soviético e contribuir, em suma, para um clima de confiança mútua e de reforço da Paz.

Esta actividade em prol do reforço da amizade e cooperação entre os povos é desenvolvida não só pelas 115 Associações de Amizade com a URSS que presentemente existem, como ainda por outras Organizações e entidades particulares. No total a USSA — União das Associações de Amizade e de relações culturais da URSS com o estrangeiro — mantém contactos com mais de 8000 organizações estatais, públicas, culturais, científicas, de mulheres e de juventude, escolas e municipalidades, bem como com personalidades da ciência, da cultura e da política de mais de 141 países.

No âmbito das suas actividades culturais, as Associações de Amizade com a URSS organizam exposições de pintura e fotografia soviéticas, bem como concertos onde actuem artistas eminentes. Com o apoio da USSA abrem escolas e cursos de russo que funcionam em quase 80 países e são frequentados por mais de 600 000 pessoas.

Tudo isto é ilustrativo do frutuoso trabalho em prol do entendimento e cooperação entre os povos desenvolvidos pelas Associações de Amizade com a URSS, como ficou bem patente, por exemplo, em 1977, por ocasião do 60.º Aniversário da Grande Revolução de Outubro, quando estas organizaram «meses» e «semanas» de Amizade com o povo soviético, colóquios, conferências e festivais de filmes histórico-revolucionários e documentais.

No nosso país tem sido bastante importante o trabalho desenvolvido pela Associação Portugal-URSS, constituída ainda em 1974, pouco depois do 25 de Abril. Ao longo dos

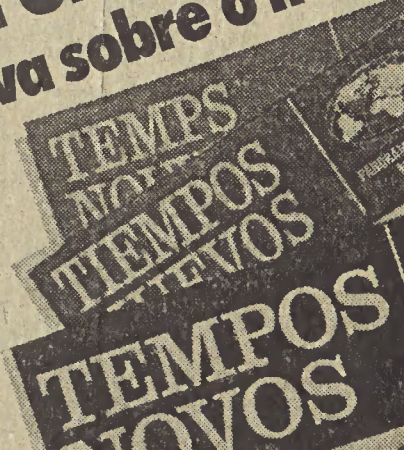
últimos quatro anos, a Associação — em cujos corpos dirigentes se encontram conhecidas personalidades dos meios intelectuais, culturais, artísticos e científicos — tem alargado a sua actividade, possuindo hoje numerosos núcleos a nível concelhio e distrital.

Desempenhando um papel fundamental no âmbito da cooperação cultural entre o nosso país e a União Soviética, a «Portugal-URSS» tem organizado várias excursões àquele país e dinamizado o intercâmbio de delegações de Portugal e da URSS. A sua actividade é ainda marcada pela realização de cursos de língua russa, sessões de cinema, colóquios, encontros e debates sobre a realidade soviética. As iniciativas mais importantes da Associação enquadram-se no acordo de cooperação celebrado com a sua congénere soviética, acordo esse que tem como principal objectivo dar a conhecer em cada país a expressão cultural, os costumes, o modo de vida e as tradições dos povos de Portugal e da URSS.

TEMPOS NOVOS

agora em Português

uma revista nova sobre o homem novo




Venda e assinaturas:
Livraria Bertrand, SARL
Livrarias C.D.L.

TEMPOS NOVOS
TOMANDO O PULSO AOS POVOS

Assinatura anual — 200\$00
Número avulso — 12\$50

O 60.º aniversário do PC da Áustria

Em 3 de Novembro de 1918 — há precisamente 60 anos — foi criado o Partido Comunista da Áustria. A propósito da efeméride, o Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PCA a seguinte saudação:

Queridos camaradas: Por motivo do 60.º aniversário do Partido Comunista da Áustria, o Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos e, por vosso intermédio, à classe operária e ao povo austriaco, as suas calorosas e fraternais saudações.

Desde a sua fundação, e nas difíceis condições de proibição ou de perseguição, alvo de discriminações e de calúnias, a vida do Partido Comunista da Áustria sempre esteve ligada às lutas do movimento operário e do povo austriaco, pela unidade contra a ofensiva fascista, pelas conquistas democráticas e os direitos das massas trabalhadoras, contra o capital, pela independência nacional, a paz e o socialismo.

O Partido Comunista Português sempre tem seguido com atenção e apreço a actividade do vosso partido no sentido de esclarecer e alertar os trabalhadores do seu país quanto à política de «colaboração social da burguesia e dos dirigentes sociais-democratas que se mostram incapazes de defender efectivamente os direitos democráticos e os interesses vitais do povo da Áustria.

Solidários com a luta do partido irmão da Áustria, fazemos votos para que as comemorações do seu 60.º aniversário contribuam para o reforço e o desenvolvimento do Partido e do seu papel na vida política do seu país, na luta antimonopolista por uma alternativa democrática que permita sair da grave crise, por profundas transformações económicas e sociais que abram caminho ao socialismo.

Queremos ainda manifestar-vos, queridos camaradas, os nossos votos de que se reforcem e se desenvolvam os laços de solidariedade fraternal que, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, unem o Partido Comunista da Áustria e o Partido Comunista Português.

Viva o Partido Comunista da Áustria!
Viva a unidade do movimento comunista internacional!

Saudação ao PC da Grécia

A propósito das recentes eleições locais na Grécia, nas quais o PCG, conforme oportunamente noticiámos, alcançou notáveis avanços na sua votação, o Secretariado do CC do PCP enviou ao CC do Partido Comunista da Grécia, via telex, a seguinte saudação:

Queridos Camaradas: Comunistas portugueses saúdam com alegria importante progresso eleições municipais, desejam-vos novos sucessos vossa luta na vanguarda da classe operária pela consolidação da democracia e pelo progresso social.

Semana

25
Quarta-feira

1967 — Os EUA bombardeiam Ha-nói, no Vietname.

Um porta-voz da ZAPU afirma em Nova Iorque, na ONU, que os países capitalistas do ocidente e em particular a França devem assumir total responsabilidade pelo massacre de refugiados em território zambiano efectuado pela Força Aérea de Smith. O vice-primeiro-ministro chinês manifesta em Tóquio a "maior compreensão" do seu governo pela aliança militar entre o Japão e os EUA. O Conselho Indigenista Missionário do Brasil define como forma de genocídio o projecto governamental de "emancipação" dos índios do país. ■ Eclozem violentos distúrbios e uma nova vaga de greves no Irão. ■ A SWAPO, os cinco Estados da "Linha da Frente" e o grupo africano na ONU manifestam a sua oposição ao acordo negociado entre os MNEs ocidentais e o governo racista de Pretória sobre o futuro da Namíbia. ■ A França assiste a uma nova vaga de greves: paralisação limitada nos portos de mar, paralisações nos correios, TV e recolha do lixo. ■ O presidente Giscard d'Estaing, da França, chega a Itália para a sua primeira visita oficial àquele país. ■ A Organização de Libertação da Palestina (OLP) rejeita uma sugestão norte-americana para a sua participação nas propostas eleições na margem ocidental do Jordão e na faixa de Gaza. ■ O Sínodo Branco da Igreja Reformista Holandesa da África do Sul, que tem sido considerada um dos pilares dos racistas, decide manter o "apartheid" na Igreja. ■ O diário soviético "Izvestia" acusa certos círculos norte-americanos, partidários da guerra-fria, de tentarem obstruir as conversações "SALT II".

26
Quinta-feira

1917 — O II Congresso dos Soviotes da Rússia adopta os decretos sobre a Paz e sobre a Terra e cria o Conselho dos Comissários do Povo, tendo à frente Vladimir Ulianov — Lênine.

Segundo informações do jornal oficioso "Al Ahram", as forças de segurança do Egipto descobriam e neutralizaram uma conspiração para derrubar Sadat. ■ Após a apresentação da "fase dois" do plano de Carter de luta contra a inflação, o dólar norte-americano regista dois novos recordes de "baixa": em relação ao marco da RFA e ao iene japonês. ■ São fuzilados dezasseis oficiais somalis condenados à morte pela sua participação na intenção para derrubar Siad Barre, a 9 de Abril deste ano. ■ Na Nicarágua o "Grupo dos Doze", apoiado pela Frente Sandinista, abandona a Frente Ampla da Oposição da Nicarágua — FAO — por uma parte da oposição estar disposta, a negociar através dos "mediadores" (controlados pelos EUA), com o Partido Liberal Nacionalista do ditador Somoza, aceitando que este continue a mandar no país até 1981. ■ É anunciado que os representantes da "Linha da Frente" planeiam reunir-se em breve em Dar-Es-Salam para debaterem as medidas a adoptar perante a modificação das propostas anglo-americanas sobre a Rodésia. ■ O presidente Ahmed Hassan Al-Bakr, do Iraque, e o seu homólogo sírio Hafez Assad, assinam, em Bagdad, um amplo acordo de cooperação entre os dois países. ■ Luis Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista de Chile, declara em Genebra que está a aumentar a oposição militar ao regime fascista de Pinochet. ■ O general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, ministro do Supremo Tribunal Militar do Brasil, pronuncia um discurso nas próprias dependências do Tribunal, no qual pediu amnistia para os presos políticos, regresso à Constituição de 1967, eliminação da censura prévia aos órgãos de comunicação social e eleições directas para a Presidência da República e Governo de Estados. ■ Termina em Budapeste a Conferência de três dias sobre o papel dos Partidos Comunistas e Operários e as organizações de massas.

27
Sexta-feira

1922 — Os fascistas italianos realizam a "Marcha sobre Roma"; Mussolini vai de comboio. No dia seguinte o rei nomeia-o primeiro-ministro.

Um relatório da Comissão Europeia informa que mais de 149 mil trabalhadores das indústrias siderúrgicas dos países da CEE poderão perder os seus empregos até 1980. ■ Fonte oficial iraquiana informa que acaba de ser citado um "Alto Comité Político" sírio-iraquiano na sequência das conversações que o presidente sírio Hafez Al Assad travou em Bagdad com o presidente do Iraque, Ahmed Hassan Al Bakr. ■ Uma vez mais a emissora oficial do Uganda noticia que o território ugandês está a ser "invadido", a sul, por tropas "zambianas e cubanas". ■ A pedido do presidente libanês, Elias Sarkis, a Liga Árabe decidiu prolongar por mais seis meses o mandato da Força pan-árabe de paz no Líbano, composta por 30 000 homens. ■ O Partido Trabalhista britânico, no poder, ganha duas eleições parciais, o que lhe permite manter os lugares de que dispõe no Parlamento.

28
Sábado

1866 — É inaugurada a "Estatua da Liberdade", na entrada do porto de Nova Iorque; foi doada pela França a esta cidade por ocasião do I Centenário da Independência dos EUA.

Enquanto a Comissão Nobel atribua o "Nobel da Paz-78" a Begin e Sadat, "ex-aqueo", os sionistas decidem continuar a instalação de colonatos na margem esquerda do rio Jordão e na faixa de Gaza, ou seja, em territórios árabes ocupados. ■ O povo checoslovaco comemora o 60.º aniversário da sua independência. ■ Continuam violentos motins no Irão, com a polícia e o Exército do Xá impotentes para deterem esta nova vaga, apesar da violência com que actuam. ■ O governo da Guatemala cancela a personalidade jurídica de dois sindicatos, que desempenharam o papel mais activo na greve geral ocorrida recentemente no país — a Associação de Telegrafistas e Radiotelegrafistas da Guatemala e a Associação Nacional de Carteiros. ■ Em Bilbao, no país basco, confrontos entre separatistas bascos e a polícia fazem 17 feridos, 4 dos quais hospitalizados, quando a polícia carregou sobre os separatistas. Estes preparavam-se para organizar uma contra-manifestação em resposta à do Partido Nacionalista Basco, que protestava contra a violência em Bilbao. ■ O juiz Márcio José de Moraes responsabiliza o governo brasileiro pela prisão e morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nas dependências do Segundo Exército, em 1975.

29
Domingo

1965 — Ben Barka, dirigente progressista marroquino, é raptado em Paris e posteriormente assassinado.

A República Socialista do Vietname acusa os dirigentes chineses de enviarem milhares de homens através da fronteira para destruir instalações económicas e defensivas. ■ Os cosmonautas Kovalyonok e Ivanchenkov estão a concluir os seus estudos científicos a bordo da estação espacial "Saliut-6" e a concentrarem-se nos preparativos para o regresso à Terra. ■ Os ministros dos NEs dos países árabes chegam a Bagdad para participarem nos trabalhos preparatórios da cimeira convocada pelo Iraque, que analisará as consequências das negociações israelo-egípcias.

30
Segunda-feira

1935 — A Itália fascista declara guerra à Abissínia (Etiópia).

Trezentos mil trabalhadores de diversos complexos industriais de S. Paulo decidem iniciar uma greve geral. ■ Seguindo o seu estilo nazi-fascista, a ditadura de Pinochet, no Chile, resolve criar os "seus" sindicatos. ■ O ditador Somoza, da Nicarágua, afirma que continuará a comprar armas para fazer frente aos "inimigos do regime". ■ A oposição irianiana encontra-se em Paris para tentar elaborar uma estratégia comum para derrubar a ditadura do Xá. ■ Morrem trinta pessoas no Irão, em confronto com as forças repressivas do Xá.

31
Terça-feira

1918 — Revolução democrática-burguesa na Hungria.

A "Triple A" (Aliança Apostólica Anticomunista) reivindica a autoria de um atentado à bomba no jornal espanhol "El País". ■ O ocorrido no dia anterior e que feriu gravemente duas pessoas. ■ O Uganda continua a acusar a Zâmbia de invadir as suas fronteiras para esconder a sublevação de unidades militares ao sul do país que, segundo informa a imprensa diária, estalou há já duas semanas. ■ Os dois membros mais importantes do governo do Xá do Irão demitem-se e são imediatamente substituídos.

RFA: anticomunismo à solta

«A República Federal da Alemanha é, actualmente, o mais importante centro europeu do imperialismo» — salientou-nos o camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política do CC do PCP, que representou o nosso Partido no Congresso de Mannheim do Partido Comunista da Alemanha (DKP). «Através dos investimentos e do domínio que exerce nas economias de outros países, arrecada grandes mais-valias extorquidas aos trabalhadores em muitos diversos pontos do mundo».

Trocámos breves impressões com Blanqui Teixeira, no regresso da sua viagem. Falou-nos da situação na RFA, da acção do DKP e do seu Congresso, assim como sobre a sua participação num colóquio em Frankfurt.

— O facto de ser um tão importante centro do imperialismo decerto tem consequências no ambiente político, não é assim?

— Evidentemente. A social democracia alemã, que é, actualmente, a principal força que governa o país, apesar das dificuldades que tem na sua competição com as forças mais reacçãoárias, que pretendem voltar a dominar a Alemanha Federal, mantém um ambiente de intimidação que tem sérias repercussões na vida nacional.

Ao lado da República Democrática Alemã, a comparação objectiva entre as duas Alemanhas ganha uma força cada vez maior a favor do socialismo. Muitos habitantes da RFA verificam, no concreto, que o nível de vida se vai distanciando e cresce o número dos que se deslocam à RDA para fazer compras.

Talvez para fazer frente a esta realidade, o anticomunismo penetra toda a vida política do país. Há um estorço de propaganda sistemática contra o socialismo, de deformação da verdade, de manipulação, de calúnias. Tal como cá, também na RFA se procura culpar os comunistas de todas as aventuras e mesmo actos de terrorismo praticados por grupos em que, quase sempre, está o dedo, ou a mão, da pior reacção.

Esta política gera um ambiente de intimidação e de cerceamento das liberdades. Os trabalhadores têm receio de dizerem que são comunistas. São conhecidas as interdições profissionais, que

atingem os elementos progressistas na RFA. Utiliza-se a televisão para, por exemplo, colocar ao lado de terroristas e criminosos de direito comum, dirigentes do DKP como o seu próprio presidente.

— Que impressão trazes do Congresso do DKP?

— Falei-vos do ambiente político na RFA e das dificuldades que ele cria para a defesa das liberdades democráticas e ainda mais, para o seu desenvolvimento. É neste ambiente que o Partido Comunista da Alemanha — o DKP — leva à prática o seu papel de vanguarda da classe operária da RFA.

Apesar de todas essas dificuldades, o partido imão tem aumentado as suas fileiras e vai ganhando influência em diversos sectores da população. Para isso tem decerto contribuído a sua firmeza ideológica e a orientação que tem defendido em prol da unidade da classe operária e por uma ampla aliança das diversas camadas antimonopolistas contra



Jovem brutalizado pela polícia da RFA. Motivo: protestar contra a realização de um congresso do partido neonazi

as forças reacçãoárias e imperialistas.

O Congresso tomou bem clara a existência de uma profunda unidade dentro do Partido. Foi aprovado por unanimidade o Programa do Partido. Este Programa é uma contribuição valiosa para a caracterização da situação existente na RFA e para a definição das tarefas fundamentais dos comunistas, da classe operária, de todos os trabalhadores do país.

Naturalmente que, tal como cá, os jornais burgueses procuram caluniar a unidade existente porque desconhecem ou ocultam que ela é construída na base de intensas discussões, que ela é fruto da democracia interna que se vive no Partido.

— E a nossa participação?

— Mais uma vez foi realçada a grande fraternidade nas relações entre o PCP e o DKP, a notória compreensão e solidariedade do DKP com a luta do nosso povo. A delegação do nosso Partido falou no primeiro dia do Congresso. Na nossa intervenção saudámos o Congresso e manifestámos a nossa confiança na luta das camaradas da RFA. Demos depois um rápido panorama da situação em Portugal, numa exposição atentamente acompanhada pelos delegados ao Congresso, que não se cansavam de aplaudir a actividade do nosso Partido.

Ainda durante o Congresso, tivemos a oportunidade de

participar, com outras delegações estrangeiras, num comício na pequena cidade de Ettlingen, perto de Karlsruhe, onde cresce a influência do DKP. Um dirigente local falou-nos, por exemplo, do êxito obtido na última venda militante na rua do jornal do DKP — o «Unserer Zeit». Tivemos novamente ocasião de falar da situação no nosso país e de encontrar a adesão e a solidariedade dos assistentes, entre os quais alguns portugueses. No jantar que se seguiu pudemos contactar com velhos militantes comunistas e também com jovens. Lembramo-nos de que um destes nos pediu para transmitir saudações à UJC e à UEC.

— Sabemos que a delegação portuguesa participou também num colóquio contra o neocolonialismo. Que nos podes dizer desse colóquio?

— Participámos, de facto, num colóquio que se realizou em Frankfurt, a 23 e 24 de Outubro, sobre «O neocolonialismo da RFA e a luta anti-imperialista», organizado pelo Boletim de Informação Anti-imperialista e o Instituto de Estudos e Investigação Marxistas. Estiveram presentes delegações de dezenas de partidos irmãos e organizações unitárias. Houve muito diversas intervenções: da América Latina, de África, do Médio Oriente, da Ásia, da Europa. Destacamos a participação de investigadores e militantes da RFA que têm aprofundado o desmascaramento das posições neocolonialistas e imperialistas da RFA. A nossa delegação referiu-se naturalmente à situação portuguesa e a aspectos da actividade imperialista no nosso país.

Tivemos ainda possibilidade de contactar trabalhadores portugueses emigrados que apesar de longe da pátria se sentem profundamente solidários e próximos das nossas preocupações. Numa reunião em que estiveram presentes centenas de trabalhadores portugueses foi aprovada por unanimidade e aclamada uma moção em defesa da Reforma Agrária e contra as violências de que está a ser vítima.

Luta popular contra capital em crise

Não se passa uma semana, um dia, sem que novos elementos se venham juntar aos dados gerais da crise do mundo capitalista. Os dados da inflação, do desemprego, da incapacidade e crise política, e também os dados da luta das massas trabalhadoras pelos seus direitos, traduzindo uma crescente consciência de classe face ao capital.

O argumento austeridade surge neste momento como uma linha de orientação dos governos dos vários países capitalistas. Os franceses vindos de férias — os que chegaram a partir, coisa que se vai tomando cada vez mais difícil — constatarão uma vez mais, como acontece todos os anos, que os preços do pão, da carne, da fruta, tinham aumentado. A política governamental de preços livres dá os seus frutos: maiores lucros para os monopólios, inflação, elevação de preços. O número de desempregados aumenta com os jovens saídos das escolas e a aguda crise na indústria metalúrgica, na indústria têxtil, na construção naval, numa economia em depressão em que se regista uma significativa excepção — a indústria militar. Sobe a tensão social. As ligações marítimas do país com o resto do mundo estão interrompidas com a greve dos trabalhadores do mar, enquanto prosseguem as greves do pessoal dos correios, dos telefones e serviços de recolha de lixo. Apesar da divisão da esquerda, a política de Barre, a política de «austeridade» para os

trabalhadores, é fortemente contestada. As eleições parciais para a Assembleia Nacional, em Setembro, constituiram um sério aviso para a «maioria» governamental.

A Itália soma mais uma às inúmeras crises governamentais inevitáveis no difícil esforço da burguesia — despuadoradamente exigido também por Washington — para manter o poder recusando a participação no governo aos comunistas. Também aqui a «austeridade» é tema. As organizações sindicais recusaram-se a aceitar a política governamental de sacrifícios acrescidos para os trabalhadores. Alastra o movimento grevista, abrangendo os hospitais, os serviços de abastecimento de combustíveis dos aeroportos, os bombeiros. Atentados bombistas em série nos bairros orientais de Roma confirmam uma vez mais a estreita coincidência entre crise política e terrorismo, visando objectivamente abrir caminho a uma política clara de direita.

O terrorismo — centrado no país basco — é nota dominante na vida política espanhola. Após anos de luta pela autonomia — no dia 18 de Junho de 1937 Franco tinha decretado a anulação da autonomia do Euzkadi, declarada «provincia traidora» por ter lutado até ao fim contra o fascismo — e um momento em que o movimento autonomista dos trabalhadores do mar, enquanto prosseguem as greves do pessoal dos correios, dos telefones e serviços de recolha de lixo. Apesar da divisão da esquerda, a política de Barre, a política de «austeridade» para os

aderiram os principais partidos políticos, as Comissões Obreras e a União Geral de Trabalhadores.

Neste mundo capitalista em crise, debatendo-se em crescentes dificuldades em todos os domínios, acentuam-se os traços repressivos do sistema. As interdições profissionais — feitas lei na RFA, o que constitui uma grosseira violação dos direitos humanos e um perigo adicional para as forças progressistas dos países capitalistas — é de aplicação corrente no mundo capitalista, das estruturas da CEE à Suécia. Tal como o sufocante sistema policial. Neste domínio destaca-se a Grã-Bretanha, uma vez mais denunciada pela aplicação de tortura, em particular contra os militantes que lutam pela independência no Ulster. Desta vez a denúncia refere-se à prisão de Gartry, onde são utilizados produtos químicos na tortura de presos políticos. A «fleumática» polícia inglesa terá no fim do próximo ano — no centro computador situado no bairro Hendon, na parte setentrional de Londres — informações sobre todos os habitantes adultos do país. Informações que vão sendo registadas desde a escola e que se saíam em indicações positivas e negativas, que fecham ou abrem as portas das universidades e das empresas. Antevisto o que será este «apuro» selectivo é, já hoje, o ataque aos trabalhadores em piquetes de greve, aos manifestantes que protestam contra o racismo, a protecção aos cabecinhas da «Frente Nacional» neofascistas e aos fura-greves.

Centro do mundo capitalista, a crise nos EUA é representativa da própria crise do sistema. Não só



Grécia — Crescente mobilização popular salda-se em grande vitória da esquerda

da sua incapacidade e dos problemas crescentes, mas do tipo de relações entre Estados capitalistas, bem pouco «solidárias». Défice comercial que atingirá os 35 milhões de dólares, este ano, elevada taxa de inflação, que se prevê chegará aos oito por cento, uma política energética sem saída, caracterizam a degradação económica do país. A recente intervenção de Carter, pedindo restrições voluntárias de salários e preços, como parte da anunciada luta contra a inflação é apontada como inoperante, nos próprios meios financeiros por todo o mundo. A baixa do dólar prossegue em queda livre.

Coadunando-se com as crescentes dificuldades internas, a política externa do capital continua a assumir formas perigosas para o necessário clima de desanuiamento internacional. As posições assumidas pela RFA são sintomáticas. Recentemente a República Federal Alemã elegeu o presidente da Câmara de Berlim Ocidental, Dietrich Stobbe, para presidente do Bundesrat, segunda Câmara do Parlamento da Alemanha Federal, numa violação evidente e grosseira do acordo quadripartido de 3 de Setembro de 1971, que estabeleceu que Berlim Ocidental não é parte constitutiva da RFA, e não é por ela governada.

A crise do capital, que a nível político se concretiza numa linha de acção antipopular, tem reflexos directos numa crescente consciencialização das massas trabalhadoras — para o que contribui decisivamente a correcta política dos comunistas. Isto ficou bem evidenciado nas eleições há dias realizadas na Grécia, onde a esquerda ganhou mais de cinquenta por cento dos votos em duas cidades que representam mais de um terço da população. A crescente mobilização popular surge assim como um elemento de peso na vida política dos países capitalistas desenvolvidos.



Manifestação de protesto contra os maus tratos de que são vítimas os presos políticos no Ulster

Solidariedade com o Uruguai



O «Secretariado Internacional de Juristas pela Amnistia no Uruguai» publicou recentemente uma lista sobre a repressão neste martirizado país, há anos esmagado pela ditadura fascista de Stroessner, e os números são impressionantes: 66 mortos pela tortura, 100 «desaparecidos» mais de 5 000 presos políticos sindicais. Tudo isto num país com apenas dois milhões e 800 000 habitantes.

Entre os «desaparecidos» há 68 cidadãos uruguaios cuja «desaparição» se verificou no Argentina, onde se tinham exilado. Entre eles encontram-se os

sindicalistas Gerardo Gatti, Leon Duarte e Hugo Mendez, o dr. Manuel Liberoff, sequestrado na mesma operação que, há dois anos, culminou com o assassinato dos legisladores uruguaios Zelmar Michelini e Hector Gutierrez Ruiz e, cinco crianças! Amaral Garcia (3 anos), Anatole Julien (4 anos), Victoria Julien (18 meses), Simon Antonio Riquelme (de algumas semanas) e Mariana Zaffaroni, (também de poucos anos).

Entre os mais de 5 000 presos políticos encontram-se figuras eminentes de patriotas como o general Seregni, Jaime Perez, José Luis Massera, Vladimir

Turianski, Hector Rodriguez, Rita Ibarburu, todos submetidos a um regime rigoroso e em alguns casos excecuto na sequência de brutais torturas.

Em relação a Rita Ibarburu, membro do Comité Central do Partido Comunista do Uruguai, com quase 63 anos de idade, há que sublinhar que se encontra submetida a um regime de trabalhos forçados no campo de concentraçao de Puntas de Rieles, a 11 km de Montevideo. Com ela encontram-se cerca de meio milhar de mulheres, jovens e velhas, das mais variadas

profissões: operárias, estudantes, donas de casa, empregadas, doutoradas. Todas submetidas ao mesmo regime, que lhes impõe o carregamento de pedras, o fabrico de blocos de betão, o levantamento de paredes, serviços de terraplanagem — tudo sob a presença de metralhadoras aperradas e sem permissão sequer para levantarem a cabeça.

A técnica dos «desaparecimentos» vulgarizou-se no Uruguai, provocando um angustiante clima de terror e insegurança em todos os familiares dos desaparecidos, a quem o regime não responde ou

afirma o seu «desconhecimento» do assunto. E o caso de 18 pessoas, detidas e sequestradas no próprio país e sobre quem a ditadura se recusa a dar contas. Entre elas encontram-se o destacado educador Julio Castro, o dirigente do Partido Comunista Eduardo Bleir, o escritor Fernando Miranda, a professora Helena Quintero (sequestrada no edifício da embaixada da Venezuela em Montevideo, o que provocou um corte de relações diplomáticas), Oscar Tassinio, dirigente sindical, e os dirigentes juvenis Francisco Laurezo, Omar Rodriguez e Hugo Montano.



Segundo o semanário «Horizont», da República Democrática Alemã, os grupos representados neste diagrama são os «verdadeiros centros de poder político e económico no mundo do capital». Assim, o volume de negócios anual das sociedades americanas «General Motors» e «Exxon» é quase igual ao produto nacional bruto dos países industrializados como a Suécia e a Suíça, e é o quíntuplo do Perú.



Um trabalho que se desperdiça todos os dias por culpa de quem sabota a pesca nacionalizada

ALTO, SENHORES DA PESCA! O QUE ESTÃO A FAZER É UM CRIME

Os trabalhadores dizem: «É necessário pôr as empresas de pesca ao serviço do Povo português». Que empresas são essas e quem as domina? Estando elas nacionalizadas por que é que o peixe mingua cada vez mais no prato do trabalhador?

Os responsáveis existem. Não é por uma qualquer fatalidade que o pescado escasseia e aumenta de preço constantemente.

Aqui apontaremos alguns dos principais responsáveis, de ontem e de hoje, por aquilo que é justo considerar um crime contra a economia nacional e contra o Povo português.

Aqui lançaremos um aviso acompanhado de um apelo à luta e ao protesto contra um plano que se perfila na Secretaria de Estado das Pescas para estrangular por completo as empresas nacionalizadas e intervencionadas do sector.



Uma actividade essencial para o país entregue aos tenreiristas sem Tenreiro

As forças que dominam actualmente a pesca e grande parte da economia marítima nacional têm uma actuação criminosa. Em muitos aspectos, pode-se dizer que vivem sobre o País como qualquer exército invasor.

Os principais responsáveis e os agentes mais eficientes dessas forças estão instalados no Governo demitido do eng. Nobre da Costa.

■ O tenreirismo sem Tenreiro

O «controlo corporativo do sector» da pesca não desapareceu com o monopolista Tenreiro. A prova é que está hoje no MAP, como secretário de Estado das Pescas, um homem da clique tenreirista.

Em 1968, o dr. João Albuquerque, actual SEP do meio-Governo demitido, era já o chefe máximo dos Serviços de Contabilidade do Grémio dos Armadores de Pesca do Bacalhau.

Nesse lugar de elevada responsabilidade trata directamente com o patrão fascista das pescas, o almirante-legionário Henrique Tenreiro.

Desse tempo, em que trabalhava sob os ordens de um patrão de triste fama, ficam-lhe os conhecimentos que hoje aplica para aumentar as fortunas escandalosas dos empresários privados do sector.

Armadores, armazenistas e grandes comerciantes, que tentam dominar por completo o mercado nacional do peixe, têm aí o seu homem.

A Associação dos Armadores Privados confia no dr. João Albuquerque como esforçado porta-voz. Na defesa dos seus interesses, tenta mesmo convencer os sindicalistas do mar de que as empresas nacionalizadas do sector nada perderão se se meterem debaixo dos pés dos armadores privados e da fauna especuladora que faz a lei no mercado do peixe.

■ O cerco às empresas nacionalizadas

Não é de agora que o secretário de Estado das Pescas (SEP), dr. João Albuquerque, se encontra em posição de apertar o cerco às empresas nacionalizadas.

Antes de se sentar num gabinete do MAP, aquele senhor passou por vários cargos de confiança da clique monopolista que dominava o País.

Do Tenreiro ao Conde de Caria pouco espaço mediava. Por isso vamos encontrar, depois da contabilidade do Grémio tenreirista, o Banco Borges na carreira do actual secretário de Estado das Pescas. Aí se portou pelos vistos a contento de outro grande patrão monopolista até os trabalhadores reclamarem o seu afastamento depois do 25 de Abril.

As condições estavam então reunidas para que o actual SEP viesse a merecer a confiança de ministros como Magalhães Mota e António Barreto.

O 25 de Novembro vai encontrá-lo como *expert* credenciado em problemas de preços e circuitos comerciais do pescado.

As tabelas ruinosas para as empresas nacionalizadas no campo da venda do peixe capturado encontram nele um defensor incansável.

Os preços insuficientes para suportar os custos de produção acarretam centenas de milhares de contos de prejuízos a empresas nacionalizadas.

A SNAPA (Sociedade Nacional dos Armadores de Pesca do Arrasto) é talvez a maior vítima dessa actuação escandalosa, destinada a facilitar a vida e a fortuna aos especuladores privados.

■ Na Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau

De homem de confiança de Magalhães Mota e Barreto, o actual SEP ascende à presidência da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau (CRCB).

Aí, no organismo que controla a compra por grosso aos armadores portugueses, bem como a importação do bacalhau e do peixe congelado, o dr. Albuquerque está como peixe na água.

Não tarda a dedicar-se por inteiro, e em melhores condições, à destruição pura e simples das nacionalizadas de transformação e comercialização, a Gelmar e a Friantarticus.

Estabelece um rateio de fornecimento entre empresas nacionalizadas e intermediários privados. A laboração normal das empresas é afectada. Os intermediários recebem a parte de leão.

O produto distribuído à Gelmar e à Friantarticus não dá para ocupar por inteiro os seus trabalhadores. Os intermediários parasitas recebem peixe congelado em abundância para o venderem ao preço que entendem sem respeitarem as tabelas.

Os prejuízos recaem todos nas empresas nacionalizadas. Só estas são obrigadas a cumprir os preços tabelados.

Além disso, os especuladores não se limitam a vender pelos preços que querem. Descongela grande parte do peixe e vendem-no como fresco a preços altamente especulativos a que só os ricos podem chegar.

E o cerco fecha-se.

Aos ataques às nacionalizadas da captura vêm juntar-se os ataques às nacionalizadas da comercialização e distribuição. Tabelas e rateio cumprem a sua função de estrangulamento das empresas nacionalizadas do sector da pesca e das outras empresas, nomeadamente estaleiros, que a elas estão ligadas directamente.

Nessa destruição colabora um organismo do Estado, o CRCB, que não se limita a essa política de estrangulamento com as medidas do teor apontado. Ilegalmente, pois para tanto não tem alvará, participa directamente na concorrência à Gelmar e à Friantarticus, vendendo pescado com marca própria a alguns supermercados.

■ Os ex-legionários estão satisfeitos

Razões não faltam para que os legionários saudosos do fascismo, os velhos quadros do tempo do Tenreiro, estejam satisfeitos com a actuação do actual secretário de Estado das Pescas. Deles, vários estão ainda em lugares de responsabilidade. Mas o poder de que dispõem advém-lhes da política de um meio-Governo demitido que, longe de qualquer eficácia em qualquer assunto corrente, se limita a pôr em campo uma política de repressão de actividades produtivas, como sucede com a Reforma Agrária, ao mesmo tempo que tenta, no sector das pescas, entregar ao capital privado tudo o que valha a pena, deixando apodrecer o resto, o que os capitalistas não quiserem.

Mas esta política não é de hoje. Como é sabido, o terreno tem vindo a ser preparado desde o VI

Governo Provisório. Nenhum dr. Albuquerque, nenhum gestor ou quadro tenreirista, poderia actuar desse modo nas pescas, se pelo menos fosse cumprida a parte essencial do Decreto-Lei n.º 572/76, de 20 de Julho, que nacionalizou, há mais de dois anos, «um importante grupo de empresas do sector das pescas, ligadas à conservação, produção e serviços, transformação e comercialização do pescado, e que no seu conjunto representavam elementos essenciais do controlo corporativo (o monopólio tenreirista) do sector».

Nesse Decreto-Lei em vigor fica bem claro que as nacionalizações «são a melhor forma de salvaguardar os dinheiros públicos» já investidos pelo Estado nessas empresas durante o período de intervenção directa ao abrigo do Decreto-Lei n.º 660/74, de 11 de Novembro, que precedeu as nacionalizações.

Mas, passados mais de dois anos, para que esses dinheiros públicos, quer dizer de todo o Povo, fossem salvaguardados, seria indispensável que as nacionalizações — com o Decreto-Lei n.º 572/76 expressamente ordena — fossem «acompanhadas por toda uma reorganização das empresas em causa, por forma a operar uma verdadeira racionalização do sector, integrando-o num planeamento económico global, em termos de eficiência, produtividade e valorização pessoal».

ao mesmo tempo que se garantia «o emprego de todos os trabalhadores» e se consolidava «a confiança dos mesmos e de todo o sector das pescas».

Tudo isto foi letra morta.

E ainda por cima com a arrogância de quem quer, pode e manda.

Baseadas nesse Decreto-Lei das nacionalizações, todas as propostas dos trabalhadores foram ignoradas por quem de direito, sem direito nenhum.

Durante mais de dois anos, os sucessivos governos não tomaram uma única medida para consolidar o sector nacionalizado das pescas.

E não é pequeno esse sector. Só por si abarca o essencial da economia pesqueira.

Recordemos que estão nacionalizadas as empresas SNAPA (Sociedade Nacional dos Armadores de Pesca do Arrasto); SNAB (Sociedade Nacional dos Armadores do Bacalhau); CPP

(Companhia Portuguesa de Pesca); Pescrul — Sociedade de Pesca de Crustáceos; Frigarve — Empresa Frigorífica do Algarve; Docapesca — Sociedade Concessionária da Doca de Pesca; Gelmar — Empresa Distribuidora de Produtos Alimentares; e Friantarticus — Frigoríficos de Cascais.

E há ainda uma série de empresas intervencionadas com largo capital do Estado, como a João Maria Vilarinho, a Empresa de Pesca de Viana, a Júdice Fialho, a Unitas, a L. Branco, a Embamar, a Júdice Fialho, a Unitas, a L. Branco, a Embamar.

Há, por outro lado, os estaleiros de reparação naval que dependem directamente das empresas nacionalizadas como o estaleiro da CPP (Olho de Boi), a Sociedade de Reparação de Navios (SRP) e, em larga medida, a Parry & Son.

■ O desmantelamento a curto prazo

A Secretaria de Estado das Pescas pretende desmantelar a muito curto prazo todo o sector nacionalizado por que é responsável. Se lhe derem tempo (e não precisará de muito) veremos falências, desintervensões, vendas de barcos, prosseguimento da paralisação da frota do Cabo Branco, aumento da corrupção e do compadrio, importação e aumento brutal do preço do peixe.

Veremos ainda o desaparecimento de centenas de postos de trabalho e a ameaça de despedimento para milhares de trabalhadores.

As Mútuas de Seguros já foram desintervencionadas. Na SNAPA e na CPP, a SEP prepara a declaração de falência. Prefere o dr. Albuquerque a importação de peixe à reorganização destas empresas.

A SNAB seria desnacionalizada. O forte núcleo tenreirista que aí domina não se importa. Escolheria até, ou acolheria bem, o rótulo da «autogestão» para melhor fazer o jogo dos especuladores privados.

A desintervenção e a devolução aos ex-patrões ameaça a João Maria Vilarinho e a Empresa de Pesca de Viana.

Para a Friantarticus será a falência, se se cumprir o plano da SEP.

Quanto à Gelmar, é o capital privado que espelha, como em muitas outras, afinal. A Torralta já antes do 25 de Abril tentara controlar a empresa.

O capital privado espera ainda a devolução da Unitas, da L. Branco, Embamar, Júdice Fialho. E têm razões para esperar essa prenda de um meio-Governo ao serviço de sabotadores e toda a casta de intermediários que enriquecem cada vez mais com a especulação sobre os preços do pescado.

■ Uma paralisação patronal que dura há quase 5 meses

Trata-se de uma autêntica *lock-out* proibido pela Constituição. É o segundo em 2 anos, com milhares de contos de prejuízos.

Cerca de trinta arrastões, que deviam estar a pescar há perto de cinco meses, estão encostados à amurada.

Toneladas de peixe aos milhares estão perdidas, enquanto o consumidor paga cada vez mais caro o peixe que consegue arranjar e pode pagar.

A CPP e a SNAPA não têm peixe para vender. Mas continuam a suportar encargos elevadíssimos.

Para que a frota volte a pescar vão ser necessárias muitas dezenas de milhares de contos.

Em Junho de 1978, a Secretaria de Estado das Pescas quer aparentemente assegurar o equilíbrio de exploração das empresas interessadas na pesca do Cabo Branco (Mauritânia).

Para isso, não vê outro meio que não seja a sobreexploração dos trabalhadores. Pretende impor aos sindicatos um acordo impossível. E não oferece qualquer garantia de que esse acordo venha a contribuir para o equilíbrio de exploração das empresas.

Os trabalhadores e os seus sindicatos não se dispõem a ceder apenas a troco de um aumento da exploração a que estão sujeitos.

Têm por si a experiência de 1977. E essa experiência diz-lhes que se trata de ceder a troco da deterioração permanente das empresas onde trabalham sem garantia de emprego e sem perspectivas de futuro.

■ A experiência de 1977 com Barreto no MAP

Não há acordo. Os patrões e a SEP páram os barcos. O Governo colabora no *lock-out*. Os contactos e as negociações para a revisão das convenções colectivas de trabalho prolongam-se há mais de dois anos. Numa das últimas propostas, a Associação dos Armadores Privados (ADAPI) avança com as convenções de 1974. Quer esse patronato que os trabalhadores aceitem negociar nessa base? Querem que os sindicatos aceitem como contraproposta as condições de há quatro anos?

E, neste momento, o sector público das pescas entrega as negociações nas mãos da ADAPI, apesar desta representar pouco mais do que 10 por cento do potencial da frota do Cabo Branco, para já não falar nos interesses que não coincidem entre armadores privados e empresas públicas.

Mas, para além das dificuldades de hoje, os trabalhadores e os sindicatos têm presente o que se passou em 1977, com Barreto no Ministério. Lembra-se de que abdicaram do ACT de 1974 em troca de um protocolo governamental que impunha, nomeadamente, a redução dos salários, em troca de garantias para as empresas que nunca foram satisfeitas.

Os trabalhadores e os sindicatos aceitaram as condições do MAP de Barreto em troca da reestruturação e do saneamento económico das empresas em que trabalhavam. Em troca de uma tabela para o peixe que compensasse a produção.

Foi-lhes prometido que a redução nos seus salários e as metas de produção elevadas (que cumpriram) teriam a sua contrapartida não só naquelas melhorias, cujo interesse nacional é inútil sublinhar, mas ainda no aperfeiçoamento urgente das infra-estruturas de apoio em terra no sentido de aumentar a eficiência da descarga, do abastecimento e da reparação dos navios.

Aquilo de que os trabalhadores abdicaram nessa altura teria ainda como contrapartida, se o acordo fosse cumprido, a criação de uma empresa pública de comercialização do pescado para que este chegasse ao consumidor a preços não especulativos.

Nada disso foi cumprido pelo Governo.

Só os trabalhadores cumpriram. Cumpriram as metas de produção. Viram reduzidos os seus salários.

E, entretanto, as empresas deterioraram-se. Nem o Governo nem as comissões administrativas cumpriram o prometido.

Os sacrifícios dos trabalhadores do mar serviram apenas para os membros das CAs aumentarem os seus próprios vencimentos para níveis aproximados do salário máximo nacional.

Mesmo assim, a Federação dos Sindicatos do Mar e as associações filiadas continuam na disposição de negociar. Sindicatos e trabalhadores mantêm-se na disposição dialogante de sempre.

■ Um exemplo flagrante de recuperação capitalista

Os responsáveis pelo sector nacionalizado das pescas estão longe de aplicarem qualquer critério de desenvolvimento capitalista. Nem esse desenvolvimento lhes interessa.

Para o secretário de Estado das Pescas e para os tenreiristas do sector apenas conta um objectivo: o estrangulamento a curto prazo de tudo o que é nacionalizado ou intervencionado nas pescas, para que a acumulação de grandes fortunas continue no sector privado.

Por isso se demitem entregando as negociações com os sindicatos à associação privada e se recusam a promover qualquer investimento nas empresas, preferindo fechá-las e importar peixe. Por isso jogam a favor dos privados, num conflito duro e prolongado como o *lock-out* dos patrões e do Governo, esperando levar os trabalhadores a ceder. Por isso ignoram as propostas de reorganização do sector.

Ao mesmo tempo, SEP e patronato procuram criar novas razões de conflito com os sindicatos nas negociações da contratação colectiva. Para a SEP e os patrões privados há muito (desde o início) que não se trata de um conflito laboral a resolver à mesa das negociações.

Para os recuperadores capitalistas, o *lock-out* é uma operação política contra as empresas nacionalizadas da pesca.

Até quando se permitirá que meia dúzia de especuladores apoiados por um meio-Governo demitido actuem criminosamente contra a economia nacional?



Um caso exemplar

Caso exemplar é o da «Júdice Fialho». Quase centenária, com 1200 trabalhadores em 6 fábricas, é hoje a primeira entre as empresas conservadoras portuguesas. Descapitalizada pelos ex-patrões, que a deixavam apodrecer, tirando de lá os lucros para investir noutros sectores, a «Júdice Fialho» foi intervencionada pelo Estado em Novembro de 1975 num estado de desmantelamento que prenunciava a ruína a curto prazo com o consequente desemprego para os seus

trabalhadores. Em três anos de intervenção estatal, a empresa renasceu por completo. Numa recuperação espectacular, aumentou a produção em 90 por cento relativamente a 1973. Conquistou novos mercados. Deu sólidas garantias de emprego e detém hoje 12 por cento das exportações portuguesas de conservas, mais 7 por cento que em 1974.

Pois é esta empresa que os amigos governamentais dos sabotadores e especuladores pretendem devolver ao patronato. Quem consentirá?

Quem paga?

Quem paga os 300 mil contos que já custou ao país, em receitas perdidas, o *lock-out* patronal e tenreirista da frota do Cabo Branco?

Quem deixou de comer as 6500 toneladas de peixe que esses barcos deveriam ter pescado desde Junho?

A quem interessa aumentar para o dobro o preço do peixe da costa?

Quem lucra com a retenção do peixe nas câmaras frigoríficas?

A quem aproveita o facto de os 1200 trabalhadores da CPP

não receberem salários há cerca de três meses e os da SNAPA (mar) há mais de dois?

Quem está interessado no pagamento de salários em atraso noutras empresas da pesca?

Quem suporta os prejuízos de empresas que estão

a trabalhar a 20 e 30 por cento da sua capacidade?

Quem evita o risco de 4500 trabalhadores ficarem no desemprego?

Estas perguntas são simples. Mas o meio-Governo demitido não responde.



Propostas dos trabalhadores

De imediato: pagamento das licenças de pesca à Mauritânia; contrato de trabalho justo para os trabalhadores da pesca do alto; pagamento dos salários em atraso. Entre outras medidas, os trabalhadores e os sindicatos, como já o fizeram noutras ocasiões, avançam estas propostas para manter as nacionalizadas e defender os investimentos públicos: reestruturação das empresas, dotando-as do estatuto de empresas públicas; saneamento económico-financeiro; criação de uma empresa pública de

transformação, comercialização e distribuição do pescado; reestruturação dos apoios em terra à frota, Docapesca, estaleiros, etc.; estabelecimento de uma tabela de preços que compense os custos de produção das empresas sem prejuízo do consumidor; contratos colectivos justos para os trabalhadores do sector, sem recorrer ao *lock-out* ou a outros métodos proibidos pela Constituição, para conseguir aquilo que só ouvindo e negociando com os sindicatos é possível.